



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL - SEI - 2026-12000084
SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
CONCORRÊNCIA Nº 90.008/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1 – O MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, por meio da **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, para a realização, sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, para **Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de drenagem, rede de esgoto sanitário e recapeamento asfáltico em C.B.U.Q. do Conjunto Habitacional Morada do Bracuí, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, materiais, mão de obra e quaisquer insumos necessários à perfeita execução, com o objetivo de atender as demandas da SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA e da Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária**. Das obras e/ou serviços de engenharia devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência ou Projeto Básico e/ou, quando for o caso, no Projeto Executivo, na Descrição dos Serviços, no Escopo dos Serviços ou no Memorial Descritivo, na forma da lei.

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, da **Lei Complementar Federal nº 123/2006** (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), da **Lei Complementar Federal nº 101/2000** (Lei de Responsabilidade Fiscal), do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/90** e suas alterações, e pela legislação suplementar municipal vigente, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.4 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art.71, inciso II e §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.5 – As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras).

1.6 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados à **Comissão de Contratação**, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: comissao.obras@angra.rj.gov.br

1.6.1 – A Comissão de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

1.7 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: comissao.obras@angra.rj.gov.br.



1.7.1 – Caberá à Comissão de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.7.2 – A impugnação possui efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.7.3 – Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

1.8 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nos itens 1.6.1. ou 1.7.1., conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pela Comissão de Contratação a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

2.1 – No dia 07 de abril de 2026, às 10:00 hs, a Comissão de Contratação estará reunida na **SECRETARIA DE GESTÃO DE SUPRIMENTOS**, na Rua Arcebispo Santos, nº 337, São Bento, em Angra dos Reis/RJ, para receber e iniciar a abertura dos envelopes referentes à CONCORRÊNCIA Nº 90.008/2026.

2.2 – No caso da licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pela **Comissão de Contratação** a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

3. OBJETO

3.1 – O objeto da presente Concorrência é a **Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de drenagem, rede de esgoto sanitário e recapeamento asfáltico em C.B.U.Q. do Conjunto Habitacional Morada do Bracuí, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, materiais, mão de obra e quaisquer insumos necessários à perfeita execução, com o objetivo de atender as demandas da SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA e da Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária**, sob regime de Empreitada por Preço Unitário, conforme as especificações constantes do Projeto Básico Anexo II e do Memorial Descritivo do processo administrativo nº **SEI-2026-12000084**.

3.2 - São consideradas parcelas de maior relevância técnica, conforme item 5 da instrução para minuta:

3.2.1 - Comprovação do licitante de possuir em seu quadro, na data da licitação, profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras ou serviços de características semelhantes:

- Execução de Sistema de Drenagem Pluvial;
- Execução de Pavimentação em CBUQ.

3.2.2 - Será exigido a apresentação de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados, conforme disposto no conforme disposto no §2º do art. 67 da lei 14.133/2021.



4. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO: **15000000**

CÓDIGO DE DESPESA: **449051**

FONTE DE RECURSO: **20.2023.15.451.0220.1718**

4.2 – O demonstrativo contendo o orçamento estimado, sob a forma de Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, encontra-se no Anexo IV, totalizando a importância de **R\$ 16.245.327,12 (dezesseis milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, trezentos e vinte e sete reais e doze centavos)**

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1 – O critério de julgamento da presente licitação é o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

6. PRAZOS

6.1 – A vigência do Contrato é de 13 (treze) meses, contados da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

6.1.1 – Considerando a natureza de escopo do Contrato, o seu prazo de vigência se estenderá até 03 (três) meses, contados a partir do término do prazo de execução, para que sejam ultimados os atos de medição, aceite e pagamento.

6.1.2 – O prazo de execução do Contrato é de 10 (dez) meses, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Início para início da execução do objeto.

6.2 – O prazo de execução das obras e/ou serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2.1 – O prazo de garantia convencional por conta da CONTRATADA será de 60 (sessenta) dias/meses a contar do **aceite**, na forma do **Projeto Básico**, sem prejuízo da garantia legal de adequação dos serviços.

6.3 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação.

6.4 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada do instrumento equivalente, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 – Poderão participar da presente licitação as empresas interessadas devidamente cadastradas ou que atenderem às exigências constantes deste Edital, comprovando atenderem aos requisitos mínimos de qualificação, inclusive no que se refere aos documentos requeridos na habilitação, conforme item 11.



7.2 – No caso das licitantes não cadastradas que atenderem às exigências citadas no item anterior, a eventual habilitação concedida pela Comissão de Contratação somente autorizará a participação na presente licitação, não substituindo aquela efetuada perante o Registro Cadastral.

7.3 – A licitante cadastrada que possuir documento vencido em seu cadastro não deverá declarar inexistência de fato superveniente, mas, sim, apresentar no envelope os documentos correspondentes aos vencidos com nova validade.

7.4 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada concorrência pública.

7.5 – A apresentação da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

7.6 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

7.7 – Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que apresentem a documentação de habilitação descrita no subitem (A.7) do item 11.

7.9 – Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

(a) as empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea (d). Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

(b) apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico-financeira;

(c) as empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

(d) as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

(e) o consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

7.10 – As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise da **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, para aferição da manutenção



das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

7.10.1 – A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA** e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico–financeira apresentados à ocasião do certame.

7.11 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

7.12 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

7.13 – Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.13.1 – Não será permitida a participação de licitantes quando caracterizar nepotismo, conflito de interesses, tráfico de influência.

7.14 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.15 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

7.16 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

7.16.1 – A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

7.17 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.



8. CREDENCIAMENTO

8.1 – A sessão de credenciamento ocorrerá na data e local indicados no item 2.1 e terá início trinta minutos antes do horário previsto para a sessão de apresentação dos envelopes de documentação de habilitação e de proposta de preços.

8.2 – As empresas participantes serão representadas na sessão da concorrência por seu representante legal, que deverá estar devidamente munido de credencial que o autorize a participar do procedimento licitatório.

8.3 – Por credencial entende-se:

a) Procuração passada por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, que contenha poderes “ad negocia” para formular proposta e apresentar lances de preços, manifestar a intenção de recorrer e desistir de recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes a este procedimento, em nome da empresa licitante, ou Carta de Credenciamento, na forma do Anexo XVI, acompanhadas, em ambos os casos, dos atos constitutivos da sociedade empresária;

b) Atos constitutivos da sociedade empresária no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações no caso em que o próprio sócio administrador comparecer à sessão de concorrência.

8.4 – O representante deverá, antes da entrega dos envelopes e da credencial, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

8.5 – A credencial do representante da licitante deverá ser entregue separadamente dos envelopes “A” e “B”, referidos no item 9.3 deste Edital.

8.6 – A proponente deverá apresentar à Comissão de Contratação, de forma avulsa, declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, na forma do Anexo IX.

8.7 – A não apresentação da declaração prevista no item 8.6 ou da credencial descrita no item 8.3 implicará a desclassificação imediata da licitante, resultando o mesmo efeito no caso de incorreção desses documentos.

8.8 – Durante a sessão de credenciamento, a Comissão de Contratação deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e de declarada inidônea pela Administração Direta ou Indireta, assim como de empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

8.9 – O credenciamento tem sua validade restrita a uma única concorrência pública, devendo a empresa se credenciar todas as vezes que tiver interesse em participar de um certame realizado nesta modalidade pela **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**.

9. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTAS



9.1 – Declarados encerrados os procedimentos de credenciamento, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes de documentações e proposta de preços.

9.2 – As propostas de preço serão ofertadas com base no **MENOR PREÇO GLOBAL** do objeto licitado.

9.3 – Os documentos e as propostas exigidos no presente Edital serão apresentados em 2 (dois) envelopes indevassáveis e fechados, constando obrigatoriamente da parte externa de cada um as seguintes indicações:

a) ENVELOPE “A” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

SECRETARIA DE GESTÃO DE SUPRIMENTOS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 90.008/2026

[NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA LICITANTE]

b) ENVELOPE “B” – PROPOSTA DE PREÇO

SECRETARIA DE GESTÃO DE SUPRIMENTOS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 90.008/2026

[NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA LICITANTE]

9.4 – Somente serão abertos os envelopes de proposta de preços das licitantes habilitadas.

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

10.1 – Os documentos dos envelopes “A – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” e “B – PROPOSTA DE PREÇO” serão apresentados na forma estabelecida nos itens abaixo.

10.2 – Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes “A – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” e “B – PROPOSTA DE PREÇO”, ressalvado o disposto no item 11.6.

10.3 – Os documentos exigidos no ENVELOPE “A – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada em ambos os lados, frente e verso, se esse último contiver notações ou outras informações relevantes, rubricados pelo representante legal da licitante, em qualquer caso, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso. As folhas da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão conter rasuras ou entrelinhas. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal nas folhas de documentação, poderá a Comissão de Contratação solicitar ao representante da empresa, devidamente identificado e que tenha poderes para tanto, que, durante a sessão de abertura do envelope “A”, sane a incorreção. Somente a falta de representante legal ou a sua recusa em atender ao solicitado é causa suficiente para inabilitação da licitante.

10.4 – As solicitações de autenticação dirigidas à Comissão de Contratação ou à sua Equipe de Apoio deverão ser vir acompanhadas do documento original para que possamos autenticar o documento no dia e horário marcado para a licitação.

10.5 – A licitante que possuir documentos vencidos em seu cadastro fica dispensada da apresentação da declaração de inexistência de fato superveniente Anexo XVII, devendo apresentar no ENVELOPE “A – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” os referidos documentos com nova validade.



10.6 - A Comissão de Contratação verificará em caso de dúvida o atendimento das condições de habilitação da licitante, por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 11 deste edital;

10.7 - Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 11 deste edital, a Comissão de Contratação verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

10.8 - A Comissão de Contratação poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item 10.7. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio divulgado pelos mesmos meios de divulgação do Edital, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.9 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere o item 10.6. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

10.10 DA PROPOSTA

10.10.1 – O ENVELOPE "B – PROPOSTA DE PREÇO" deverá conter o Modelo Oficial de Proposta de Preços, na forma do Anexo XIII, devidamente preenchido e elaborado pela licitante, carimbados e assinados pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is). Os valores unitários e totais de cada item serão apresentados em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, sem rasuras ou entrelinhas, prevalecendo, em caso de discrepância, o valor por extenso. No caso de números inteiros, será dispensável a apresentação do algarismo zero nas casas decimais.

10.10.2 – As propostas de preço serão ofertadas com base no **MENOR PREÇO GLOBAL** do objeto licitado.

10.10.3 – A proposta de preços deverá ser apresentada em documento original e, **se houver solicitação da SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, também em meio magnético ou digital (pen drive, etc.), prevalecendo, em caso de discrepância, o consignado em documento original.

10.11 – **No preço proposto serão computadas todas as despesas** para a entrega do(s) bem(ns) ou serviço(s), incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

10.11.1 – As propostas de preços apresentadas por cooperativas de trabalho ou por contribuintes individuais deverão incluir os valores devidos a título de contribuição previdenciária.

10.11.2 – O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.



10.12.1 – O valor devido título de contraprestação pela execução das obras e/ou serviços será obtido mediante a dedução do valor total da proposta do montante do valor devido a título de contribuição previdenciária, o qual deverá ser recolhido à entidade competente, na forma da legislação.

10.12.2 – Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

10.13 – **Nenhuma reivindicação para pagamento adicional** será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todo o objeto contratado.

10.14 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

10.15. GARANTIA DA PROPOSTA

10.15.1 - Nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, no valor de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

11. HABILITAÇÃO

11.1 - Após a fase de credenciamento, a Comissão de Contratação procederá à abertura dos envelopes com as documentações de habilitação, verificando a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, desclassificando, preliminarmente, aquelas que estiverem em desacordo com o Edital.

11.2 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 10 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação econômico-financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- (D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- (E) Documentação relativa à qualificação técnica.

11.2.1 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2.2 – Além da documentação de habilitação, as licitantes deverão apresentar declaração dos itens/lotes para os quais oferecerá proposta.

11.3 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.



11.4 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

11.5 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (D) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e, se for o caso em sistemas semelhantes mantidos pelo Município, à exceção dos seguintes documentos, que deverão ser apresentados independentemente de terem sido cadastrados no SICAF: **SERÁ SOLICITADO NO ATO DA SESSÃO PÚBLICA.**

11.6 – A Comissão de Contratação poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

11.6.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 11.6, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio divulgado pelos mesmos meios de divulgação do Edital, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

(A) HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso, designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.7) As sociedades cooperativas deverão fornecer os seguintes documentos, de forma atualizada e consolidada:



(A.7.a) Ato constitutivo;

(A.7.b) Estatuto acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

(A.7.c) Regimento interno acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

(A.7.d) Regimentos dos fundos instituídos pelos cooperados acompanhados das atas das Assembleias que os aprovaram;

(A.7.e) Atas das Assembleias Gerais em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros da cooperativa;

(A.7.f) Registro de presença dos cooperados nas 03 (três) últimas Assembleias Gerais;

(A.7.g) Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

(A.7.h) Demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

(A.8) Declaração formal de que atende às disposições do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, na forma do Anexo VIII.

(B) HABILITAÇÃO ECONÔMICO–FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar: (Os índices abaixo poderão ser exigidos cumulativamente ou não, devendo a Administração justificar a opção adotada. O percentual dos índices deverá ser fixado de acordo com o segmento de mercado de que trata o objeto da licitação)

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

(B.1.b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

(B.1.c) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}$$



IE = _____

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(B.1.1) A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.2.2.2) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item B.1 limitar-se-ão ao último exercício.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento), nos termos do § 4º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021] do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.2.1) Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Não será causa de inabilitação automática a empresa que se encontrar em recuperação judicial.

(B.3.1) As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Offícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.



(B.4) Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Anexo IX do Edital de Concorrência Presencial nº 90.008/2026.

(C) HABILITAÇÃO FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.b.1) As empresas localizadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar junto à Certidão Negativa de Débitos – CND, a Certidão da Dívida Ativa emitida pelo órgão próprio da Procuradoria-Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE nº 33/2004;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1) No caso de licitante domiciliada no Município de Angra dos Reis, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto Predial e Territorial Urbano. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município de Angra dos Reis, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.



(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF–FGTS.

(C.6) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.6.a) Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I – no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II – no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

(C.6.b) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.6.c) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.6.d) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

(D) DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(D.3) Declaração de Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, Anexo XI.



(E) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

(E.2) Certidão de Registros da empresa e do Responsável Técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com jurisdição sobre o domicílio da sede do licitante, com indicação do objeto social compatível com o objeto desta licitação;

(E.3) Prova de possuir no seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras ou serviços de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto ora licitado.

(E.4) Não será causa de inabilitação do licitante a apresentação de Termo de Compromisso, assinado por profissional ou profissionais de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obras de características semelhantes, averbado pelo órgão da classe, acompanhados das respectivas certidões de Acervo Técnico, afirmando que irá compor a equipe técnica, caso a licitante venha a se sagrar vencedora;

(E.5) A comprovação de que o(s) detentor(es) do(s) referido(s) atestado(s) de responsabilidade técnica é(são) vinculado(s) à licitante, deverá ser feita através de cópia de sua(s) ficha(s) de registro de empregado, da(s) certidão(ões) de Registro do CREA, do(s) contrato(s) particular(es) de prestação de serviços (com firma reconhecida), do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado (com firma reconhecida), ou por meio de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e o(s) profissional(ais) qualificado(s), cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado, em conformidade com as parcelas de maior relevância assim definidas como:

A) Execução de Drenagem Pluvial;

B) Execução de Pavimentação em CBUQ;

(E.3.1) Certidão de Acervo Operacional – CAO, emitido pelo CREA comprovando que a empresa licitante tenha desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, conforme Resolução nº 1.137 de 31 de março de 2023 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, Art. 53, 54, 55, 56 e 57, da respectiva resolução.

(E.3) Não será causa de INABILITAÇÃO, em substituição ao item (11.1.5) Certidão de Acervo Operacional – CAO, a apresentação da Certidão de Acervo Técnico – CAT do profissional, devidamente registrada no CREA, quando esta estiver como executante do serviço a própria empresa licitante.

(E.4) Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

(E.5) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

12. SESSÃO DA CONCORRÊNCIA



12.1 – Após a fase de habilitação, a Comissão de Contratação procederá à abertura dos envelopes com propostas de preços, verificando a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, desclassificando, preliminarmente, aquelas que estiverem em desacordo com o Edital.

12.2 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que contiverem vícios insanáveis;
- c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- h) que não tenha indicado a marca dos produtos cotados;
- i) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Termo de Referência.

12.2.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada em ata, cientificando-se todos os interessados.

12.2.1.1 - A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 59 da Lei 14.133/2021.

12.2.2 – Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixado neste edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

12.2.3 – Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme o § 4º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2.4 – Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3 – Verificada a compatibilidade com o exigido no Edital, serão classificadas a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL** e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) daquela.

12.3.1 – Quando não existirem no mínimo 3 (três) propostas sucessivas e superiores em até 10% (dez por cento) da melhor proposta de preço, serão classificadas as três melhores propostas, já incluída a da licitante que tiver apresentado o **MENOR PREÇO GLOBAL** na proposta escrita.

12.3.2 – Havendo empate entre propostas de preço que se enquadrem nas hipóteses descritas nos dois subitens anteriores, serão todas classificadas, realizando-se sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12.3.3 – Somente as propostas classificadas pela Comissão de Contratação participará da etapa de lances.



12.3.4 – A desistência em apresentar lance verbal, quando for feita a convocação pela Comissão de Contratação, importará a exclusão da licitante da etapa de apresentação de lances verbais, com a manutenção do último preço por ela apresentado para efeito de ordenação das propostas. Caso todas as licitantes se recusem a apresentar lances verbais, a ordem de classificação das propostas escritas será mantida.

12.4 – Para a etapa de lances nesta concorrência presencial será adotado o modo de disputa **ABERTO**.

12.5 – Após a classificação das propostas, a Comissão de Contratação divulgará em voz alta, e convidará, individualmente, os representantes das licitantes classificadas a apresentarem lances verbais, a partir da autora da proposta classificada de **MENOR PREÇO GLOBAL**, seguida das demais, de forma sucessiva e em valores distintos e decrescentes, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, ou crescentes, caso adotado o critério de julgamento de maior desconto ou de maior retorno econômico.

12.6 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de **R\$ 500,00** (quinhentos) de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

12.7 – Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.8 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pela Comissão de Contratação, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 20 deste edital.

12.9 – A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes a Comissão de Contratação considerar necessário.

12.9.1 – A Comissão de Contratação poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para a fase de formulação dos lances verbais, mediante prévia comunicação às licitantes e expressa menção na Ata da Sessão.

12.10 – Declarada encerrada a etapa de lances, as propostas serão reordenadas e a Comissão de Contratação examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente.

12.11– Caso não sejam apresentados lances, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, será verificada a conformidade entre a proposta de melhor preço e o valor estimado para a contratação. Ocorrendo empate entre propostas, proceder-se-á na forma do item 13 deste Edital.

13. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

13.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances da concorrência presencial, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) **PARA VALOR GLOBAL** na estimativa orçamentária Anexo IV.



13.1.1 – Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa competitiva da concorrência presencial, tenha apresentado proposta(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) **PARA VALOR GLOBAL** na estimativa orçamentária Anexo IV.

13.2 – Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição.

13.2.1 – Apenas após a classificação das propostas, as licitantes que se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, poderão manifestar esta condição, sendo proibido, sob pena de exclusão deste procedimento, identificarem-se como tal antes do momento determinado neste subitem.

13.2.1.1 – Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I – no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II – no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

13.2.2 – Serão consideradas em situação de empate as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela considerada mais bem classificada.

13.2.3 – Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela até então considerada a melhor oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada apresente proposta de preço inferior, esta será considerada a melhor oferta;

c) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresente proposta de preço inferior, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, para o exercício de igual direito;



d) No caso de equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, será convocada primeiro para apresentar melhor oferta aquela que tenha tido o seu último lance recebido e registrado em primeiro lugar.

13.2.4 – Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ter sua proposta considerada a mais bem classificada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada do certame.

13.2.5 – Somente haverá aplicação do disposto nos itens acima quando a proposta originalmente mais bem classificada do certame não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.3 – Caso esteja configurado empate em primeiro lugar, após a observância do direito de preferência disposto no item 13.2 ou inexistindo proposta de microempresas ou empresas de pequeno porte em situação de empate, será realizada disputa final entre os licitantes empatados.

13.3.1 – Na hipótese de o disposto no item 13.3 não ser suficiente para solucionar o empate, serão observados, quanto às propostas em situação de empate, os demais critérios e preferências previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.4.1 – A negociação poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.4.2 – Haverá um prazo mínimo, contado da solicitação da Comissão de Contratação em sessão, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação.

13.5 – A Comissão de Contratação anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Comissão de Contratação acerca da aceitação da proposta ou do lance de menor valor.

13.6 – A **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, poderá requisitar, a qualquer momento, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, demonstração(ões) do(s) serviço(s) objeto da presente licitação, na forma do **PROJETO BÁSICO**.

13.6.1 – Durante a licitação, em caso de divergência entre as referidas demonstrações e as especificações deste Edital e/ou do Termo de Referência, as propostas serão desclassificadas.

13.6.2 – Na hipótese de não realização ou de rejeição da demonstração apresentada pelo primeiro colocado, serão convocados os licitantes subsequentes na ordem de classificação provisória.

13.7 – Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, a Comissão de Contratação poderá fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas, corrigida das causas de sua desclassificação.

13.8 – Será gerada ata circunstanciada da sessão, em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

14. MEDIÇÕES



14.1 – As medições das obras e/ou serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro (Anexo V), que será ajustado em função de inícios ou reinícios de etapas da obra e/ou serviço em dias diferentes do primeiro dia útil de cada mês.

14.2 – A cada alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observado o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse da **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**.

14.3 – As medições serão processadas independentemente da solicitação da CONTRATADA. A primeira medição será realizada em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início, e as subsequentes a cada período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior. O último dia de uma medição coincidirá obrigatoriamente com o último dia útil do mês calendário da sua realização. Poderão ser realizadas medições intermediárias cujo último dia não coincida com o último dia útil do mês calendário de sua realização, a critério do CONTRATANTE.

14.4 – O processamento das medições obedecerá à seguinte sistemática:

(a) Todos os itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários Anexo IV, originariamente ou em virtude de alterações contratuais, serão apontados em impresso próprio, assinado pela Fiscalização.

(b) O preço unitário dos itens não contemplados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários Anexo IV, incluídos em virtude de alterações contratuais, observados os limites legais, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PUII = \frac{PLO \times PUEII}{PEO}$$

Onde:

PUII = Preço unitário do item incluído, referido ao mês base do orçamento;

PEO = Preço da obra ou serviço, referido ao mês base do orçamento;

PLO = Preço da licitante para a obra, referido ao mês base do orçamento;

PUEII = Preço unitário, do item incluído, referido ao mês base do orçamento.

14.5 – Não serão considerados nas medições quaisquer obras e/ou serviços executados, mas não discriminados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários Anexo IV, ou em suas eventuais alterações no curso do Contrato.

14.6 – Para obtenção do valor de cada medição, será observado o seguinte procedimento:

(a) as quantidades medidas serão multiplicadas pelos respectivos preços unitários;

(b) o valor de cada medição corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior;

(c) para efeito de faturamento, o valor de cada medição deverá considerar o percentual de redução ou acréscimo proposto pela CONTRATADA.

14.7 – Na medição final ou na medição única será anexado um cadastro técnico das obras e/ou serviços realizados, com todas as plantas, detalhes e especificações.



15. RECURSOS

15.1 – Ao final da sessão e declarada a vencedora da licitação pela Comissão de Contratação, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso.

15.2 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

15.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, na **SECRETARIA DE GESTÃO DE SUPRIMENTOS**, na Rua Arcebispo Santos, nº337, São Bento, em Angra dos Reis/RJ, ou através do e-mail comissao.obras@angra.rj.gov.br observados os prazos estabelecidos no item anterior.

15.5 – A não apresentação das razões escritas acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

15.6 – Os recursos serão dirigidos à Comissão de Contratação, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

15.7 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

15.9 – Os recursos relativos às sanções administrativas estão previstos na minuta de contrato Anexo I.

16. GARANTIA

16.1 – A ADJUDICATÁRIA prestará garantia de **1,5%** (um e meio por cento) do valor total do Contrato, até o momento da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente, em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2 – A **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA** utilizará a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a essa, inclusive, para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações.

16.3 – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.



16.4 – Em caso de extinção decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

16.5 – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

16.6 – Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá complementar o valor da garantia para que seja mantido o percentual de **1,5% (um e meio por cento)** do valor do Contrato.

16.7 – Sempre que houver reajuste ou alteração do valor do Contrato, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas.

16.8 – Os reforços do valor da garantia poderão ser igualmente prestados em uma das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.9 – A garantia contratual somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da CONTRATADA.

16.10 – O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo, ou seja, seguro-garantia.

17. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

17.1 – Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA** adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

17.2 – Integra o presente Edital, sob a forma de Anexo I, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA** e a ADJUDICATÁRIA.

17.3 – Uma vez homologado o resultado da licitação pela **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, será a licitante vencedora convocada, com antecedência mínima de dois dias úteis, pela **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.



17.3.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceita pela **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**.

17.3.2 – Nas contratações de grande vulto, o licitante vencedor deverá comprovar a implantação de programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, na forma do § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.4 – Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o Contrato ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá a Comissão de Contratação, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

17.5 – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

17.6 – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos bens que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**. A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no **Projeto Básico** que integra este Edital, sem ônus para a **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA** e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

17.7 – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

17.8 – No momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar, quando couber, relação nominal de seus empregados, com a devida documentação comprobatória, demonstrando cumprir o disposto nas políticas de inclusão estabelecidas na legislação em vigor.

17.9 – Sendo a ADJUDICATÁRIA microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Regime Simplificado de Tributação – SIMPLES deverá apresentar cópia da comunicação encaminhada à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, informando acerca da assinatura do contrato de prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

17.10 – Sendo a ADJUDICATÁRIA cooperativa de trabalho organizada para a prestação de serviços, deverá apresentar também a relação dos cooperados que executarão o objeto contratual, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa e a ata da sessão específica realizada pelos cooperados partícipes para a indicação: dos responsáveis pela sua coordenação, para um mandato nunca superior a 1 (um) ano ou ao prazo estipulado para a execução do objeto contratual; dos



requisitos para a consecução do referido objeto; dos valores contratados e da retribuição pecuniária de cada cooperado partícipe.

17.11 – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos serviços prestados.

17.12 – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**.

18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 - Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro (Anexo V), obedecido ao sistema de medições estabelecido neste Edital.

18.2 - Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária.

18.3 - Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

18.4 - O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária.

18.5 - O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro, sem que a Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

18.6 - A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração [a ser exigida nos contratos com cooperativa versando o fornecimento de mão-de-obra] de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

18.7 - No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

18.8 - O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

18.9 - O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE.



18.10 - Caso se estabeleça exigência de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte nas contratações de obras e serviços, o parágrafo décimo primeiro deve ser acrescido à cláusula quarta do contrato, com a seguinte redação:

18.10.1 - Os pagamentos referentes às parcelas subcontratadas pela CONTRATADA com as microempresas e empresas de pequeno porte por ela indicadas serão efetuados diretamente às subcontratadas responsáveis pela sua execução.

18.10.2 - Não existem exigências da equipe técnica para a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, ficando a critério da CONTRATADA, caso haja necessidade, devidamente justificada e comprovada. Podendo ser incluso no Contrato o Parágrafo onde os pagamentos referentes às parcelas subcontratadas pela CONTRATADA com as microempresas e empresas de pequeno porte por ela indicadas serão efetuados diretamente às subcontratadas responsáveis pela sua execução.

19. REAJUSTE

19.1 – Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

19.2 – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC-M da FGV, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po \times [(I - Io) / Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

Po = preço unitário contratual objeto do reajustamento;

Io = índice INCC-M relativo ao mês da data-base do orçamento estimado;

I = Índice INCC-M relativo ao mês de aniversário da data-base do orçamento estimado.

19.3 – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

19.4 – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

19.5 – Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

19.6 – A repactuação terá data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

19.5 DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES



19.5.1 – Os pedidos de aditivo por acréscimo e/ou supressão de serviços deverão ser acompanhados de relatório circunstanciado e do novo cronograma Físico-Financeiro, adaptado às novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados e julgados pela **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA** e submetidos à Procuradoria-Geral para parecer e a Secretaria-Executiva De Gestão De Suprimentos para elaboração do termo aditivo. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões dos serviços adjudicados na forma do disposto no art. 125, da Lei nº 14.133/21.

19.5.2 – As alterações porventura necessárias, serão efetuadas através de Termo Aditivo ao contrato, devendo a CONTRATADA observar os seguintes critérios:

a) No aditamento por acréscimo e supressão ou simplesmente acréscimo de serviços, as quantidades acrescidas, serão pagas pelo custo unitário estimado pela PMAR e constante da Planilha de Custos (ANEXO IV), acrescido do mesmo BDI e aplicado o mesmo desconto global ofertado na Proposta Comercial da Contratada.

b) No caso de aditamento por acréscimo e supressão ou simplesmente acréscimo de serviços, as quantidades acrescidas, serão pagas pelo custo unitário estimado pela PMAR e constante na Planilha de Custos, acrescido do BDI e aplicado o mesmo desconto global ofertado na Proposta Comercial da Contratada.

c) No caso de aditamento com a inclusão de novos serviços que não constem da Planilha de Custos (ANEXO IV), os preços unitários dos itens novos deverão adotar em ordem de prioridade, os valores dos sistemas EMOP, SINAPI, FGV, PINI, Revista da Construção Civil (Boletim de Custo) e Composição PMAR, referentes a data base da apresentação da Proposta ou do Orçamento a que essa se referir, acrescido do mesmo BDI e aplicado o mesmo desconto global ofertado na Proposta Comercial da Contratada. Caso os itens novos inexistam nestes sistemas de custos, os seus preços unitários serão estabelecidos mediante pesquisa de preços no mercado entre 3 (três) empresas, sendo adotado o menor preço obtido, que se fará retroagir a mesma data da Planilha de Custos da PMAR e posteriormente acrescer do mesmo BDI e aplicado o mesmo desconto ou acréscimo global, ofertados na Proposta Comercial da Contratada.

d) Havendo casos de distorção de preços entre o mercado de Angra dos Reis e o mercado base dos sistemas de custos mencionados na alínea “c”, serão apropriados os custos dos insumos através de pesquisa de preços na praça Angra dos Reis entre 3 (três) empresas, sendo adotado o menor preço, substituindo-se os valores unitários destes insumos na composição original cuja denominação e/ou código deverá ser precedida da palavra “Ref.”, indicando que seus insumos foram apropriados no mercado local. Exemplo: A composição EMOP 14.006.054-0 passaria a ser designada como “Ref. EMOP 14.006.054-0”. A apropriação de custos deverá ficar devidamente comprovada no respectivo processo administrativo.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 – Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



20.2 – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

20.2.1 – 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2 – 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.3 – 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.4 – 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

20.2.5 – 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

20.2.6 – As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.7 – Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução das obras e/ou serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar as obras e/ou serviços	03



	contratados, por empregado e por dia;	
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por obra e/ou serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades da obra e/ou serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

20.3 – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

20.4 – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

20.5 – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis do ato que as impuser

20.6 – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

20.7 – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

20.8 – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

20.9 – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

20.10 – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.



20.11 – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

20.12 – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

20.13 – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do caput desta Cláusula é da competência da Assessoria de Regularização Fundiária e a da alínea “d” é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da entidade CONTRATANTE Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária.

20.14 – A aplicação das sanções previstas no item 20.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.15 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21. FORO

21.1 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Angra dos Reis para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

22.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**.

22.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

22.4 – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Contratação.

22.5 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	MINUTA CONTRATUAL
Anexo II	PROJETO BÁSICO
Anexo III	PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA
Anexo IV	PLANILHA DE QUANTITATIVOS E CUSTOS UNITÁRIOS
Anexo V	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
Anexo VI	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA



Anexo VII	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO
Anexo VIII	DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 9º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
Anexo IX	DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
Anexo X	DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, DO ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988
Anexo XI	DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
Anexo XII	MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA
Anexo XIII	MODELO DE PROPOSTA
Anexo XIV	MODELO DE INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES
Anexo XV	DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO
Anexo XVI	MODELO CARTA DE CREDENCIAMENTO
Anexo XVII	MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE
Anexo XVIII	JUSTIFICATIVA DA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL

Angra dos Reis, 12 de março de 2026.

Comissão de Contratação



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000084

ANEXO I

MINUTA CONTRATUAL



MINUTA DE CONTRATO
(CONCORRÊNCIA PÚBLICA – OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA)
CONTRATO Nº ____

Termo de Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS**, por meio do **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, como **CONTRATANTE**, e a _____, como **CONTRATADA**, para **prestação de serviços** na forma abaixo.

Aos dias ____ do mês de _____ do ano de 20____, na Rua Coronel Carvalho nº 465, 2º andar (sala 201 e 202), Centro, Angra dos Reis /RJ - CEP: 23.900-310, o **MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS**, por meio da **SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo **Sr. SÉRGIO HENRIQUE COSTA DOS SANTOS**, portador do RG nº 215072745, expedida pelo DETRAN-RJ e inscrito no CPF sob o nº 113.055.007-92, e a sociedade _____, estabelecida na _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA CO – [SIGLA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE] Nº ____/____**, realizado por meio do processo administrativo nº **SEI-2026-12000084**, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, e pela legislação suplementar municipal vigente, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da **CONTRATADA** e pelas disposições deste Contrato. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.



CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a **Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de drenagem pluvial, implantação de rede de esgotamento sanitário e recapeamento asfáltico em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (C.B.U.Q.) no Conjunto Habitacional Morada do Bracuí, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, materiais, mão de obra e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços**, sob regime de *Empreitada por Preço Unitário*, conforme as especificações constantes do Termo de Referência ou Projeto Básico (id. 00990874) e/ou, quando for o caso, do Projeto Executivo, da Descrição dos Serviços, do Escopo dos Serviços e do Memorial Descritivo (id. 00991525) do processo administrativo nº **SEI-2026-12000084**.

Parágrafo Primeiro – As obras e/ou serviços serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº **SEI-2026-12000084**, no Projeto Básico e/ou, quando for o caso, no Projeto Executivo, na Descrição dos Serviços, no Escopo dos Serviços ou no Memorial Descritivo, no Cronograma Físico-Financeiro, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução e conservação das obras ou serviços.

Parágrafo Segundo – A cada alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observados os limites legais estabelecidos nos arts. 125 e 128 da Lei Federal nº 14.133/2021, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse do CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro - São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I** - O Termo de Referência que embasou a contratação;
- II** - O instrumento convocatório, assim considerado o edital de licitação;
- III** - A Proposta do CONTRATADO, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, prevalecerão estas últimas; e **IV** - Eventuais anexos dos documentos supracitados.



CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), cuja composição se encontra especificada na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, às fls. _____, do processo administrativo nº **SEI-2026-12000084**.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro (**Anexo ____**), obedecido o sistema de medições estabelecido neste Edital.

Parágrafo Primeiro – Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na **Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária**.

Parágrafo Segundo – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período–base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando–se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Terceiro – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na **Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária**.

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período–base mencionado no parágrafo primeiro, sem que a **Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária** esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração [a ser exigida nos contratos com cooperativa versando o fornecimento de mão–de–obra] de observância das normas de



saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Sexto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sétimo – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na **Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária** e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Oitavo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE.

Caso se estabeleça exigência de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte nas contratações de obras e serviços, o parágrafo décimo primeiro deve ser acrescido à cláusula quarta do contrato, com a seguinte redação:

Parágrafo Nono – Os pagamentos referentes às parcelas subcontratadas pela CONTRATADA com as microempresas e empresas de pequeno porte por ela indicadas serão efetuados diretamente às subcontratadas responsáveis pela sua execução.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de **12 (doze) meses** contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do **Índice Nacional da Construção Civil – INCC-M da FGV**, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po \times [(I - Io) / Io]$$

Onde:



R = valor do reajuste;

Po = preço unitário contratual objeto do reajustamento;

Io = índice **INCC-M** relativo ao mês da data-base do orçamento estimado;

I = Índice **INCC-M** relativo ao mês de aniversário da data-base do orçamento estimado.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

[Sendo o serviço por escopo, incluir a seguinte previsão:]

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

[No caso de regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, incluir os seguintes parágrafos:]

Parágrafo Quarto – Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

Parágrafo Quinto – A repactuação terá data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até **90 (noventa) dias**, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.



CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao **REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços caberá a comissão designada por ato da **Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária**. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.



Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – RESPONSABILIDADE TÉCNICA

As obras e/ou serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica do Engenheiro(a) _____ [Arquiteto(a), se for o caso], que fica autorizado a representar a CONTRATADA em suas relações com o CONTRATANTE em matéria técnica.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se obriga a manter o profissional indicado nesta Cláusula como Responsável Técnico na direção das obras e/ou serviços e no local da sua execução até o respectivo encerramento.

Parágrafo Segundo – O Responsável Técnico indicado pela CONTRATADA poderá ser substituído por outro de mesma qualificação e experiência, cuja aceitação ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – MEDIÇÕES

As medições obras e/ou serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro (Anexo _____), que será ajustado em função de inícios e reinícios de etapas da obra e/ou serviço, em dias diferentes, no primeiro dia útil do mês.

Parágrafo Primeiro – As medições serão processadas independentemente da solicitação da CONTRATADA. A primeira medição será realizada em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início, e as subseqüentes a cada período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior. O último dia de uma medição coincidirá obrigatoriamente com o último dia útil do mês calendário da sua realização. Poderão ser realizadas medições intermediárias cujo último dia não coincida com o último dia útil do mês calendário de sua realização, a critério do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – O processamento das medições obedecerá à seguinte sistemática:



a) Todos os itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (**Anexo ____**), originalmente ou em virtude de alterações contratuais, serão apontados em impresso próprio, assinado pela Fiscalização.

b) O preço unitário dos itens não contemplados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (**Anexo ____**), incluídos em virtude de alterações contratuais, observados os limites legais, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

PLO x PUEII

$$\text{PUII} = \frac{\text{-----}}{\text{PO}}$$

Onde:

PUII = Preço unitário do item incluído, referido ao mês base do orçamento;

PEO = Preço da obra ou serviço, referido ao mês base do orçamento;

PLO = Preço da licitante para a obra, referido ao mês base do orçamento;

PUEII = Preço unitário, do item incluído, referido ao mês base do orçamento.

Parágrafo Terceiro – Não serão considerados nas medições quaisquer obras e/ou serviços executados, mas não discriminados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (**Anexo ____**), ou em suas eventuais alterações no curso deste Contrato.

Parágrafo Quarto – Para obtenção do valor de cada medição, será observado, quando cabível, o seguinte procedimento, respeitadas as quantidades constantes do orçamento oficial eventualmente alteradas no curso deste Contrato:

a) as quantidades medidas serão multiplicadas pelos respectivos preços unitários;

b) o valor de cada medição corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior;

c) para efeito de faturamento o valor de cada medição deverá considerar o percentual de redução ou acréscimo proposto pela CONTRATADA.



Parágrafo Quinto – Na medição final ou na medição única será anexado cadastro técnico das obras e/ou serviços realizados, com todas as plantas, detalhes e especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DE QUANTITATIVOS

Na vigência do Contrato, as quantidades dos itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (**Anexo ____**), poderão ser acrescidas em até **25% (vinte e cinco por cento)**, por item, da quantidade primitiva, a juízo exclusivo da Fiscalização, desde que o acréscimo não altere o valor do Contrato e nem transfigure o objeto da contratação, na forma do disposto nos arts. 124, 125 e 126 da Lei Federal nº 14.133/2021, e sejam observadas as demais disposições deste Contrato.

Parágrafo Primeiro – Em circunstâncias especiais, **devidamente justificadas e mediante prévia autorização do CONTRATANTE**, as quantidades referidas no caput desta Cláusula poderão ser acrescidas em percentual superior a **25% (vinte e cinco por cento)**, por item, da quantidade primitiva, ou substituídos, total ou parcialmente, por outras quantidades de itens novos constantes da tabela de preços adotada neste Contrato dentro do limite de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, desde que as substituições sejam imprescindíveis à perfeita execução da obra e os preços unitários respectivos conservem o valor da proposta de preços obtido por meio da seguinte fórmula:

$$PLO \times PUEII$$

$$PUII = \frac{\quad}{\quad}$$

$$PO$$

Onde:

PUII – Preço Unitário do Item Incluído, referido ao mês base do orçamento;

PO – Preço da obra na data do orçamento;

PLO – Preço da Licitante para a Obra referido à data do documento;

PUEII – Preço Unitário do Item Incluído, referido ao mês base do orçamento.



Parágrafo Segundo – Para a preservação do valor do Contrato, aos acréscimos corresponderão, sempre que possível e recomendável, supressões de outros itens, em igual proporção, desde que não haja comprometimento da obra e nem se transfigure o objeto do contrato, conforme o art. 126 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro – Itens simples ou compostos que não constem originariamente na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (**Anexo ____**), e que eventualmente se façam necessários, deverão ser incluídos sempre com base nos insumos, composições ou itens relacionados na tabela de preços adotada no Contrato.

Parágrafo Quarto – Poderão ser aceitas variantes do Projeto Executivo, quando houver, para a execução das obras e/ou serviços, que, depois de analisadas pela Fiscalização, conduzam à redução do preço contratado. Esta variante será acompanhada de uma Planilha de Quantitativos e Preços Unitários que demonstre a efetiva redução do preço referencial. A aceitação das variantes implicará.

- a) a contemplação dos seus quantitativos e preços na Planilha Oficial de Quantitativos e Preços Unitários, procedendo-se às adaptações necessárias, com as substituições e modificações indispensáveis e pertinentes;
- b) a inalterabilidade dos preços e dos quantitativos das variantes.

Parágrafo Quinto – O CONTRATANTE poderá modificar o projeto ou as suas especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos, com alteração ou não do valor contratual, observado o disposto nos arts. 124, inciso I, e 130, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Quinto – A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, conforme o art. 128 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Sexto – Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

- a) para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;



- b) por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de _____ no valor de R\$ _____ (por extenso) equivalente a 1,5% (um e meio por cento) do valor total do Contrato.

Parágrafo Primeiro – A **Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária** se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção do contrato decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

1. Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 96, § 1º, I, 1ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – Na hipótese de **descontos da garantia** a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de **7 (sete) dias úteis**, exceto no caso da cobrança de valores



de multas aplicadas, em que esse será de **48 (quarenta e oito) horas**, sempre contados da utilização ou da notificação pela **Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária**, o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

2. Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro-Garantia (art. 96, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021)

Parágrafo Quarto – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de **90 (noventa) dias** para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro-garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.



Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato.

Parágrafo Nono – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** de recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

3. Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança-Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

Parágrafo Sexto – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de **90 (noventa) dias** para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Sétimo – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.



Parágrafo Oitavo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Nono – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

4. Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

a) As partes obrigam-se a cumprir integralmente a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018-Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) -, bem como as normas correlatas aplicáveis, no tratamento de dados pessoais decorrentes da execução contratual.

b) O CONTRATADO declara que utilizará os dados pessoais exclusivamente para as finalidades relacionadas ao cumprimento do objeto do contrato, vedada sua utilização ou compartilhamento em desconformidade com a legislação vigente.



c) O CONTRATADO compromete-se a adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais tratados, responsabilizando-se integralmente por seus empregados, prepostos, subcontratados ou suboperadores.

d) Concluído o tratamento de dados pessoais, deverá o CONTRATADO proceder à sua eliminação, ressalvadas as hipóteses de guarda previstas em lei.

c) O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar informações, realizar auditorias ou adotar medidas de fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações aqui previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PRAZO

A vigência do Contrato é de **13 (treze) meses**, contados da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Parágrafo Primeiro – Considerando a natureza de escopo do Contrato, o seu prazo de vigência se estenderá até **03 (três) meses**, contados a partir do término do prazo de execução, para que sejam ultimados os atos de medição, aceite e pagamento.

Parágrafo Segundo – O prazo de execução do Contrato é de **10 (dez) meses**, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Início para início da execução do objeto.

Parágrafo Terceiro – Os prazos de cumprimento das etapas são aqueles constantes do **Cronograma Físico-Financeiro (Anexo ____)**.

Parágrafo Quarto – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Quinto – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CRONOGRAMA

O programa mínimo de progressão dos trabalhos e do desenvolvimento das obras obedecerá à previsão das etapas constantes do **Cronograma Físico-Financeiro (Anexo ____)**.



Parágrafo Primeiro – No decorrer da execução das obras será exigida uma produção que, aos preços contratuais originários, corresponda às etapas mínimas, em dias corridos, estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, em percentagens acumuladas em relação ao valor global das obras contratadas, que são:

até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.

até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.

até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.

até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.

até o _____ dias corridos, até o _____ dias corridos.

Parágrafo Segundo – Havendo progressão no Cronograma Físico maior do que a previsão original, a Fiscalização poderá adaptar o Cronograma Financeiro para atender essa situação, até o limite da dotação consignada no orçamento anual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – REGIME DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E/OU SERVIÇOS

As obras e/ou serviços objeto do presente Contrato serão executados sob o regime de *Empreitada por Preço Unitário* conforme as especificações constantes do Termo de Referência ou Projeto Básico e, quando for o caso, do Projeto Executivo, da Descrição dos Serviços, do Escopo dos Serviços ou do Memorial Descritivo id. 00991525 do processo administrativo nº **SEI-2026-12000084**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I – realizar as obras e/ou os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência ou Projeto Básico e, quando for o caso, no Projeto Executivo na Descrição dos Serviços, no Escopo dos Serviços ou no Memorial Descritivo id. 00991525 e na Proposta;

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;

III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste



Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

IV – apresentar o documento de responsabilidade técnica relativo às obras e/ou aos serviços nas datas devidas, responsabilizando-se integralmente pelas penalidades decorrentes da falta de apresentação;

V – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

VI – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, as obras e/ou serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

- a. em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de Angra dos Reis ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- b. no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- c. as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Angra dos Reis ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de Angra dos Reis ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;
- d. eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VIII – responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas dela provenientes, pelos equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras e/ou dos serviços contratados, assim como pela limpeza final da obra;

IX – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as



normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela **Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária**, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

X – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução contratual;

XI – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

XII – responsabilizar-se pelo licenciamento integral da obra perante entidades e órgãos públicos, inclusive o licenciamento ambiental;

XIII – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XIV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XV – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVI – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XVIII – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observando a alíquota aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;



II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pela **Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária**, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – As obras e/ou serviços executados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de recebimento, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quarto – O objeto do presente Contrato será recebido:

- a) provisoriamente, mediante apresentação da quitação do ISS, do comprovante de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes na obra, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida e declaração de regularidade trabalhista.
- b) definitivamente, após o decurso do prazo de conservação e verificada a perfeita adequação do objeto aos termos contratuais.

Parágrafo Quinto – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra e/ou serviço, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.



CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a **Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária** poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- a. **Advertência;**
- b. **Multa;**
- c. **Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;**
- d. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

- 1)** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 2)** 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 3)** 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;



4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04



3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.



Parágrafo Sexto – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Sétimo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Oitavo – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em **48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Nono – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

Parágrafo Décimo Primeiro – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Décimo Segundo – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do caput desta Cláusula é da competência da **Assessoria de Regularização Fundiária** e a da alínea “d” é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da entidade CONTRATANTE **Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária**.

Parágrafo Décimo Terceiro – A aplicação das sanções previstas no item 19.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



Parágrafo Décimo Quarto – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- a. **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput da Cláusula anterior;
- b. **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- c. **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “e” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as **alíneas “a” e “b”** do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.



Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- a. a devolução da garantia;
- b. os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- c. o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- d. o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.



CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

[Caso se estabeleça exigência de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte nas contratações de obras e serviços, a cláusula Décima Nona do Contrato deverá ter a seguinte redação:]

Excetuada a subcontratação obrigatória, não poderá haver cessão ou subcontratação independentemente da prévia e expressa anuência da **Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária**.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a substituir as microempresas ou empresas de pequeno porte subcontratadas, na hipótese de extinção da subcontratação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mantendo o percentual obrigatório originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando a **Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária** do ocorrido, sob pena de rescisão e sem prejuízo das sanções cabíveis.

Parágrafo Segundo – A substituição da microempresa ou empresa de pequeno porte subcontratada dependerá de prévia e expressa anuência da **Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária** e se dará mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Terceiro – Demonstrada a inviabilidade da substituição das microempresas ou empresas de pequeno porte subcontratadas, a CONTRATADA ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA será responsável pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, ficando solidariamente responsável com a SUBCONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o corrente exercício de 2026, assim classificados:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: _____

FICHA: _____

FONTE DE RECURSO: _____

NOTA DE EMPENHO: _____, de _____, no valor total de R\$ _____ (por extenso);

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Angra dos Reis para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Boletim Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Estado até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao da sua assinatura.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário.



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Obras e Habitação



Secretaria de
OBRAS E HABITAÇÃO

LIVRO nº ____
FOLHA nº ____

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Angra dos Reis, ____ de ____ de 2026.

SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
SÉRGIO HENRIQUE COSTA DOS SANTOS

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000084

ANEXO II

PROJETO BÁSICO

MEMORIAL DESCRITIVO
NOTA DE SERVIÇO
MEMÓRIA DE CÁLCULO
QUADRO DE EQUIPAMENTOS
COMPOSIÇÃO DO BDI

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de drenagem pluvial, implantação de rede de esgotamento sanitário e recapeamento asfáltico em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (C.B.U.Q.) no Conjunto Habitacional Morada do Bracuí, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, materiais, mão de obra e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.

1.1. DA VIGÊNCIA

1.1.1. A contratação será formalizada por meio de contrato, tendo em vista que o objeto se encontra devidamente definido, com projeto básico, quantitativos, metodologia construtiva estabelecida e local de execução claramente delimitado, o que permite o acompanhamento técnico integral e contínuo da execução dos serviços.

1.1.2. O contrato terá vigência de 10 (dez) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

1.1.3. A execução do objeto ocorrerá de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado, mediante a emissão de Ordem de Serviço e a realização de medições periódicas, vinculadas à efetiva execução dos serviços, observadas integralmente as condições estabelecidas no Projeto Básico e no instrumento contratual, assegurando o controle técnico, a rastreabilidade das etapas executivas, a transparência na aplicação dos recursos públicos e a adequada fiscalização da obra.

1.2. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Considerando as características do objeto, que abrange a execução de serviços de engenharia para implantação e adequação de sistemas de drenagem pluvial, rede de esgotamento sanitário e recapeamento asfáltico em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (C.B.U.Q.), com intervenções simultâneas em infraestrutura subterrânea e superficial, necessidade de compatibilização entre redes, atendimento a condicionantes ambientais, interferências com tráfego local, execução em vias urbanas habitadas e logística diferenciada, o objeto não se enquadra como serviço comum, afastando-se a utilização da modalidade pregão. Trata-se de serviço especial de engenharia, nos termos do art. 6º,

inciso XXI, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, recomendando-se, portanto, a adoção da modalidade Concorrência, sugerida em sua forma presencial, com inversão de fases, conforme art. 17, §1º, da referida Lei, de modo a assegurar maior controle procedimental, verificação adequada da habilitação técnica dos licitantes e maior segurança na contratação, sem prejuízo da competitividade e da transparência, conforme justificativa específica apresentada no **Anexo II**.

A adoção de critérios procedimentais que priorizem a qualificação técnica do licitante visa garantir a execução competente, segura e durável das obras, considerando que os serviços envolvem escavações, reaterros, implantação de redes, recomposição estrutural do pavimento e aplicação de camada asfáltica, cuja má execução compromete diretamente a vida útil da obra e gera custos adicionais de manutenção. Observa-se, em certames de obras viárias, a ocorrência de propostas com preços aparentemente vantajosos, mas tecnicamente inexecutáveis, apresentadas por empresas sem estrutura operacional compatível, o que resulta em atrasos, paralisações, rescisões contratuais ou necessidade de repetição de procedimentos.

Dessa forma, a estruturação do procedimento licitatório de modo a permitir a verificação rigorosa da habilitação técnica do licitante melhor classificado contribui para a mitigação de riscos, a continuidade da execução das obras, a eficiência administrativa e a preservação do interesse público, assegurando que o critério econômico seja analisado em conjunto com a efetiva capacidade de execução do contratado.

A contratação será realizada por meio de Concorrência, com execução mediante contrato de obra de engenharia, por se tratar de escopo definido e localizado, permitindo maior controle técnico, fiscalização e acompanhamento da execução.

Em conformidade com o art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, adota-se como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL, considerando que os quantitativos encontram-se definidos no Projeto Básico e que a execução dos serviços exige coerência técnica entre as etapas, assegurando objetividade, economicidade e padronização na formação dos preços.

1.3. DA PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA

- Execução de Drenagem Pluvial;
- Execução de Pavimentação em CBUQ;

1.3.1. Será exigido a apresentação de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados, conforme disposto no §2 do art. 67 da Lei 14.133/2021.

2. DA JUSTIFICATIVA

A presente contratação faz-se necessária para viabilizar a execução de serviços de engenharia destinados à implantação e adequação dos sistemas de drenagem pluvial, rede de esgotamento sanitário e recapeamento asfáltico em C.B.U.Q. nas vias do Conjunto Habitacional Morada do Bracuí, com o objetivo de restabelecer e garantir condições adequadas de mobilidade, salubridade, segurança e durabilidade da infraestrutura urbana local.

Atualmente, o conjunto habitacional apresenta deficiências estruturais significativas nos sistemas de drenagem e esgotamento, ocasionando recorrentes alagamentos, erosões, danos ao pavimento, retorno de esgoto, degradação das vias e riscos à saúde pública, especialmente em períodos de chuvas intensas. A ausência de soluções integradas para drenagem e esgotamento compromete a funcionalidade das ruas, acelera o desgaste do pavimento e prejudica a qualidade de vida dos moradores.

Além disso, o pavimento existente encontra-se deteriorado em diversos trechos, com afundamentos, trincas, buracos e perda de capacidade estrutural, tornando imprescindível a execução de recapeamento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (C.B.U.Q.) após a correção das redes subterrâneas, de modo a assegurar maior vida útil da via e evitar a necessidade de intervenções corretivas frequentes.

A contratação de empresa especializada se mostra essencial para garantir a execução técnica integrada dos serviços, com a utilização de métodos adequados, materiais de qualidade, equipamentos compatíveis e mão de obra qualificada, assegurando o atendimento às normas técnicas, ambientais e de segurança vigentes. A execução conjunta dos serviços evita retrabalhos, reduz custos, otimiza prazos e assegura maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, a contratação visa restabelecer a infraestrutura urbana do Conjunto Habitacional Morada do Bracuí, promover a segurança viária, melhorar as condições sanitárias, mitigar riscos de alagamento e garantir a adequada funcionalidade das vias públicas, atendendo ao interesse público e às diretrizes de planejamento urbano e saneamento do Município.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução adotada para atendimento da necessidade identificada consiste na contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de drenagem pluvial, implantação de rede de esgotamento sanitário e recapeamento asfáltico em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (C.B.U.Q.) nas vias do Conjunto Habitacional Morada do Bracuí, por meio de contrato de escopo, considerando que o objeto possui local definido, quantitativos estimados e solução técnica delineada em Projeto Básico.

Trata-se de obra de engenharia com execução delimitada no tempo e no espaço, cujas intervenções envolvem etapas interdependentes e tecnicamente correlacionadas, não se caracterizando como serviço contínuo ou sob demanda. Dessa forma, é possível a definição prévia das frentes de serviço, dos métodos executivos e dos quantitativos estimados necessários à execução, ainda que sujeitos a ajustes decorrentes de levantamentos complementares e compatibilizações técnicas.

As intervenções ocorrerão em vias urbanas habitadas, com necessidade de coordenação entre serviços subterrâneos e superficiais, planejamento logístico, controle de tráfego, atendimento a condicionantes ambientais e execução sequencial das etapas de obra, exigindo planejamento técnico e fiscalização contínua, o que reforça a adequação do contrato de escopo como instrumento jurídico mais eficiente e seguro para a Administração.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a adoção de contrato de escopo é indicada para objetos que possuem início, meio e fim definidos, permitindo melhor controle do cronograma físico-financeiro, fiscalização objetiva, responsabilização integral da contratada e previsibilidade orçamentária.

A utilização de instrumentos típicos de contratação sob demanda, como o Sistema de Registro de Preços, não se mostra adequada à natureza do objeto, uma vez que os serviços são previamente delimitados e a execução depende de planejamento integrado e sequencial, sendo incompatível com a imprevisibilidade e fracionamento próprios do SRP.

Dessa forma, o contrato de escopo possibilita maior eficiência administrativa, economicidade

e segurança jurídica, assegurando a execução adequada da obra, a durabilidade das intervenções e o atendimento ao interesse público, em conformidade com os princípios da eficiência, planejamento e responsabilidade fiscal.

4. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Os serviços deverão ser executados no prazo estabelecido na Ordem de Serviço e conforme cronograma físico-financeiro aprovado, podendo ser ajustado mediante comum acordo entre as partes, quando necessário à adequada execução do objeto, sem prejuízo do interesse público.

4.2. A planilha orçamentária definitiva da obra será elaborada com base no Projeto Básico, contendo quantitativos, composições de custos, preços unitários, BDI e demais elementos formadores do preço, constituindo referência para execução, medição e pagamento dos serviços.

4.3. A definição dos preços unitários e do preço global da obra foi baseada nas tabelas oficiais de referência, tais como SINAPI, EMOP, SCO/RJ ou equivalentes, considerando a data-base mais recente disponível à época da elaboração do orçamento, com aplicação do BDI e demais encargos, conforme critérios estabelecidos no edital e no contrato.

4.4. Na hipótese de inexistência de determinado serviço em uma única tabela oficial, foram adotadas composições complementares, com base em outras tabelas oficiais ou publicações técnicas amplamente reconhecidas, devidamente justificadas e integradas à planilha orçamentária.

4.5. Antes do início das intervenções, a CONTRATADA deverá realizar vistoria técnica completa no local da obra, promovendo os levantamentos necessários à execução dos serviços, não sendo admitidas alegações futuras de desconhecimento das condições do local para fins de pleito de acréscimos ou reequilíbrio contratual.

4.6. Para a execução do objeto, a CONTRATADA deverá dispor de equipe técnica qualificada, devidamente registrada no conselho profissional competente, responsável pela condução dos serviços, observância das normas técnicas, segurança do trabalho e atendimento às melhores práticas de engenharia.

4.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, máquinas, ferramentas e insumos necessários, em quantidades suficientes e com qualidade compatível com as especificações técnicas, promovendo sua substituição sempre que necessário.

4.8. Todos os materiais empregados na execução dos serviços deverão estar em conformidade

com as normas técnicas vigentes da ABNT, especificações do Projeto Básico e demais normas aplicáveis à obra.

4.9. As quantidades de materiais e insumos deverão corresponder integralmente às necessidades da obra, conforme quantitativos definidos no Projeto Básico e medições aprovadas pela fiscalização.

4.10. Todos os tributos, taxas, contribuições fiscais, encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e demais custos decorrentes da execução do objeto serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo qualquer tipo de reembolso adicional.

5. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

5.1. A Fiscalização e o Gerenciamento da contratação caberão a funcionário público qualificado e/ou habilitado para tal necessidade, que deverá ser formalmente designado pela autoridade competente da Pasta.

5.2. Após ser designado, o fiscal determinará o que for necessário para o cumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, bem como a regularização de faltas, nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto, bem como o Decreto Municipal nº 13.352/2023, que versa sobre fiscalização de contratos, quando forem pertinentes à contratação.

5.3. Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo mais que se relacione com o objeto, desde que não acarrete ônus para esta Administração ou modificação da contratação.

5.4. A Fiscalização avaliará constantemente a execução do objeto e terá autonomia para exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

a) Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da CONTRATADA com as atividades de outras empresas, profissionais e ou pessoas;

b) Solicitar a substituição de uniformes, materiais, equipamentos, sistemas de comunicação ou quaisquer outros insumos defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços;

c) Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela CONTRATADA;

d) Aprovar os relatórios de execução dos serviços, elaborados em conformidade com os requisitos estabelecidos;

e) Avaliar eventuais acréscimos ou supressões de serviços necessários ao perfeito atendimento;

f) Indicar atos realizados por funcionário da CONTRATADA que embarace ou dificulte a ação ou cuja presença no local dos serviços seja considerada prejudicial ou inadequada ao andamento dos trabalhos.

5.5. As decisões que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser comunicadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil, para a adoção de medidas convenientes.

5.6. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de sua atividade.

5.7. A existência e a atuação da fiscalização, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante esta Administração ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará em corresponsabilidade da Administração ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder o ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades (conforme disposto no Art. 120 da Lei 14.133/2021).

6. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

6.1.1. O controle e o acompanhamento dos serviços serão feitos por meio de medições realizadas no local, tendo como base a planilha orçamentária elaborada pela CONTRATADA, quando for o caso, e aprovada pela Fiscalização, devendo ao final ser atestada a entrega pelo responsável da CONTRATADA, juntamente com a Fiscalização, que assinará a Declaração de Aceite Provisório, quando for o caso.

6.1.2. A Fiscalização anotarà em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6.1.3. Ao final de cada etapa de execução contratual, conforme previsto no cronograma físico, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha detalhada.

6.1.4. Os serviços serão recebidos em tantas parcelas quantas forem as de pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

6.1.5. A Fiscalização realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

6.1.6. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à Fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.1.7. O Recebimento Provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos manuais e instruções exigíveis.

6.1.8. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

6.1.9. O Recebimento Provisório ou Definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

6.1.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes da Ordem de Serviço, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela Fiscalização, às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.2. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

6.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de emissão da Nota de Liquidação, sendo esta condicionada à apresentação do documento de cobrança na Secretaria responsável, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, mediante crédito em conta-corrente da CONTRATADA.

6.2.2. Considera-se período de adimplemento o prazo de 30 (trinta) dias da execução do serviço.

6.2.3. A Administração reserva-se ao direito de não efetuar o pagamento, se os produtos e/ou serviços estiverem em desacordo com as especificações constantes do Edital.

7. GARANTIA DE EXECUÇÃO E REAJUSTE

8.1. Será exigida garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, destinada a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, bem como a cobertura de eventuais prejuízos decorrentes de inadimplemento, atrasos, execução irregular ou danos causados à Administração.

8.2. A garantia de execução terá por finalidade resguardar a Administração Pública contra riscos inerentes à execução do contrato, incluindo, mas não se limitando a descumprimento total ou parcial do objeto, prejuízos financeiros, danos materiais, custos adicionais de recomposição e demais ônus decorrentes da inexecução contratual, observadas as modalidades e percentuais previstos na legislação vigente.

8.3. O reajuste dos preços contratuais poderá ser concedido após decorridos 12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento estimado que deu origem ao contrato, mediante a aplicação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC-M/FGV, ou de outro índice setorial oficial que venha a substituí-lo, desde que reflita, de forma adequada, a variação efetiva dos custos de produção e dos insumos utilizados na execução do objeto.

8. DO PROCEDIMENTO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS/RJ

A Licitante vencedora fica obrigada a emitir Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSe, para pagamento do objeto desta licitação (que está sujeito à tributação do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS), devendo, para isso, as empresas que não tenham sede no Município de Angra dos Reis providenciar, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, o “Cadastro Mobiliário de Contribuintes” - CMC, mediante acesso ao sistema informatizado da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Angra dos Reis/RJ, de acordo com o disposto no Art. 1º, do Decreto Municipal nº 7.725 de 04 de janeiro de 2011 e Art. 5º, do Decreto Municipal nº 8.162 de 15 de dezembro de 2011.

A nota Fiscal Eletrônica será(ão) conferida(s) e atestada(s) pela Administração, na pessoa do servidor responsável, desde que não haja fator impeditivo provocado pela empresa vencedora.

Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetário.

Será de inteira responsabilidade da licitante vencedora as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto desta licitação ficando, ainda, a Secretaria solicitada isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O Fornecedor deverá atender às exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal, social e trabalhistas previstos no Edital da Licitação, além dos critérios de qualificação técnica e econômico-financeira.

A seleção do Fornecedor ocorrerá por procedimento licitatório, baseado na Lei de Licitações e Contratos, Lei 14.133/2021, por meio da modalidade Concorrência, sugerida em sua forma presencial, com inversão de fases, conforme art. 17, §1º, da referida Lei, de modo a assegurar maior controle procedimental, verificação adequada da habilitação técnica dos licitantes e maior segurança na contratação, sem prejuízo da competitividade e da transparência.

10. DA ESTIMATIVA DO VALOR

A memória de cálculo e a planilha orçamentária utilizadas para a estimativa desta contratação encontram-se no **Anexo I**. Para a composição dos valores, foram utilizados referenciais de custos oficiais, tais como SINAPI, EMOP e outros sistemas reconhecidos, sobre os quais foram aplicados o BDI de 24,18% e a taxa de Administração Local de 7,64%, definidos com base nos parâmetros e orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), em conformidade com os acórdãos e diretrizes aplicáveis a obras e serviços de engenharia.

Valor Estimado: R\$ 17.126.275,96

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

11.1.1. Certidão de Registros da empresa e do Responsável Técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com jurisdição sobre o domicílio da sede do licitante, com indicação do objeto social compatível com o objeto desta licitação;

11.1.2. Prova de possuir no seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente,

detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras ou serviços de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto ora licitado.

11.1.3. Não será causa de inabilitação do licitante a apresentação de Termo de Compromisso, assinado por profissional ou profissionais de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obras de características semelhantes, averbado pelo órgão da classe, acompanhados das respectivas certidões de Acervo Técnico, afirmando que irá compor a equipe técnica, caso a licitante venha a se sagrar vencedora;

11.1.4. A comprovação de que o(s) detentor(es) do(s) referido(s) atestado(s) de responsabilidade técnica é(são) vinculado(s) à licitante, deverá ser feita através de cópia de sua(s) ficha(s) de registro de empregado, da(s) certidão(ões) de Registro do CREA, do(s) contrato(s) particular(es) de prestação de serviços (com firma reconhecida), do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado (com firma reconhecida), ou por meio de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e o(s) profissional(ais) qualificado(s), cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado, em conformidade com as parcelas de maior relevância assim definidas como:

- Execução de Drenagem Pluvial;
- Execução de Pavimentação em CBUQ;

11.1.5. Certidão de Acervo Operacional – CAO, emitido pelo CREA comprovando que a empresa licitante tenha desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, conforme Resolução nº 1.137 de 31 de março de 2023 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, Art. 53, 54, 55, 56 e 57, da respectiva resolução.

11.1.6. Não será causa de INABILITAÇÃO, em substituição ao item (11.1.5) Certidão de Acervo Operacional – CAO, a apresentação da Certidão de Acervo Técnico – CAT do profissional, devidamente registrada no CREA, quando esta estiver como executante do serviço a própria empresa licitante.

11.1.7. Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

11.1.8. Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características,

quantidades e prazos com o objeto da licitação.

12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar: (Os índices abaixo poderão ser exigidos cumulativamente ou não, devendo a Administração justificar a opção adotada. O percentual dos índices deverá ser fixado de acordo com o segmento de mercado de que trata o objeto da licitação).

Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$\text{IE} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

IE = _____

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1.1. A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

12.1.2. Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

12.1.2.1. Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

12.1.2.2. Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

12.1.2.3. Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

12.1.2.4. Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item 12.1 limitar-se-ão ao último exercício.

12.2. A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento), nos termos do § 4º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021] do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

12.2.1. Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da

Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3. Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Não será causa de inabilitação automática a empresa que se encontrar em recuperação judicial.

12.3.1. As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

12.4. Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021

13. GARANTIA DA PROPOSTA

13.1. Nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, no valor de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

14. DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)

14.1. A CONTRATADA deverá credenciar usuário junto ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), pessoa física representante da CONTRATADA, conforme estabelecido pelo art. 9º do Decreto Municipal nº 13.367, de 03 de janeiro de 2024.

14.2. Para realizar este credenciamento no SEI, a CONTRATADA deverá seguir as orientações disponíveis no portal do SEI <https://www.angra.rj.gov.br/sei/>, garantindo que todas as informações e documentos sejam submetidos dentro dos prazos estabelecidos.

14.3. A partir do cadastro de representante como usuário externo, todos os atos e comunicação processual entre a PMAR e a entidade representada dar-se-ão por meio eletrônico e não serão admitidas intimações e protocolizações por meio diverso.

14.4. O cadastro habilitará o usuário externo a:

I - peticionar eletronicamente;

II - acompanhar os processos em que peticionar ou aos quais lhe tenha sido concedido acesso externo;

III - ser intimado quanto a atos processuais ou para apresentação de informações ou documentos complementares; e

IV - assinar contratos, convênios, termos, acordos e outros instrumentos congêneres.

14.5. A critério da CONTRATANTE, a assinatura do contrato e demais documentos, poderão ser realizadas digitalmente, via SEI.

14.6. A CONTRATADA deverá acatar e cumprir quaisquer novas regulamentações relativas ao processo eletrônico do município de Angra dos Reis.

14.7. A CONTRATADA é responsável pela veracidade das informações cadastradas no SEI.

15. DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

As despesas referentes a esta contratação correrão por conta da seguinte Fonte e Dotação Orçamentária:

Dotação: 20.2023.15.451.0220.1718.449051.15000000

16. DAS OBRIGAÇÕES

16.1. DA CONTRATADA

16.1.1. Alterar ou atualizar os produtos entregues, caso haja necessidade

16.1.2. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

16.1.3. A CONTRATADA será integralmente responsável pela obtenção de todas as licenças, autorizações e anuências ambientais eventualmente exigidas para a execução dos serviços drenagem, bem como pelo cumprimento da legislação ambiental aplicável, arcando com todos os custos, taxas e encargos, e respondendo por quaisquer infrações, multas ou sanções, isentando o Município de toda responsabilidade.

16.1.4. A CONTRATADA será responsável pelas despesas com salários, encargos e

tributos ou quaisquer ônus trabalhistas.

16.1.5. A CONTRATADA fica obrigada a atender todas as “Ordens de Serviços” expedidas;

16.1.6. A CONTRATADA deverá responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante o fornecimento dos materiais ou execução dos serviços, respondendo por si e por seus sucessores;

16.1.7. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização desta Administração;

16.1.8. Possuir seguro contra terceiros, independente do seguro obrigatório, de modo a reparar os prejuízos físicos e/ou materiais que, porventura, possam ocorrer durante a execução dos serviços, cuja companhia seguradora será de escolha da CONTRATADA;

16.1.9. Ficar à disposição da CONTRATANTE durante o período de execução do serviço;

16.1.10. Realizar a guarda de todos os materiais e equipamentos durante a prestação dos serviços;

16.1.11. Dispor de veículo necessário e adequado para o transporte, bem como, de carregadores para a descarga dos materiais no local da entrega;

16.1.12. Para os serviços prestados na região das Ilhas, a CONTRATANTE será responsável pelo transporte e a CONTRATADA pelos carregadores que realizarão a carga e descarga dos materiais, sendo responsabilidade da CONTRATADA todas as demais despesas e custos necessários para a perfeita execução dos serviços, como por exemplo: despesas de alimentação e/ou hospedagem de funcionários;

16.1.13. Efetuar os trabalhos de modo a garantir a qualidade e segurança do serviço prestado e minimizar o impacto ao meio ambiente;

16.1.14. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos ou subcontratados, durante a execução dos serviços, ainda que nas dependências dos locais onde serão feitos os serviços;

16.1.15. Implantar, de forma adequada, supervisão dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

16.1.16. Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los no seu estado original, caso ocorra algum prejuízo como resultado de suas operações;

16.1.17. Fornecer materiais, produtos e equipamentos de trabalho, principalmente de segurança, coletivos e individuais, (EPIs e EPCs), adequados e necessários à consecução dos serviços constantes deste Termo de Referência, sem quaisquer ônus para o contratante, responsabilizando-se pelo quantitativo e qualitativo dos materiais, produtos e equipamentos empregados;

16.1.18. Promover a sinalização e proteção adequada relativa aos serviços, principalmente nas áreas de risco de acidentes;

16.1.19. Comunicar ao responsável pelo acompanhamento do contrato, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários, em no máximo no 24 h;

16.1.20. Apresentar à contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

16.1.21. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço ou de materiais empregados.

16.1.22. A CONTRATADA deverá efetuar a limpeza geral do local, colocando-se em condições de uso, devendo os detritos, equipamentos, ferramentas e instalações auxiliares serem removidas.

16.2. DA CONTRANTE

16.2.1. Promover o acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições exigidas neste Termo e no Edital;

16.2.2. Avaliar a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;

16.2.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no Edital e/ou registrados na Ata de Registro de Preços;

16.2.4. Emitir a Ordem de Serviço, devendo conter a identificação da Unidade Requisitante, o número do Processo Administrativo, o número da Ata de Registro de Preços, a identificação da CONTRATADA, a especificação do item, quantidade, data, horário e endereço de prestação do serviço, que será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA;

16.2.5. Providenciar embarcação(ões) quando os serviços forem prestados na Ilha, ficando os demais encargos sob responsabilidade da CONTRATADA;

16.2.6. Rejeitar o(s) serviço(s)/material(ais) no todo ou em parte, caso constate irregularidades com respeito à qualidade do mesmo, determinando que seja refeito/substituído, rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

16.2.7. Atestar, para fins de pagamento, os documentos da despesa, quando comprovado o fiel e correto cumprimento da prestação do serviço;

16.2.8. Exercer a Fiscalização da contratação em conformidade com Decreto Municipal nº 13.352/2023 e nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

16.2.9. Reservar à fiscalização do Órgão Solicitante o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos neste Termo de Referência e em tudo o mais que se relacione com o Objeto do Edital, desde que não acarrete ônus para a CONTRATANTE ou modificação na Ata de Registro de Preços;

16.2.10. Solicitar o(s) serviço(s) da CONTRATADA com antecedência mínima de 05 dias úteis contados da data fixada para início da prestação de serviço.

17. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, SEUS PRAZOS E DAS SANÇÕES

17.1. A prestação dos serviços, objeto do presente projeto básico, atenderá às seguintes exigências:

17.1.1. A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços nos locais e datas assinaladas na Ordem de Serviço, a qual deverá ser emitida pela Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária;

17.1.2. A CONTRATADA fica subordinada ao cumprimento integral das disposições constantes do contrato e legislação complementar, sem prejuízo na aplicação das sanções administrativas previstas no instrumento contratual e legislação que rege a matéria.

17.1.3. A CONTRATADA deverá executar os serviços visando evitar a descontinuidade do expediente do Órgão Solicitante, com a devida divulgação do(s) dia(s) do serviço(s) e demais orientações por escrito ao Órgão Solicitante, mediante aceite da mesma.

17.1.4. A CONTRATADA se responsabiliza pelo transporte, entrega e guarda de todos os materiais durante a prestação dos serviços.

17.1.5. A CONTRATADA fica subordinada ao cumprimento integral dos Anexos que acompanharão Edital.


17.1.6. Caso seja necessário, a CONTRATADA deverá proteger os bens patrimoniais, assim como qualquer superfície propensa a ser afetada pela prestação dos serviços, com material adequado, sendo responsável pela retirada dos mesmos ao término do serviço.

17.1.7. A aplicação das sanções previstas neste Projeto Básico não exclui, em hipótese alguma:

17.1.7.1. A obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e

17.1.7.2. A possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos artigos da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

17.2. As sanções respeitarão ainda o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 13.361, de 29 de dezembro de 2023, no Edital de Licitação e no contrato.

Documento assinado digitalmente
 **THIAGO RIBEIRO NUNES**
Data: 28/01/2026 16:13:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Thiago Ribeiro Nunes

Engenheiro Civil

Matricula 32.088

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBRA: IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO, MELHORIA NA REDE DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM C.B.U.Q. NO CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUHY - BAIRRO BRACUHY - ANGRA DOS REIS/RJ
LOCAL: BAIRRO BRACUHY – MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

1.0 - Serviços Preliminares

1.1 - Placa de identificação de obra pública padrão PMAR - EMOP 02.020.0001-0

Comprimento	x	Largura	=	Total
3,00		2,00		6,00

Total =	6,00	m²
----------------	-------------	-----------

2. - Serviços de Escritório e Campo

2.1 – Levantamento topográfico, planialtimétrico e cadastral, de terreno de orografia não acidentada, vegetação rala e edificação densa - EMOP 01.016.0010-0

Conforme projeto

Total	: 10.000	Área
m²		ha
25.701,95		2,57

Total =	2,57	ha
----------------	-------------	-----------

2.2 - PROJETO EXECUTIVO DE SISTEMA DE DRENAGEM ACIMA DE 20.000M2, APRESENTADO EM AUTOCAD - EMOP 01.050.0157-0

Conforme projeto

Total =	25.701,95	m²
----------------	------------------	-----------

3. - Canteiro de Obra

3.1 – Aluguel de contêiner para escritório, medindo 2,20m de largura, 6,20m de comprimento e 2,50m de altura, composto de chapas de aço com nervuras trapezoidais, isolamento termo-acústico no forro, chassi reforçado e piso em compensado naval, incluindo instalações elétricas, exclusive transporte e carga e descarga - EMOP 02.006.0010-0

Quantidade	x	Meses	=	Total
un		mês		un.mes
1,00		10,00		10,00

Total =	10,00	un.mes
----------------	--------------	---------------

3.2 – Instalação e ligação provisória para abastecimento de água e esgotamento sanitário em canteiro de obras, inclusive escavação, exclusive reposição da pavimentação do logradouro público - EMOP 02.015.0001-0

Total =	1,00	un
----------------	-------------	-----------

3.3 – Instalação e ligação provisórias de alimentação de energia elétrica, em baixa tensão, para canteiro de obras, M3 – chave 100A, carga 3KW, 20CV, exclusive o fornecimento do medidor - EMOP 02.016.0001-0

Total =	1,00	un
----------------	-------------	-----------

3.4 – Transporte de contêiner, exclusive carga e descarga - EMOP 04.005.0300-0

Quantidade	Distância	Total
un	km	un.km
1,00	50,00	50,00

Total =	50,00	un.km
----------------	--------------	--------------

3.5 – Carga e descarga de contêiner - EMOP 04.013.0015-0

Quantidade	x	Fator	=	Total
un				un
1,00		2,00		2,00

Total =	2,00	un
----------------	-------------	-----------

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBRA: IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO, MELHORIA NA REDE DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM C.B.U.Q. NO CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUHY - BAIRRO BRACUHY - ANGRA DOS REIS/RJ
LOCAL: BAIRRO BRACUHY – MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

3.6 – Transporte de equipamentos pesados em carretas, exclusive a carga e descarga - EMOP 04.005.0350-1

Equipamento	Quantidade	x Peso = t	Total t	x ida/volta = km	Total t.km
escav. Hidra.	1,00	16,90	16,90		
retroescavadeira	2,00	5,60	11,20		
motonivel.	1,00	11,80	11,80		
carregadeira	1,00	9,44	9,44		
rolo pneus	1,00	9,00	9,00		
rolo Tanden	1,00	9,40	9,40		
vibro acabad.	1,00	10,50	10,50		
SOMA			78,24	300,00	23.472,00

Total = 23.472,00 t.km

3.7 – Carga e descarga de equipamentos pesados, em carretas - EMOP 04.014.0091-1

Peso	x Fator =	Total
78,24	2,00	156,48
Total = 156,48 t		

3.8 – Aluguel de banheiro químico, portátil, medindo 2,31m de altura x 1,56m de largura e 1,16m de profundidade, inclusive instalação e retirada do equipamento, fornecimento de química desodorizante, bactericida e bacteriostática, papel higiênico e veículo próprio com unidade móvel de sucção para limpeza - EMOP 02.006.0050-0

Quantidade un	x Meses =	Total un.mes
1,00	10,00	10,00
Total = 10,00 un.mes		

4.0 – Drenagem

4.1 - Escavação mecânica de vala não escorada em material de 1ª categoria com pedras, instalações prediais ou outros redutores de produtividade ou cavas de fundação, até 1,50m de profundidade, utilizando retro escavadeira, exclusive esgotamento - EMOP 03.016.0005-1

Recobrimento Médio	Ø	Comp	x	Largura	x	Altura	=	Total
0,90	mm		m	m		m		m³
Embasamento	400		1.961,00	1,00		1,40		2.745,40
0,10	600		2.139,00	1,20		1,50		3.850,20
		Comp	x	Largura	x	Altura	x	Quantid
			m	m		m		un
CX ralo			1,90	1,30		1,00		161,00
PV 1,5x1,5x1,6			2,70	2,70		1,50		49,00
PV 2,0x2,0x2,1			3,20	3,20		1,50		13,00

4.2 - Escavação mecânica de vala não escorada em material de 1ª categoria com pedras, instalações prediais ou outros redutores de produtividade ou cavas de fundação, entre 1,50 e 3,00m de profundidade, utilizando retro-escavadeira, exclusive esgotamento - EMOP 03.016.0010-1

	Ø mm	Comp x m	Largura x m	Altura = m		Total m³
	600	2.139,00	1,20	0,10		256,68
		Comp x m	Largura x m	Altura x m	Quantid = un	Total m³
PV 1,5x1,5x1,6		2,70	2,70	0,25	49,00	89,30
PV 2,0x2,0x2,1		3,20	3,20	0,75	13,00	99,84
					SOMA	445,82
	Total = 445,82 m³					

4.3 - Reaterro de vala/cava com pó-de-pedra, inclusive fornecimento do material e compactação manual - EMOP 03.015.0010-0

Acima da geratriz superior do tubo

Manilhas	Ø mm	Comp x m	Largura x m	Altura = m	Total m³
	400	1.961,00	1,00	0,90	1.764,90
	600	2.139,00	1,20	0,90	2.310,12
Subtotal					4.075,02
Total = 4.075,02 m³					

4.4 - Reaterro de vala/cava com material de boa qualidade, utilizando vibro compactador portátil, exclusive material - EMOP 03.011.0015-1

PV / Cx Ralo	Comp x	Dimensões Largura x	Altura x	Quantidade Quantid =	Vol. PV e Cx m³	Volume escav.(m³)	Vol. Escav. - Vol. PV Cx Reaterro (m³)
CX ralo	1,30	0,70	1,00	161,00	146,51	397,67	251,16
PV 1,5x1,5x1,6	2,10	2,10	1,70	49,00	367,35	625,12	257,77
PV 2,0x2,0x2,1	2,60	2,60	2,20	13,00	193,34	299,52	106,18
Subtotal							615,11
Total = 615,11 m³							

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBRA: IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO, MELHORIA NA REDE DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM C.B.U.Q. NO CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUHY - BAIRRO BRACUHY - ANGRA DOS REIS/RJ

LOCAL: BAIRRO BRACUHY – MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

4.5 - Aterro com material de 1ª categoria, compactado manualmente em camadas de 20cm, até uma altura máxima de 80cm, para suporte de camada de concreto, inclusive dois tiros de pa, espalhamento e rega, exclusive fornecimento da terra - EMOP 03.009.0004-0

Até a geratriz superior do tubo			Vol. 1	Vol. 2		
Ø	Área tubo	x Comp. Tubo =	Vol. tubo	Reaterro	Vol. escav.	Vol. Escav - Vol.1 - Vol. 2
mm	m²	m	m³	Recobrimento	m³	Vol. reaterro
400	0,13	1.961,00	254,93	1.764,90	2.745,40	725,57
600	0,28	2.139,00	598,92	2.310,12	4.106,88	1.197,84
Gal. 2,00 x 1,50	3,00	340,00	1.020,00	2.975,00	1.020,00	1.955,00
SOMA						3.878,41

Total = 3.878,41 m³

4.6 – Pó-de-pedra, sem considerar o transporte da pedra até o local de utilização, inclusive carga no caminhão. - Fornecimento - EMOP 20.099.0001-0

Até a geratriz superior do tubo			Vol. 1	Vol. 2		
Ø	Área tubo	x Comp. Tubo =	Vol. tubo	Reaterro	Vol. escav.	Vol. Escav - Vol.1 - Vol. 2
mm	m²	m	m³	Recobrimento	m³	Vol. reaterro
400	0,13	1.961,00	254,93	1.764,90	2.745,40	725,57
600	0,28	2.139,00	598,92	2.310,12	4.106,88	1.197,84
Gal. 2,00 x 1,50	3,00	340,00	1.020,00	2.975,00	1.020,00	1.955,00
SOMA						3.878,41

Total = 3.878,41 m³

4.7 – Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, a velocidade média de 40km, em caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 12t - EMOP 04.005.0141-0

Pó-de-pedra	Volume x	Peso espec. x	DMT =	Total
	m³	t/m³	km	t.km
	3.878,41	1,65	13,50	86.391,58
Pedra de mão	425,00	1,50	13,50	8.606,25
			Total	94.997,83

Total = 94.997,83 t.km

4.8 – Carga de material com pá-carregadeira de 1,30m³, exclusive despesas com o caminhão, compreendendo tempo com espera e operação para cargas de 150t por dia de 8h - EMOP 04.012.0073-1

P/ Bota-fora	Ø	Vol. Escav x	Peso esp. =	Peso		
	mm	m³	t/m³	t		
	400	2.745,40	1,70	4.667,18		
	600	4.106,88	1,70	6.981,70		
			Subtotal 1	11.648,88		
		Vol. Escav. -	Vol. Reat. =	Vol. BotaFora x	Peso esp.=	Peso
		m³	m³	m³	t/m³	t
CX ralo		397,67	251,16	146,51	1,70	249,07
PV 1,5x1,5x1,6		625,12	257,77	367,35	1,70	624,50
PV 2,0x2,0x2,1		299,52	106,18	193,34	1,70	328,68
				Subtotal 1		1.202,25

Total = 12.851,13 t

4.9 - Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, à velocidade média de 40km/h, em caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 12t - EMOP 04.005.0141-0

Bota-fora	Peso x	DMT =	Total
	t	km	t.km
	12.851,13	13,50	173.490,26

Total = 173.490,26 t.km

4.10 - Tubo de concreto armado, classe pa-1, para galerias de águas pluviais, com diâmetro de 400mm, aterro e soca até a geratriz superior do tubo, inclusive fornecimento do material para rejuntamento com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4. FORNECIMENTO e ASSENTAMENTO - EMOP 06.004.0062-0

Conforme projeto

Total = 1.961,00 m

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBRA: IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO, MELHORIA NA REDE DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM C.B.U.Q. NO CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUHY - BAIRRO BRACUHY - ANGRA DOS REIS/RJ

LOCAL: BAIRRO BRACUHY – MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

4.11 - Tubo de concreto armado, classe pa-1, para galerias de águas pluviais, com diâmetro de 600mm, aterro e soca até a geratriz superior do tubo, inclusive fornecimento do material para rejuntamento com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4. FORNECIMENTO e ASSENTAMENTO - EMOP 06.004.0066-0

Conforme projeto

Total =	2.139,00	m
----------------	-----------------	----------

4.12 - Poca de visita em alvenaria de blocos de concreto(20x20x40cm),em paredes de 0,20m de esp.c/1,50x1,50x1,60m,p/coletor de aguas pluviais de 1,00m de diam.sendo as paredes chapiscadas e revestidas internamente c/argamassa,enchimento dos blocos e base e - EMOP 06.015.0013-0

Conforme projeto

Total =	49,00	un
----------------	--------------	-----------

4.13 - Poca de visita em alvenaria de blocos de concreto(20x20x40cm),em paredes de 0,20m de esp.c/2,00x2,00x2,10m,p/coletor de aguas pluviais de 1,50m de diam.sendo as paredes chapiscadas e revestidas internamente c/argamassa,enchimento dos blocos e base e - EMOP 06.015.0016-0

Conforme projeto

Total =	13,00	un
----------------	--------------	-----------

4.14 - Caixa de ralo em alvenaria de blocos de concreto (20 x 20 x 40cm), em paredes de 0,20m de espessura, de 0,30 x 0,90 x 0,90m, para águas pluviais, utilizando argamassa de cimento e areia, no traço 1:4 em volume, sendo as paredes chapiscadas e revestidas internamente com a mesma argamassa, enchimento dos blocos e base em concreto simples fck = 10MPa e grelha de ferro fundido de 135kg, inclusive fornecimento de todos os materiais - EMOP 06.015.0030-0

Conforme projeto

Total =	161,00	un
----------------	---------------	-----------

4.15 - Tampao de ferro fundido completo, articulado, pesado, de 0,60m de diametro, tipo avenida, assentado com argamassa de cimento e areia no traco 1:4 em volume. Fornecimento e assentamento. DR 35.05.0250

Conforme projeto

Total =	62,00	un
----------------	--------------	-----------

4.16 - Galeria tecnica pre-fabricada de concreto armado,dimensoes internas de (2,50x1,50)m (bxh) recobrimento com 2cm,exclusiv e escavacao e reaterro.fornecimento e assentamento. 06.004.0520-0

Conforme projeto

Total =	340,00	m
----------------	---------------	----------

4.17 – Pedra-de-mão para região Metropolitana do Rio de Janeiro, exclusive transporte, inclusive carga no caminhão. FORNECIMENTO - EMOP 20.116.0013-0

Berço da galeria

Largura m	Altura m	Comprimento m	Volume m³
2,50	0,50	340,00	425,00
Total =	425,00	m³	

**ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO**

OBRA: IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO, MELHORIA NA REDE DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM C.B.U.Q. NO CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUHY - BAIRRO BRACUHY - ANGRA DOS REIS/RJ
LOCAL: BAIRRO BRACUHY – MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

5.0 – Terraplanagem

5.1 – Escavação mecânica, a céu aberto, em material de 1ª categoria, utilizando escavadeira hidráulica de 0,78m³ - EMOP 03.021.0005-1

Área (m²) x	Esp. (m) =	Volume (m³)
25.701,95	0,15	3.855,29

RETIRADA DE PAVIMENTO EXISTENTE

Total =	3.855,29	m³
----------------	-----------------	-----------

5.2 – Carga de material com pá-carregadeira de 1,30m³, exclusive despesas com o caminhão, compreendendo tempo com espera e operação para cargas de 150t por dia de 8h - EMOP 04.012.0073-1

P/ Bota fora	Volume x m³	Peso espec. = t/m³	Total t
	3.855,29	1,70	6.553,99
Total =	6.553,99	t	

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBRA: IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO, MELHORIA NA REDE DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM C.B.U.Q. NO CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUHY - BAIRRO BRACUHY - ANGRA DOS REIS/RJ

LOCAL: BAIRRO BRACUHY – MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

5.3 - Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, à velocidade média de 40km/h, em caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 12t - EMOP 04.005.0141-A

P/ Bota fora	Peso x t	DMT = km	Total t.km
	6.553,99	13,50	88.478,87

Total =	88.478,87	t.km
----------------	------------------	-------------

5.4 - Aterro com material de 1ª categoria, sendo o espalhamento com retro escavadeira, em camadas de 20cm de material adensado, regado por caminhão tanque e compactado a 90% com rolo pé de carneiro convencional, de 2 (dois) cilindros, rebocado por trator de pneus, intervindo 2 (dois) serventes, exclusive o fornecimento da terra - EMOP 03.010.0018-0

Área (m²) x	Esp. (m) =	Volume (m³)
25.701,95	0,15	3.855,29

Total =	3.855,29	m³
----------------	-----------------	-----------

5.5 - Pó-de-pedra, sem considerar o transporte da pedreira até o local de utilização, inclusive carga no caminhão. FORNECIMENTO – EMOP 20.099.0001-0

idem 5.4

Total =	3.855,29	m³
----------------	-----------------	-----------

5.6 - Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, à velocidade média de 40km/h, em caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 12t - EMOP 04.005.0141-0

Volume x m³	Peso espec. = t/m³	Total x t	DMT = km	Total t.km
3.855,29	1,65	6.361,23	13,50	85.876,61

Total =	85.876,61	t.km
----------------	------------------	-------------

6.0 – Pavimentação

6.1- Regularização de subleito, de acordo com as “Instruções para Execução” do DER-RJ. O custo indeniza as operações de execução e o transporte de água e se aplica a área efetivamente regularizada, exclusive transporte e escavação de corretivos - EMOP 08.021.0001-0

Total =	25.701,95	m²
----------------	------------------	-----------

6.2- Base de brita graduada, inclusive fornecimento dos materiais, medida após a compactação - EMOP 08.001.0002-1

Local	Área (m²) x	Espes(m)=	Vol. (m3)
CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUHY	25.701,95	0,15	3.855,29
TOTAL.....	25.701,95		3.855,29

Total =	3.855,29	m³
----------------	-----------------	-----------

6.3- Camada de bloqueio (colchão) de pó-de-pedra, espalhado e comprimido mecanicamente, medida após compactação - EMOP 08.035.0001-0

Local	Área (m²) x	Espes(m)=	Vol. (m3)
CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUHY	25.701,95	0,10	2.570,20
TOTAL.....	25.701,95		2.570,20

Total =	2.570,20	m³
----------------	-----------------	-----------

6.4 - Imprimação de base de pavimentação, de acordo com as “Instruções para Execução” do DER-RJ - EMOP 08.026.0001-0

Local	Área (m²)
CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUHY	22.733,00
TOTAL.....	22.733,00

Total =	22.733,00	m²
----------------	------------------	-----------

6.5 – Revestimento de concreto betuminoso usinado a quente, importado de usina, executado em uma camada, de acordo com as instruções / especificações do contratante, compreendendo preparo, espalhamento e compactação mecânicos e os materiais, exclusive o transporte da usina para a pista - EMOP 08.015.0067-0

Local	Área (m²)
CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUHY	22.733,00
TOTAL.....	22.733,00

Área CBUQ m²	Espessura m	Peso espec. t/m³	Total t
22.733,00	0,05	2,30	2.614,30

Total =	2.614,30	t
----------------	-----------------	----------

6.6 - Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, à velocidade média de 40km/h, em caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 12t - EMOP 04.005.0141-0

Área CBUQ	Espessura	Peso espec.	DMT	Total
-----------	-----------	-------------	-----	-------

**ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO**

OBRA: IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO, MELHORIA NA REDE DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM C.B.U.Q. NO CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUHY - BAIRRO BRACUHY - ANGRA DOS REIS/RJ
LOCAL: BAIRRO BRACUHY – MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

	m ²	m	t/m ³	km	t.km
	22.733,00	0,05	2,30	13,50	35.292,98
Total =	35.292,98	txkm			

7.0 - Sarjeta e Meio-Fio

7.1 - Sarjeta e meio-fio conjugados, de concreto simples fck = 15MPa, moldado no local, tipo DER-RJ, medindo 0,45m de base e 0,30m de altura, rejuntamento com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3,5, com fornecimento de todos os materiais - EMOP 08.027.0082-0

Local	MEIO FIO SARJETA (m)
CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUHY	6.310,00
TOTAL.....	6.310,00
Total =	6.310,00 m

7.2 - Meio-fio reto de concreto simples fck = 15MPa, concreto pré-moldado, tipo DER-RJ, medindo 0,15m na base e com altura de 0,30m, rejuntamento com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3,5, com fornecimento de todos os materiais, escavação e reater - EMOP 08.027.0042-0

Local	MEIO FIO SARJETA (m)
CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUHY	863,00
TOTAL.....	863,00
Total =	863,00 m

8.0 - Esgoto sanitário

8.1 - Escavacao manual de vala/cava em material de 1ª categoria (a (areia,argila ou picarra),ate 1,50m de profundidade,exclusiv e escoramento e esgotamento - EMOP 03.001.0001-1

Ø mm	Comp x m	Largura x m	Altura = m	Total m ³
100	6.800,00	0,50	0,60	2.040,00
Total =	2.040,00	m³		

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBRA: IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO, MELHORIA NA REDE DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM C.B.U.Q. NO CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUHY - BAIRRO BRACUHY - ANGRA DOS REIS/RJ

LOCAL: BAIRRO BRACUHY – MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

8.2 - Escavação mecânica de vala não escorada em material de 1ª categoria com pedras, instalações prediais ou outros redutores de produtividade ou cavas de fundação, até 1,50m de profundidade, utilizando retro escavadeira, exclusive esgotamento - EMOP 03.016.0005-1

	Ø mm	Comp x m	Largura x m	Altura x m	=	Total m³
	75	261,00	0,70	1,00		182,70
	150	2.496,00	0,80	1,00		1.996,80
		Comp x m	Largura x m	Altura x m	Quantid un	Total m³
PV Ø 1000 mm		1,60	1,60	1,50	80,00	307,20
CI Ø 600mm		1,20	1,20	0,80	340,00	391,68
SOMA						2.878,38
Total = 2.878,38 m³						

8.3 - Aterro com material de 1ª categoria, compactado manualmente em camadas de 20cm, ate uma altura maxima de 80cm, para suporte de camada de concreto, inclusive dois tiros de pa, espalhamento e rega, exclusive fornecimento da terra - EMOP 03.009.0004-0

Acima da geratriz superior do tubo

Manilhas	Ø mm	Comp x m	Largura x m	Altura x m	=	Total m³
	75	261,00	0,70	0,9250		169,00
	100	6.800,00	0,50	0,6000		2.040,00
	150	2.496,00	0,80	0,85		1.697,28
Subtotal						3.906,28
Total = 3.906,28 m³						

8.4 - Reaterro de vala/cava com pó-de-pedra, inclusive fornecimento do material e compactação manual - EMOP 03.015.0010-0

Até a geratriz superior do tubo

Manilhas	Ø mm	Comp x m	Largura x m	Altura x m	=	Total m³	- Volume do tubo m³	Total m³
	75	261,00	0,70	0,075		13,70	4,6197	9,08
	150	2.496,00	0,80	0,15		299,52	176,4672	123,05
Subtotal						313,22		132,13
Total = 132,13 m³								

8.5 - Reaterro de vala/cava com material de boa qualidade, utilizando vibro compactador portátil, exclusive material - EMOP 03.011.0015-1

	Comp x	Dimensões Largura x	Altura x	Quantidade Quantid =	Vol. PV e Cx m³	Volume escav.(m³)	Vol. Escav. - Vol, PV Cx Reaterro (m³)
PV Ø 1000 mm	1,60	1,60	1,50	80,00	251,20	307,20	56,00
CI Ø 600mm	1,20	1,20	0,80	340,00	384,34	391,68	7,34
Subtotal							63,34
Total = 63,34 m³							

8.6 – Pó-de-pedra, sem considerar o transporte da pedra até o local de utilização, inclusive carga no caminhão. - Fornecimento - EMOP 20.099.0001-0

Idem item 8.3

Total = 3.906,28 m³

8.7 – Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, a velocidade média de 40km, em caminhão basculante à óleo diesel, com capacidade útil de 12t - EMOP 04.005.0141-0

Pó-de-pedra	Volume m³	Peso espec. x t/m³	DMT km	=	Total t.km
	3.906,28	1,50	13,50		79.102,17
Total = 79.102,17 t.km					

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBRA: IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO, MELHORIA NA REDE DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM C.B.U.Q. NO CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUHY - BAIRRO BRACUHY - ANGRA DOS REIS/RJ
LOCAL: BAIRRO BRACUHY – MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

8.8 – Carga de material com pá-carregadeira de 1,30m³, exclusive despesas com o caminhão, compreendendo tempo com espera e operação para cargas de 150t por dia de 8h - EMOP 04.012.0073-1

P/ Bota-fora	Ø mm	Vol. Escav x m³	Peso esp. = t/m³	Peso t
	75	182,70	1,70	310,59
	100	2.040,00	1,70	3.468,00
	150	1.996,80	1,70	3.394,56
			Subtotal 1	7.173,15

	Vol. Escav. - m³	Vol. Reat. = m³	Vol. BotaFora x m³	Peso esp.= t/m³	Peso t
PV Ø 1000 mm	307,20	56,00	251,20	1,70	427,04
CI Ø 600mm	391,68	7,34	384,34	1,70	653,38
			Subtotal 1		1.080,42

Total = 8.253,57 t

8.9 - Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, à velocidade média de 40km/h, em caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 12t - EMOP 04.005.0141-0

Bota-fora	Peso x t	DMT = km	Total t.km
	8.253,57	13,50	111.423,20

Total = 111.423,20 t.km

8.10 -Tubo de pvc rigido,conforme abnt nbr-5688 de 75mm,linha refo reada,soldavel,inclusive conexoes e emendas,exclusive abertura e fechamento de rasgo.fornecimento e assentamento - EMOP 15.036.0086-0

Conforme projeto

Total = 261,00 m

8.11 -Tubo de pvc rigido,conforme abnt nbr-5688 de 100mm,linha ref orcada,soldavel,inclusive conexoes e emendas,exclusive abertura e fechamento de rasgo.fornecimento e assentamento - EMOP 15.036.0088-0

Conforme projeto

Total = 6.800,00 m

8.12 -Tubo de pvc rigido,conforme abnt nbr-5688 de 150mm,linha ref orcada,soldavel,inclusive conexoes e emendas,exclusive abertura e fechamento de rasgo.fornecimento e assentamento - EMOP 15.036.0090-0

Conforme projeto

Total = 2.496,00 m

8.13 - Selim elastico de pvc para ligacao predial de rede de esgoto ,conforme abnt nbr 10569,de 150mmx100mm,inclusive anel de borracha.fornecimento - EMOP 06.272.0035-A

Conforme projeto

Total = 340,00 un

8.14 - Corte e colocacao de conexoes em tubo de pvc rigido,esgoto,s oldavel,com diametro de 100mm,exclusive a peca - EMOP 15.045.0087-0

Conforme projeto

Total = 340,00 un

8.15 - Poca de visita,de aneis de concreto pre-moldados,para esgoto s sanitarios,segundo especificacoes da cedae,inclusive degraus,exclusive tampao de ferro fundido,com profundidade de 1,5 0m - EMOP 06.017.0007-0

Conforme projeto

Total = 80,00 un

8.16 -Caixa de inspecao para coletor de esgoto sanitario em aneis de concreto pre-moldado de 0,70m de profundidade, conforme especificacoes da CEDAE, inclusive fornecimento de tampao completo de ferro fundido de 0,60m de diametro, degraus de ferro fundido, rejuntamento dos aneis e revestimento liso de calha interna com argamassa de cimento e areia no traco 1:4 em volume, sendo a base e a banquetta executadas com concreto fck=11MPa, exclusive escavacao e reaterro.(desonerado) - DR 29.20.0050

Conforme projeto

Total = 340,00 un

8.17 - Tampao de ferro fundido completo, articulado, pesado, de 0,60m de diametro, tipo avenida, assentado com argamassa de cimento e areia no traco 1:4 em volume. Fornecimento e assentamento. DR 35.05.0250

Conforme projeto

Total = 80,00 un

ANEXO II

JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DA INVERSÃO DE FASES E CONCORRÊNCIA PRESENCIAL

1. OBJETIVO

A presente justificativa tem por objetivo fundamentar a adoção da modalidade Concorrência, em sua forma presencial, com inversão de fases, para a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia destinados à implantação e adequação de sistemas de drenagem pluvial, rede de esgotamento sanitário e recapeamento asfáltico em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (C.B.U.Q.), em vias urbanas habitadas do Município, demonstrando que tal escolha é tecnicamente adequada, juridicamente amparada e administrativamente vantajosa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO E COMPLEXIDADE TÉCNICA

O objeto da contratação envolve a execução de serviços de engenharia de complexidade, caracterizados por intervenções simultâneas em infraestrutura subterrânea (redes de drenagem e esgotamento sanitário) e superficial (pavimentação asfáltica), demandando compatibilização técnica entre projetos, planejamento integrado das etapas, controle rigoroso da execução e observância de condicionantes ambientais e urbanísticas.

A execução ocorrerá em vias urbanas habitadas, com necessidade de controle de tráfego, gestão de interferências, mitigação de impactos ambientais e adoção de logística diferenciada, o que exige capacidade técnica comprovada, experiência prévia e estrutura operacional compatível por parte da empresa contratada.

Tais características afastam a classificação do objeto como serviço comum, enquadrando-o como serviço especial de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.

3. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DA INVERSÃO DE FASES

A adoção da inversão de fases, prevista no art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, mostra-se necessária, adequada e vantajosa para a contratação em questão, tendo em vista a complexidade técnica do objeto e os riscos associados à execução de obras de infraestrutura urbana.

Entretanto, o sistema Compras.gov.br ainda não se encontra plenamente adaptado para realizar, de forma automatizada, licitações com a inversão de fases prevista na Lei nº 14.133/2021, permanecendo estruturado, em sua maior parte, segundo o rito tradicional.

Dessa forma, a adoção da concorrência na forma presencial mostra-se a alternativa procedimental mais adequada, por permitir a plena aplicação da inversão de fases, garantir maior controle dos atos, viabilizar a análise rigorosa da habilitação do licitante melhor classificado e assegurar a correta condução do certame, em consonância com os princípios da eficiência, segurança jurídica, planejamento e interesse público.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA A ADOÇÃO DA CONCORRÊNCIA

Nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a modalidade Concorrência é a mais adequada para contratações que envolvam obras e serviços especiais de engenharia, como no presente caso, pois permite maior rigor na análise da habilitação técnica e maior segurança na seleção do contratado.

Além disso, o art. 33 da referida lei estabelece que o critério de julgamento do menor preço global é compatível com a modalidade concorrência, desde que os quantitativos estejam definidos em projeto básico, o que se verifica no presente processo.

5. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA ADOÇÃO DA FORMA PRESENCIAL NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA

5.1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 17, §2º, que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitindo-se a utilização da forma presencial desde

que devidamente motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Embora o meio eletrônico seja regra, a própria lei autoriza expressamente a adoção da forma presencial, desde que haja motivação técnica, administrativa e fática, devidamente registrada.

5.2. NECESSIDADE DE CONTROLE RIGOROSO DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

A habilitação técnica exige análise detalhada de:

- atestados técnico-operacionais compatíveis com o objeto;
- capacidade de mobilização de equipamentos e equipes;
- experiência em obras de infraestrutura urbana em áreas habitadas;
- comprovação de execução de serviços correlatos com interferências subterrâneas.
- A forma presencial permite análise imediata e controlada da documentação, com esclarecimentos técnicos em tempo real, reduzindo riscos de interpretação equivocada e evitando a habilitação indevida de empresas sem capacidade efetiva, situação recorrente em certames eletrônicos de obras complexas.

5.3. MITIGAÇÃO DO RISCO DE PROPOSTAS INEXEQUÍVEIS

Em licitações eletrônicas de obras de infraestrutura urbana, observa-se com frequência a apresentação de propostas com preços artificialmente reduzidos, formuladas por empresas que não compreendem plenamente as condições locais, o projeto e a complexidade da execução, gerando:

- paralisações de obra;
- pedidos de reequilíbrio;
- rescisões contratuais;
- atraso na entrega do objeto;
- prejuízo à população e ao erário.

A forma presencial inibe esse comportamento, pois pressupõe maior compromisso do licitante com a contratação, leitura integral do edital e compreensão técnica do objeto, contribuindo para a seleção de proposta exequível e segura.

5.4. ADEQUAÇÃO À REALIDADE OPERACIONAL DO OBJETO

A execução do objeto exige alto grau de coordenação técnica, planejamento operacional e controle permanente, em razão da natureza dos serviços a serem executados, que envolvem intervenções simultâneas em infraestrutura subterrânea e superficial, em ambiente urbano habitado, com interferências diretas no tráfego, na rotina da população e em redes públicas existentes.

5.4.1. PLANEJAMENTO INTEGRADO DAS FRENTES DE SERVIÇO

A obra demanda planejamento integrado entre as etapas de escavação, implantação de redes, reaterro, recomposição estrutural e execução do pavimento asfáltico, devendo cada fase ser executada em sequência técnica rigorosa, sob pena de comprometimento da qualidade e da durabilidade do pavimento. A forma presencial permite que os licitantes compreendam plenamente essa interdependência ainda na fase licitatória, evitando propostas desconectadas da realidade executiva.

5.4.2. GESTÃO DE INTERFERÊNCIAS E COMPATIBILIZAÇÃO DE REDES

A execução ocorrerá em áreas com redes existentes de água, esgoto, drenagem, energia, telecomunicações e demais interferências subterrâneas, exigindo capacidade técnica para identificação, proteção, remanejamento e compatibilização dessas estruturas. A sessão presencial permite esclarecimentos técnicos imediatos e aprofundados, reduzindo o risco de propostas formuladas sem a adequada compreensão dessas interferências, o que poderia resultar em atrasos, paralisações ou aditivos contratuais.

5.4.3. CUMPRIMENTO DE CRONOGRAMA RIGOROSO E MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS URBANOS

A execução dos serviços deve observar cronograma rigoroso, com liberação progressiva das vias, de modo a minimizar impactos à mobilidade urbana e às atividades dos moradores. A forma presencial favorece o alinhamento prévio de expectativas quanto a prazos, logística de

obra e métodos executivos, permitindo que apenas empresas com capacidade operacional compatível participem efetivamente do certame.

5.4.4. ATENDIMENTO A CONDICIONANTES AMBIENTAIS E URBANÍSTICAS

A obra está sujeita a condicionantes ambientais e urbanísticas específicas, tais como controle de poeira, ruído, gestão de resíduos, proteção de corpos hídricos, recomposição de áreas afetadas e atendimento às normas municipais de uso do solo. A forma presencial possibilita verificação mais rigorosa da capacidade técnica das empresas quanto ao cumprimento dessas exigências, reduzindo o risco de autuações ambientais, paralisações e sanções contratuais.

5.4.5. INTERAÇÃO CONSTANTE COM A FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A natureza do objeto exige interação permanente entre contratada e fiscalização, com necessidade de ajustes de campo, validações técnicas, medições e autorizações sequenciais. A realização do certame na forma presencial permite alinhamento técnico prévio entre Administração e licitantes, aumentando a previsibilidade da execução, reduzindo conflitos durante a obra e mitigando riscos de descumprimento contratual.

5.4.6. REDUÇÃO DE RISCOS CONTRATUAIS E PROTEÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO

A adequação da forma presencial à realidade operacional do objeto contribui para a seleção de licitantes com efetiva capacidade técnica e compreensão integral da obra, reduzindo riscos de inexecução, paralisação, reequilíbrios indevidos e aditivos corretivos, assegurando maior eficiência administrativa, segurança jurídica e proteção ao interesse público.

5.4.7. PRIORIZAÇÃO DA VERIFICAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA DO LICITANTE MELHOR CLASSIFICADO

A inversão de fases permite que a Administração analise primeiramente a habilitação técnica do licitante classificado em primeiro lugar, antes da adjudicação do objeto, assegurando que

apenas empresas com efetiva capacidade técnica, operacional e organizacional prossigam no certame.

No presente objeto, a verificação da habilitação envolve análise criteriosa de atestados de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional, compatíveis com serviços de drenagem, redes de esgoto e pavimentação asfáltica, bem como a comprovação de experiência em obras executadas em ambiente urbano habitado, com interferências subterrâneas e logística complexa. A inversão de fases permite que essa análise seja realizada de forma aprofundada e eficiente, reduzindo o risco de contratação de empresa sem condições reais de execução.

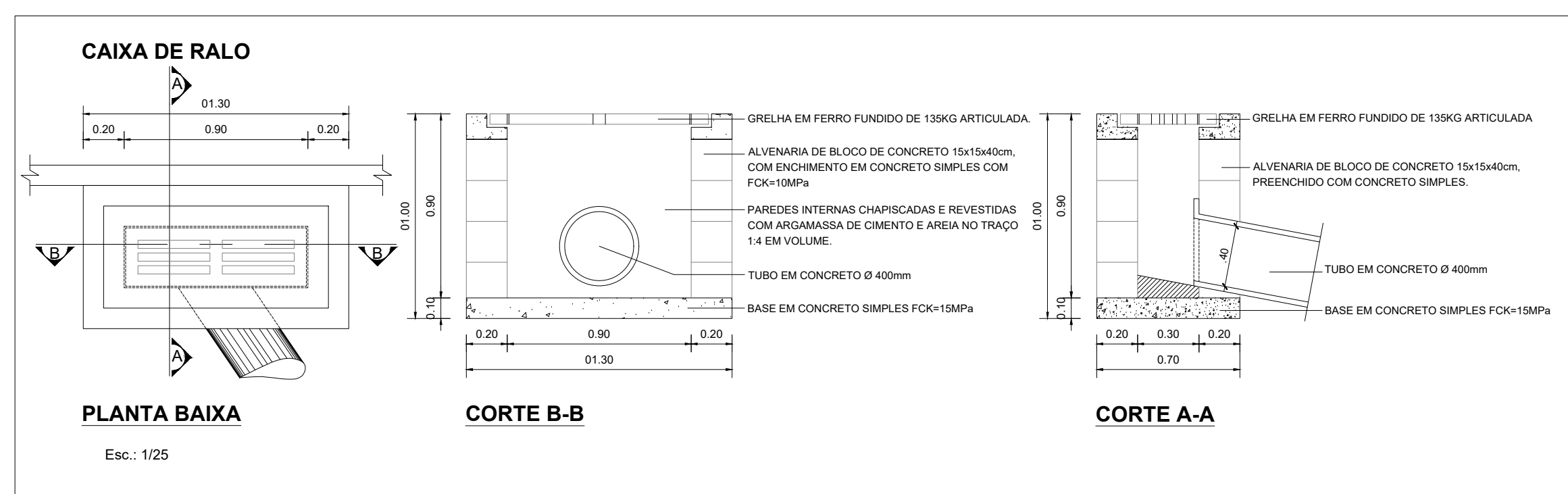
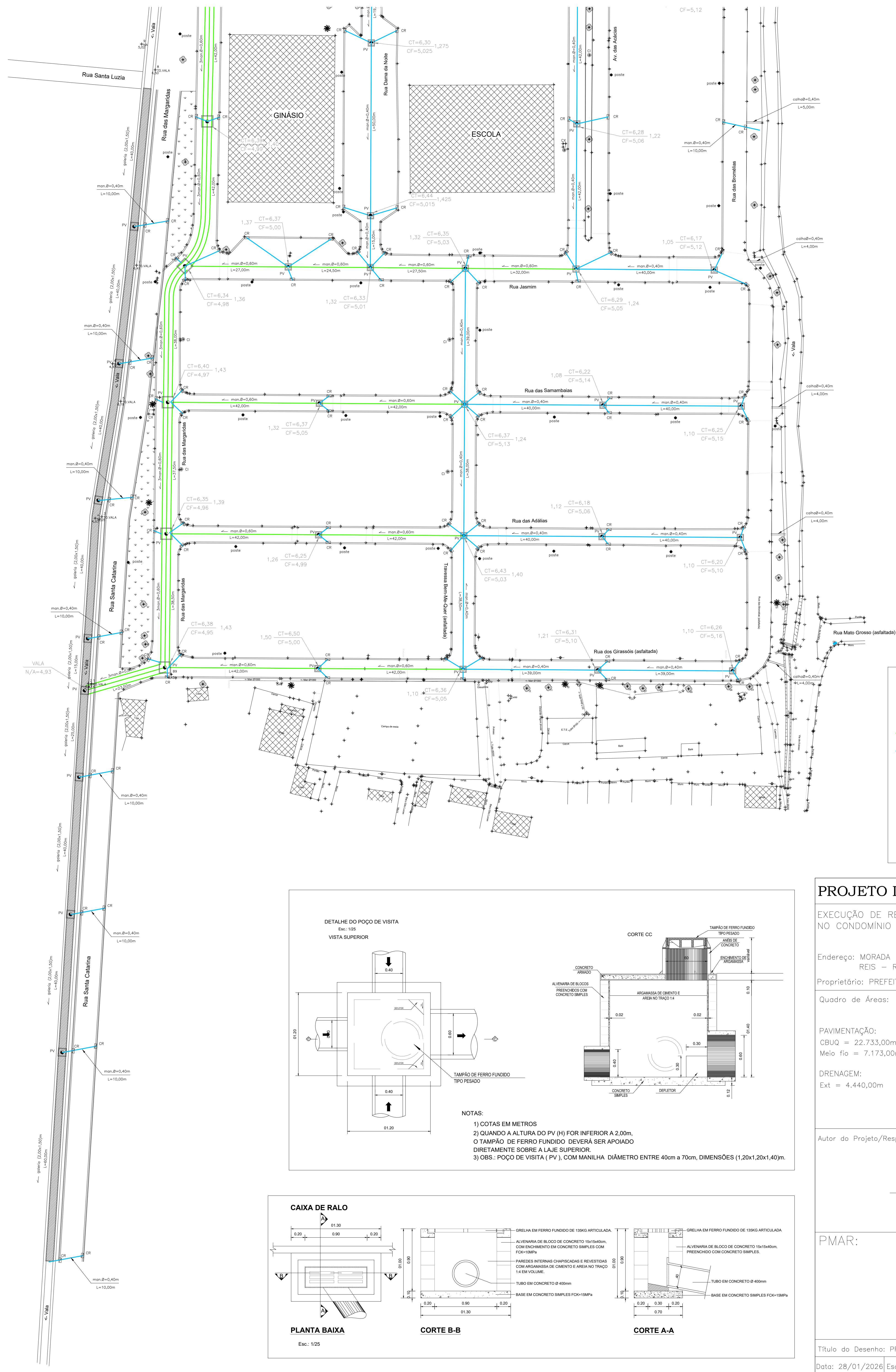
5.5. MITIGAÇÃO DE RISCOS DE INEXECUÇÃO CONTRATUAL E PARALISAÇÕES DE OBRA

Em obras de infraestrutura urbana, a seleção de empresas que apresentam apenas vantagem econômica, mas não dispõem de estrutura técnica compatível, frequentemente resulta em paralisações, atrasos, pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, rescisões contratuais e necessidade de nova licitação, com prejuízos à população e ao erário.

A inversão de fases contribui para a mitigação desses riscos, pois impede o avanço de propostas inexecutáveis ou tecnicamente inadequadas, garantindo que o critério econômico seja aplicado em conjunto com a efetiva capacidade de execução do licitante.

6. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, resta plenamente justificada a adoção da modalidade Concorrência, em sua forma presencial, com inversão de fases, por se tratar de solução tecnicamente adequada, juridicamente amparada e administrativamente mais segura para a contratação em questão, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, assegurando a proteção do interesse público e a eficiência da execução do objeto.



PROJETO DE INFRAESTRUTURA	FOLHA: 01/0
---------------------------	----------------

Endereço: MORADA DO BRACUÍ, SITUADO NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS


Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS

Quadro de Áreas:

PAVIMENTAÇÃO:
 CBUQ = 22.733,00m²
 Meio fio = 7.173,00m

DRENAGEM:
Ext = 4.440,00m

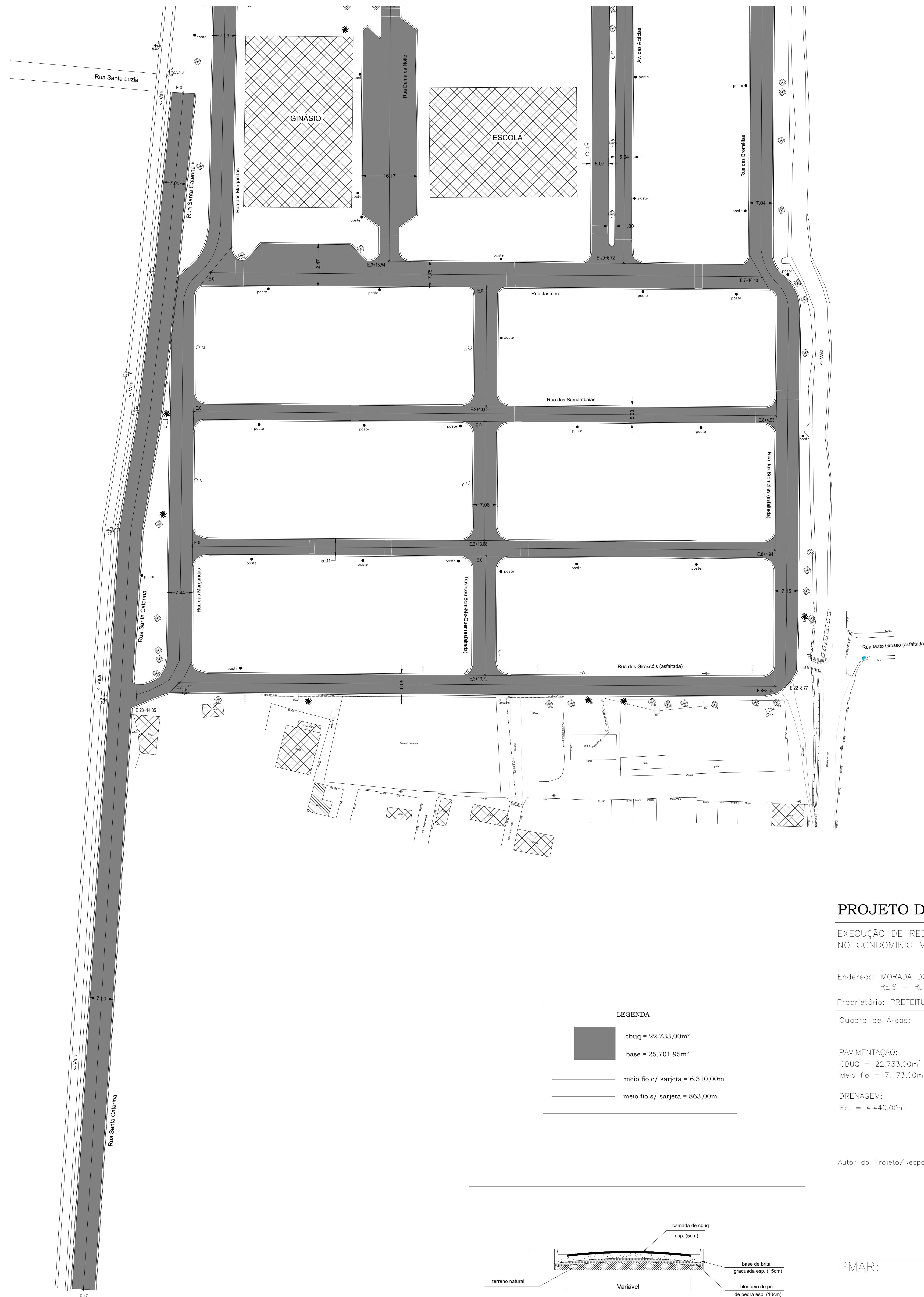
Autor do Projeto/Responsável Técnico


 THIAGO RIBEIRO NUNES
 Engenheiro Civil
 CREA-RJ 2018114490 / MAT.: 32.088

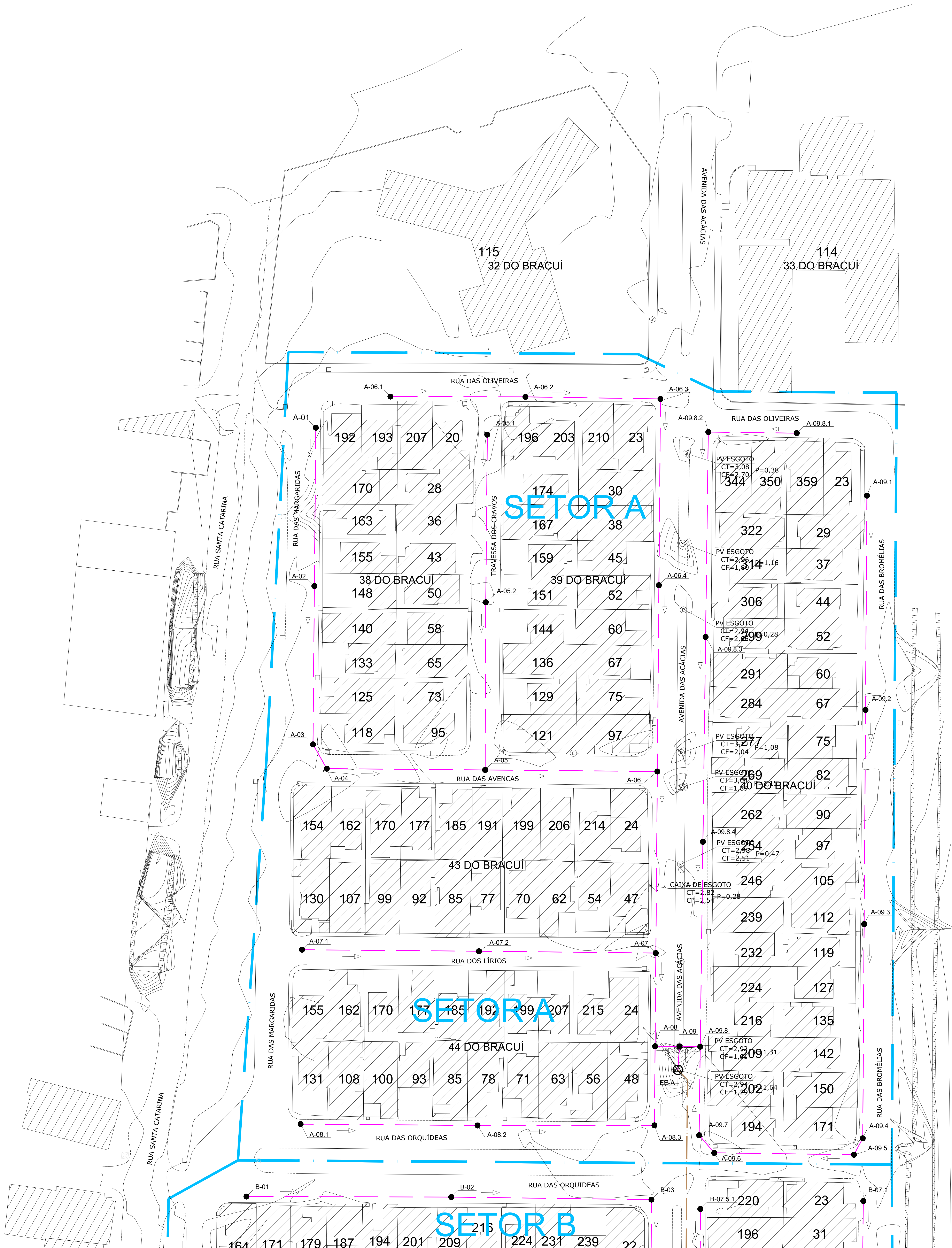
PMAR:

Título do Desenho: PROJETO DE INFRAESTRUTURA (PLANTA DA DRENAGEM)

Data: 28/01/2026	Escala: 1/500	Desenhista:
------------------	---------------	-------------



Data: 28/01/2026	Escala: 1/500	Desenhista:
------------------	---------------	-------------



LEGENDA:

- ⊙ ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO
- POÇO DE VISITA (PV) DE ESGOTO PROJETADO
- ⊙ POÇO DE VISITA (PV) DE ESGOTO EXISTENTE
- TUBULAÇÃO DE ESGOTO PROJETADA
- TUBULAÇÃO DE RECALQUE PROJETADA
- SENTIDO DE FLUXO
- ▣ DIAPOSITIVO DE DRENAGEM EXISTENTE – BOCA DE LOBO

RELAÇÃO DE MATERIAIS		
UNIDADE	TIPO	QUANT
TUBO PVC PB ESGOTO DN150mm	m	2496
TUBO PEAD DE75mm (RECALQUE)	m	261
PVs COM PROFUNDIDADE ATÉ 2,00m	un	80
TAMPÃO F1* DUCTIL ARTIC. DN 600mm	un	80

- NOTAS
- 1- PROJETO ELABORADO SEQUENDO AS NORMAS TÉCNICAS PERTINENTES E RECOMENDAÇÕES DA CEDAE.
 - 2- NECESSÁRIO LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DA REDE DE DRENAGEM EXISTENTE PARA SE IDENTIFICAR OS PONTOS DE INTERFERÊNCIA DESTA COM A REDE DE ESGOTO PROJETADA.
 - 3- TODA A REDE É EM TUBULAÇÃO PVC VINILFORT, DN 150mm.
 - 4- DEVE SE OBSERVAR AS CARACTERÍSTICAS HIDRÁULICAS DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS EXISTENTES NO LOCAL. A FIM DE SE VERIFICAR SE ELAS POSSUEM CONDIÇÕES ATENDEREM AOS LANÇAMENTOS DESTA PROJETO
 - 5- OS EFLUENTES COLETADOS SERÃO DIRECIONADOS PARA UMA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO A SER PROJETADA CONFORME PARÂMETROS DEFINIDOS PELA "DZ-215.R4 – DIRETRIZ DE CONTROLE DE CARGA ORGÂNICA BIODEGRADÁVEL EM EFLUENTES LÍQUIDOS DE ORIGEM SANITÁRIA", EMITA EM 2007.
 - 6- POPULAÇÃO DE PROJETO:
- Nº DE UNIDADES HABITACIONAIS: 340
- Nº DE PESSOAS POR UNIDADE: 5
- POPULAÇÃO FINAL: 340 x 5 = 1700 HABITANTES
- PER-CAPITA DE ESGOTO ADOPTADO: 160 l/dia
- (CEDAE / DZ-215.R4-TAB.2 – PADRÃO: MÉDIO INTERIOR)

PROJETO DE INFRAESTRUTURA

FOLHA:03/04

EXECUÇÃO DE REDE DE ESGOTO, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO NO CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUÍ.

Endereço: MORADA DO BRACUÍ, SITUADO NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS – RJ

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS

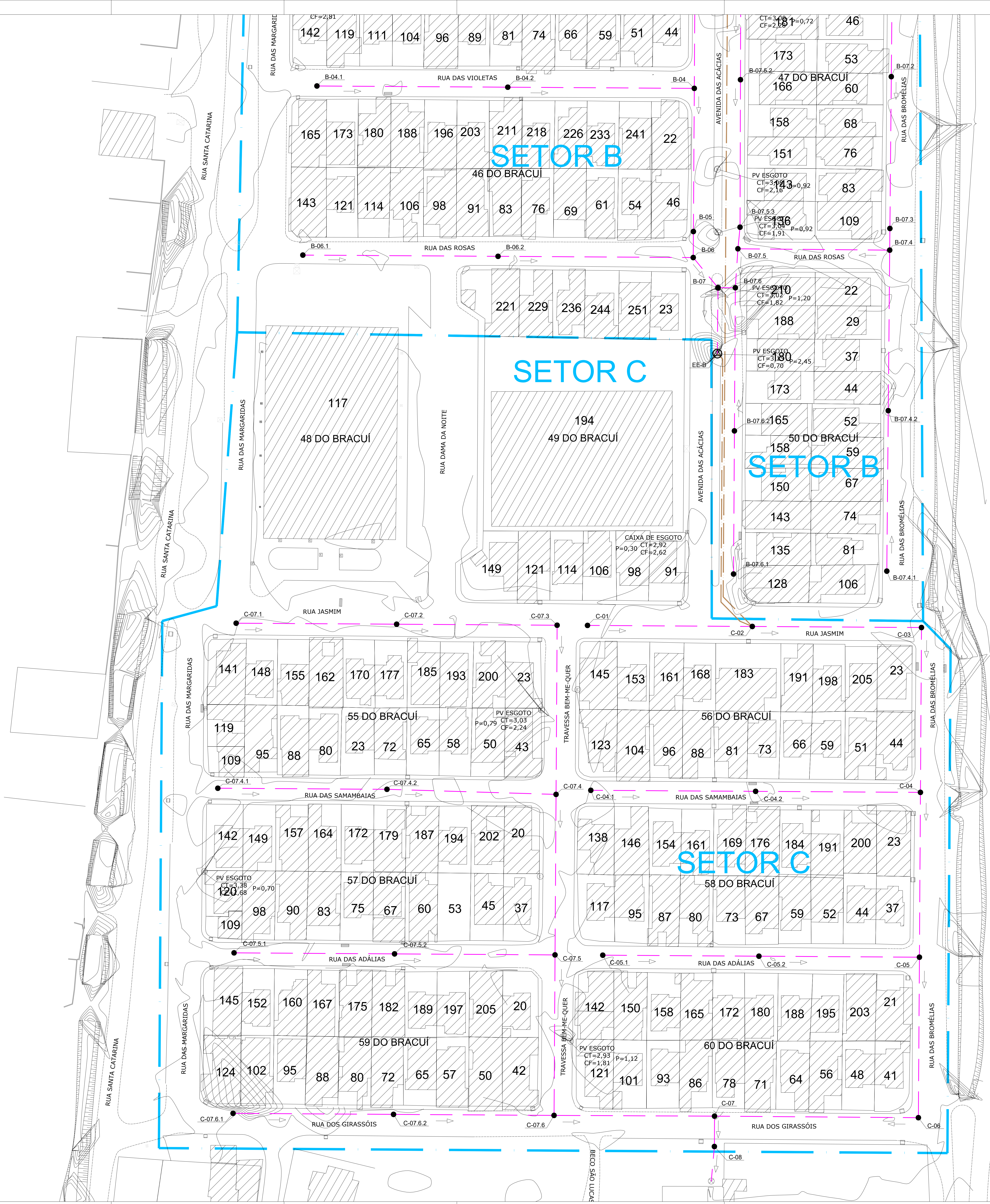
Quadro de Áreas:

Localização:

Autor do Projeto/Responsável Técnico:

Luís Roberto Nunes
HUGO RIBEIRO NUNES
Engenheiro Civil
CREA-RJ 2018114490 / MAT: 32.088

PMAR:



RELAÇÃO DE MATERIAIS		
UNIDADE	TIPO	QUANT
TUBO PVC PB ESGOTO DN150mm	m	2496
TUBO PEAD DE75mm (RECALQUE)	m	261
PVs COM PROFUNDIDADE ATÉ 2,00m	un	80
TAMPÃO F1* DUCTIL ARTIC. DN 600mm	un	80

- NOTAS
- 1- PROJETO ELABORADO SEQUENDO AS NORMAS TÉCNICAS PERTINENTES E RECOMENDAÇÕES DA CEDAE.
 - 2- NECESSARIO LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DA REDE DE DRENAGEM EXISTENTE PARA SE IDENTIFICAR OS PONTOS DE INTERFERÊNCIA DESTA COM A REDE DE ESGOTO PROJETADA.
 - 3- TODA A REDE É EM TUBULAÇÃO PVC VINILFORT, DN 150mm.
 - 4- DEVE SE OBSERVAR AS CARACTERÍSTICAS HIDRÁULICAS DAS ESTAÇÕES ELEVATORIAS EXISTENTES NO LOCAL, A FIM DE SE VERIFICAR SE ELAS POSSUEM CONDIÇÕES ATENDEREM AOS LANÇAMENTOS DESTA PROJETO
 - 5- OS EFLUENTES COLETADOS SERÃO DIRECIONADOS PARA UMA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO A SER PROJETADA CONFORME PARÂMETROS DEFINIDOS PELA "DZ-215.R4 - DIRETRIZ DE CONTROLE DE CARGA ORGÂNICA BIODEGRADÁVEL EM EFLUENTES LÍQUIDOS DE ORIGEM SANITÁRIA", EMITA EM 2007.
 - 6- POPULAÇÃO DE PROJETO:
- Nº DE UNIDADES HABITACIONAIS: 340
- Nº DE PESSOAS POR UNIDADE: 5
- POPULAÇÃO FINAL: 340 x 5 = 1700 HABITANTES
- PER-CAPITA DE ESGOTO ADOPTADO: 160 l/dia
- (CEDAE / DZ-215.R4-TAB.2 - PADRÃO: MÉDIO INTERIOR)

PROJETO DE INFRAESTRUTURA

FOLHA: 04/04

EXECUÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUI.

Endereço: MORADA DO BRACUI, SITUADO NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS - RJ

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS

Quadro de Áreas:

Localização:

Autor do Projeto/Responsável Técnico:

Luís Roberto Nunes

Luís Roberto Nunes

Engenheiro Civil

CREA-RJ 2018114490 / MAT: 32.088

PMAR:

Título do Desenho: PROJETO DE INFRAESTRUTURA (PLANTA DO ESGOTO)

Data: 28/01/2028 Escala: 1/500

Desenhista:



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Angra dos Reis
Secretaria de Obras e Habitação
ARFU: Engenheiro: Thiago Ribeiro Nunes

MEMORIAL DESCRITIVO

Obra: Drenagem, rede de esgoto sanitário e recapeamento asfáltico em C.B.U.Q.

Local: Conjunto Habitacional Morada do Bracuí- Angra dos Reis/RJ

O presente memorial apresenta os trabalhos a serem realizados para a implantação de sistema de rede de drenagem pluvial, esgoto sanitário e pavimentação asfáltica, localizado no conjunto habitacional morada do Bracuí

Está sendo contemplado no projeto, a drenagem pluvial, rede de esgotamento sanitário e recapeamento asfáltico da Rua dos Lírios, Rua das Orquídeas, Rua Dama da Noite, Rua das Rosas, Rua das Acácias, Rua das Oliveiras, Rua das Margaridas, Rua dos Cravos, Rua das Avencas, Rua das Bromélias, Rua das Violetas, Rua das Samambaias, Rua Bem-Me-Quer, Rua das Adálias e Rua dos Girassóis.

A mão de obra a ser empregada na obra deverá ser composta de operários tecnicamente capazes e conhecedores de suas funções. Com isto espera-se obter a melhor execução e o melhor acabamento em todos os serviços, que só serão aceitos nestas condições.

SERVIÇOS PRELIMINARES

Inicialmente será feita a mobilização dos equipamentos até a referida obra. Após isso será adquirida e instalada a placa da obra. Logo após, a Empresa executora da obra, através de sua equipe de topografia, fará a locação da obra para execução dos serviços conforme projeto.

SERVIÇOS GEOMÉTRICO

O trecho projetado, conforme mencionado neste relatório, trata-se da pavimentação asfáltica com área de 22.733,00m², rede de drenagem pluvial com 7.280,00 metros de manilha, rede de esgotamento sanitário com 2.757,00 metros de tubulação e 7.173,00 metros de meio fio. Além de contribuir para o desenvolvimento urbano do Conjunto Habitacional Morada do Bracuí, a implantação da rede de esgotamento sanitário e rede de drenagem pluvial proporcionará melhorias significativas nas condições de salubridade, saúde pública e qualidade de vida dos moradores, assegurando a coleta, o transporte e a destinação adequada dos efluentes domésticos gerados na localidade. A intervenção visa eliminar lançamentos inadequados, reduzir riscos de contaminação do solo e dos corpos hídricos adjacentes, bem como prevenir a ocorrência de doenças de veiculação hídrica.

O projeto de alinhamento e locação da rede de esgotamento sanitário foi desenvolvido de forma integrada e compatível com o sistema viário do conjunto habitacional, buscando minimizar interferências, facilitar a execução das obras e garantir a durabilidade do sistema. As seções transversais foram definidas conforme as condições geométricas e operacionais do local, assegurando o adequado funcionamento hidráulico da rede e

a facilidade de operação e manutenção ao longo de sua vida útil.

PROJETO DE TERRAPLANAGEM

O projeto de terraplenagem consiste na execução dos serviços de corte, remoção de material inadequado, reaterro e aterro com material de jazida. Cortes são segmentos cuja implantação requer escavação do terreno natural, ao longo do eixo e no interior dos limites das seções do projeto, que definem o corpo estradal.

A execução deste serviço seguirá a Especificação de Serviço DER- RJ e deverá estar em conformidade com a ABNT. As operações de corte compreendem escavação dos materiais constituintes do terreno natural até o greide de terraplenagem indicado no projeto, carga e transporte dos materiais para aterros ou bota-foras. Estes materiais deverão ser transportados para locais previamente indicados pela fiscalização.

Categorias dos materiais:

- 1ª categoria: compreendem solos em geral, residuais ou sedimentares;
- 3ª categoria: compreendem rochas sãs e blocos isolados de rocha com diâmetro superior a 1,00 m ou de volume igual ou superior a 1,00 m³, cuja extração, a fim de possibilitar o carregamento, se processe com o emprego de explosivos ou desmonte mecanizado;
- 2ª categoria: materiais que não se enquadram nos itens acima.

Remoção de material inadequado: Entende-se por remoção e substituição de solos inadequados do subleito a escavação e substituição de materiais nitidamente instáveis do subleito de corte e aterros, por condições da umidade excessiva e de aeração praticamente inviável (borrachudos), e/ou por características intrínsecas de baixo poder-suporte. Apresenta-se sob forma de bolsões ou em áreas restritas, que possam afetar o bom desempenho do pavimento. A execução deste serviço seguirá a Especificação de Serviço DER-RJ e deverá estar em conformidade com a ABNT. Os materiais a serem empregados na substituição serão medidos e classificados de acordo com as especificações do projeto.

PROJETO DE RECAPEAMENTO

O Projeto de Recapeamento Asfáltico consiste na execução dos serviços de preparação da superfície existente, correções localizadas do pavimento, limpeza, pintura de ligação e aplicação de nova camada de revestimento asfáltico, com o objetivo de restaurar as condições de rolamento, conforto e segurança da via.

Previamente à execução do recapeamento, a superfície do pavimento existente deverá estar devidamente limpa, seca e isenta de materiais soltos, poeira, óleo ou qualquer outro contaminante que comprometa a aderência entre as camadas. Quando necessário, deverão ser realizadas correções pontuais, tais como remendos profundos ou superficiais, fresagem localizada e recomposição de áreas deterioradas, garantindo a regularidade da base de apoio do novo revestimento.

Imprimação é uma pintura de material betuminoso, CM-30, aplicada sobre a superfície da base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, a qual deve atender as especificações, objetivando:

- Aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;
- Promover condições de aderência entre a base e o revestimento;

- Impermeabilizar a base.

Todos os serviços de recapeamento asfáltico deverão seguir rigorosamente as especificações técnicas vigentes e estar em conformidade com as normas da ABNT, bem como com os procedimentos estabelecidos pelos órgãos competentes, assegurando a qualidade, durabilidade e desempenho do pavimento executado.

Equipamentos a serem utilizados:

- Usina de asfalto;
- Rolos compactadores lisos e com pneus;
- Caminhões;
- Vibro acabadora com controle eletrônico;
- Placa Vibratória.

Materiais serem utilizados:

- CAP-50/70;
- Agregado britado devidamente enquadrado nas normas e na granulometria especificada pelo DER.

PROJETO DE DRENAGEM E REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O projeto de drenagem e esgotamento sanitário consiste na execução de escavação das valas, bueiros, galerias, valetas, sarjetas, poços de visita, bocas de lobo e meio fio. Todos os serviços de drenagem serão executados de acordo com Álbum Dispositivo de Drenagem do DER. Bueiro e galerias: A escavação deve ser feita de acordo com o alinhamento indicado em projeto. Os berços onde serão assentados os tubos de concreto serão de argila fofa com espessura de 10cm que será espalhada previamente no fundo da vala para dar perfeito assentamento. A tubulação deverá ser do tipo e dimensões indicadas no projeto.

Os tubos de concreto deverão ser cuidadosamente alinhados e rejuntados com argamassa de cimento e areia traço 1:4. Toda tubulação deverá ser executada com inclinação mínima de 1%. Após assentados e rejuntados os tubos, a fiscalização da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis deverá verificar a inclinação, podendo somente após a vistoria serem realizados os trabalhos de reaterro das valas. O recobrimento dos tubos deverá ser feito com aterro compactado em camadas sucessivas de 20,00m tendo todo o recobrimento mínimo de 0,70 m de espessura. Os poços de visitas deverão ser executados em tijolos maciços ou pedras grês sendo as dimensões variadas. Na parte superior deverão ser fechadas com laje de concreto pré-moldado.

Para finalizar, o Projeto de Recapeamento Asfáltico contempla, de forma complementar, a adequação e execução das valetas e do sistema de drenagem superficial, elementos essenciais para garantir o desempenho, a durabilidade e a vida útil do novo revestimento. A correta condução das águas pluviais é fundamental para evitar infiltrações no pavimento, processos erosivos e degradação prematura das camadas estruturais.

Previamente à aplicação do novo revestimento asfáltico, serão executados os serviços de regularização, recomposição e, quando necessário, a implantação de novas valetas, de modo a assegurar o adequado escoamento das águas pluviais ao longo das vias recapeadas. As valetas serão conformadas de acordo com o greide e as declividades transversais e longitudinais do pavimento, garantindo o direcionamento eficiente das

águas superficiais para os dispositivos de captação.

Todos os serviços de execução, adequação e recomposição das valetas e dos dispositivos de drenagem deverão atender às especificações técnicas do projeto, às normas da ABNT e às boas práticas de engenharia, garantindo a eficiência do escoamento superficial, a proteção do pavimento e a durabilidade das intervenções realizadas.

Thiago Ribeiro Nunes

Engenheiro Civil

32.088

Angra dos Reis, na data da assinatura



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Ribeiro Nunes, Engenheiro Civil**, em 29/01/2026, às 09:42, conforme Capítulo III, Art. 7º do Decreto nº 13.367 de 03 de janeiro de 2024.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://angra.sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00991525** e o código CRC **7D1ED0DF**.

Referência: Processo nº SEI-2026-12000084

SEI nº 00991525

Rua Coronel Carvalho, 465, Sala 101 - Bairro Centro, Angra dos Reis/RJ, CEP 23900-310
Telefone:



NOTA DE SERVIÇO

1 - APRESENTAÇÃO:

As especificações aqui apresentadas têm como objetivo definir as condições técnicas básicas para a execução dos serviços de **Implantação de Rede de Esgoto, Melhoria na Rede de Drenagem e Pavimentação em CBUQ, no Condomínio Morada do Bracuhy, no Município de Angra dos Reis/RJ.**

Estamos fornecendo, junto ao presente caderno de especificações técnicas, o projeto básico e detalhes construtivos.

Para efeito de interpretação em caso de possível divergência entre os diversos elementos integrantes do contrato, deverão ser observados os seguintes procedimentos seletivos de prioridade:

- 1o.) Contrato;
- 2o.) Normas da ABNT;
- 3o.) Especificações;
- 4o.) Projetos Básicos, e;
- 5o.) Normas dos Fabricantes.

2 – OBRIGAÇÕES:

2.1 - Objetivando o perfeito cumprimento das disposições contidas na presente especificação, o "Construtor" obriga-se a prestar à "Obra" a melhor assistência técnica e administrativa, ensejando o emprego de métodos modernos pertinentes a execução dos serviços dentro dos prazos previstos no cronograma físico da obra. A "Contratada" deverá manter uma equipe técnico-administrativa dimensionada de acordo com a obra.

2.2 - Na falta de definições precisas do projeto ou demais elementos técnicos, no que diz respeito à obra, o "Construtor" deverá consultar por escrito a fiscalização em tempo hábil. A inobservância desta norma tornará o "Construtor" totalmente responsável por qualquer atraso no andamento da obra e pelas atitudes e definições arbitrárias que vier a adotar.

2.3 - Será responsabilidade da "Contratada", o fornecimento de todos os equipamentos, materiais, mão de obra e quaisquer insumos necessários a perfeita execução da obra, inclusive transporte do material e descarga no local, bem como transporte vertical para atender as necessidades dos serviços.



2.4 - A Contratada é obrigada a atender as exigências da Legislação Trabalhista e Social, no que diz respeito ao pessoal que lhe prestar serviços, estando ainda implícitas as determinações do Conselho Regional de Arquitetura, Engenharia e Agronomia (CREA), especialmente no que se relaciona com a colocação das placas de identificação de obra pública, tipo banner/plotter, constituída por lona e impressão digital, inclusive suportes de madeira, seguindo o padrão desta Administração Pública (PMAR).

2.5 - Todos os materiais empregados na obra serão de fornecimento da “Contratada” e deverão ser novos, comprovadamente de qualidade, certificados pela ABNT, satisfazendo rigorosamente as presentes especificações.

2.6 - Se circunstâncias ou condições locais de mercado tornarem por ventura aconselhável a substituição de qualquer material especificado por outro, equivalente, tal substituição somente será procedida mediante autorização da Fiscalização e de acordo com as diretrizes da Lei 14.133/21.

2.7 - Será proibida a manutenção, no local da obra, de qualquer material impugnado pela fiscalização ou que esteja em desacordo com as especificações.

2.8 - Serão impugnados pela Fiscalização todos os serviços em desacordo com as presentes especificações e com a técnica peculiar a espécie, ficando a “Contratada” obrigada a demolir e refazer os trabalhos rejeitados, logo após o recebimento da ordem de serviço correspondente, correndo as despesas por sua própria conta.

2.9 - As comunicações entre a “Fiscalização” e a “Contratada” e vice-versa, relativamente a execução da obra, somente terá validade se efetuadas por escrito.

2.10 - A “Contratada” deverá manter no local da obra:

- a) Livro de ocorrência diária (Diário de Obras) a ser fornecido pela Contratada preenchido em 03 (três) vias, confeccionado de acordo com modelo fornecido pela CONTRATANTE;
- b) Uma via do Contrato;
- c) Cópias dos projetos e detalhes de execução;
- d) Registro das alterações regularmente autorizadas;
- e) Cronograma físico-financeiro;
- f) Relação dos recursos de pessoal, material e equipamento alocado na obra.



3 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

3.1 - Todos os serviços deverão ser executados com rigorosa obediência às normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT pertinentes às Construções de Obras Cíveis.

3.2 - A Fiscalização registrará qualquer anormalidade no Livro de Ocorrência, determinando as medidas corretivas cabíveis.

3.3 - A administração da obra ficará a cargo de um Engenheiro ou Arquiteto designado pela Contratada.

3.4 - Caberá a Contratada o cumprimento de todas as disposições da Segurança e Medicina do Trabalho Lei No. 6514 de 22 de dezembro de 1977 da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como as NR's da Portaria No. 3214 de 08 de junho de 1978.

3.5 - Haverá ao longo da obra, reuniões periódicas da Contratada com a Fiscalização, devendo ocorrer a 1a. (primeira) logo após o recebimento da Ordem de Serviço, porém antes do início da obra, objetivando a implantação geral da obra.

3.6 - A condução, a alimentação e o alojamento do pessoal alocado na obra são de inteira responsabilidade da Contratada.

3.7 - Cabe a Contratada analisar minuciosamente o Projeto, Nota de Serviço e Planilha, bem como o local dos serviços, antes de iniciar as obras, pois após a formalização do Contrato não serão aceitas reclamações decorrentes de diferenças em totais de quantidades ou preços de serviços, nem existência de empecilhos para a execução dos mesmos.

3.8 – Placa de identificação de obra pública: Será executada obedecendo ao modelo fornecido pela Contratante, sendo ao término dos serviços removida.

3.9 – Medições: Serão consideradas, para efeito de medição, as quantidades especificadas na Planilha de Custos, observando o cronograma físico-financeiro.



4 - CANTEIRO DE OBRAS:

4.1 - A Contratada deverá fornecer ao canteiro de obras, todos os equipamentos, utensílios, ferramentas e veículos necessários a perfeita execução dos trabalhos.

4.2 - A vigilância e a preservação dos materiais necessários a obra, bem como, de edificação não entregues a Contratante, são de total responsabilidade da empreiteira.

5 - ADMINISTRAÇÃO LOCAL:

São as despesas indiretas geradas pela montagem e manutenção de uma estrutura administrativa no local da obra para possibilitar a direção e a fiscalização técnica (interna e externa) dos serviços e o controle dos custos.

São gastos facilmente vinculados às obras em andamento e, na maioria dos casos, referentes a cada uma delas em particular, tais como:

(a) instalação do canteiro: mobilização, acessos ao local da obra, instalações provisórias de pequeno porte (abrigos de madeira, escadas, rampas, passarelas, bandeja salva-vidas, sinalização, tapumes, galerias, instalações provisórias de água, energia, telefone e afins), aluguel de imóveis e manutenção das instalações provisórias e imóveis;

(b) equipamentos da administração: (veículos, mobiliário, telefones fixos, celulares, equipamentos de escritório, relógio de ponto, computadores, condicionadores de ar, fogão, geladeira e afins);

(c) mão de obra indireta: gerente, engenheiro, arquiteto, mestre de obras, encarregado de produção, técnico de edificações, técnico de segurança, enfermeiro, apontador, almoxarife, vigia e demais funcionários administrativos lotados no local da obra;

(d) apoio à mão de obra direta e indireta, incluindo: medicina e segurança do trabalho, alimentação e transporte de funcionários administrativos, transporte de funcionários dentro do canteiro de obras, transporte de diretores e executivos;



(e) **custos/consumos administrativos, tais como:** exames admissionais periódicos e demissionais, art, rrt, uniformes, concessionárias (contas de água, energia e telefone), materiais de escritório, malote, acesso à internet, materiais de limpeza e alimentos (água e café) e afins;

(f) **controle tecnológico:** serviços de laboratório de materiais de construção e controles em geral.

6 – SERVIÇOS:

Execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, esgoto sanitário, serviços de escritório e campo, canteiro de obra, sarjeta, meio fio e serviços preliminares, conforme planilha orçamentária constante no processo SEI.

Referências normativas e contratuais: Normas da ABNT aplicáveis, legislação vigente, Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho, documentos de Projeto Básico fornecido pela Contratante e planilha orçamentária especificada.

Disposições Gerais:

1. A obra será executada conforme os desenhos e memoriais do Projeto Básico, respeitando as normas da ABNT, regulamentos de segurança e o escopo definido na planilha orçamentária.
2. Todos os materiais deverão possuir certificado de conformidade e ficha técnica, ser novos e aprovados pela fiscalização. Materiais rejeitados deverão ser substituídos sem ônus.
3. A contratação considera todos os custos diretos, encargos sociais, tributos, BDI, transporte, equipamentos, mão de obra, resíduos, limpeza e serviços complementares.

6.1 – Placa de identificação de obra pública:

A Contratada fornecerá e instalará uma placa de identificação de obra pública, tipo banner/plotter, constituída por lona e impressão digital (no padrão fornecido pela Contratante), inclusive suportes em estrutura de madeira para a fixação da mesma.

7 – TERRAPLENAGEM:

Aterro com material adequado (solo compactável); controle de umidade e densidade segundo especificação de compactação (nível de compactação mínimo conforme ABNT).

Materiais e equipamentos: solo selecionado, brita ou material de base se prever, compactador mecânico (plaina vibratória ou rolo compactador), soquete manual ou vibropneumático, trena, nível ou mangueira de nível, estacas de referência, estaca de nivelamento.

Procedimento:



1. Assentar estacas de referência e ponto de nível absoluto conforme projeto. Usar estação total / teodolito ou nível de precisão.
2. Distribuir o solo em camadas não superiores a 20–25 cm.
3. Ajustar umidade do solo caso necessário.
4. Compactar cada camada até atingir a densidade especificada.
5. Verificar nivelamento geral e conformidade com cotas.

8 – DRENAGEM

Os serviços de drenagem compreendem a execução de escavações, assentamento de tubulações, execução de poços de visita, caixas coletoras, reaterros, aterros e demais serviços complementares necessários ao correto escoamento das águas pluviais, conforme projetos, planilha orçamentária, Caderno de Encargos e normas técnicas vigentes.

8.1 - Escavações

As escavações para implantação das redes de drenagem serão executadas mecanicamente, em valas não escoradas, em material de 1ª categoria, inclusive com presença de pedras, interferências prediais ou outros redutores de produtividade, utilizando retroescavadeira, conforme as seguintes profundidades:

- até 1,50 m;
- entre 1,50 m e 3,00 m.

As escavações destinam-se à execução de valas para tubulações, cavas de fundação de poços de visita, caixas e demais estruturas de drenagem, sendo excluídos os serviços de esgotamento, quando necessários.

8.2 - Aterros e Reaterros

Após a execução das estruturas de drenagem, os reaterros e aterros serão realizados conforme especificado em planilha, compreendendo:

- Reaterro de valas e cavas com pó de pedra, inclusive fornecimento do material e compactação manual;
- Reaterro de valas e cavas com material de boa qualidade, com compactação por vibrocompactador portátil, quando previsto;
- Aterro com material de 1ª categoria, compactado manualmente em camadas de até 20 cm, até a altura máxima de 80 cm, destinado a suporte de camadas de concreto.

Todos os serviços de compactação deverão garantir estabilidade, uniformidade e desempenho adequado do sistema de drenagem.

8.3 - Fornecimento, Carga e Transporte de Materiais



Estão previstos o fornecimento de pó de pedra e pedra-de-mão, inclusive carga mecanizada com pá-carregadeira, bem como o transporte de materiais em caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 12 toneladas, conforme distâncias e critérios estabelecidos em planilha orçamentária, excluídas as despesas de carga e descarga quando assim definido.

8.4 - Tubulações de Drenagem

As galerias de águas pluviais serão executadas com tubos de concreto armado conforme informado na planilha.

O assentamento compreenderá:

- acerto e regularização do fundo da vala;
- rejuntamento dos tubos com argamassa de cimento e areia no traço 1:4;
- aterro e soca até a altura da geratriz superior do tubo, utilizando material proveniente da própria escavação, quando permitido.

8.5 - Poços de Visita e Caixas Coletoras

Serão executados poços de visita em alvenaria de blocos de concreto, com paredes de 0,20 m de espessura, dimensões conforme projeto, destinados a coletores de águas pluviais, compreendendo:

- base em concreto simples;
- enchimento dos blocos;
- chapisco e revestimento interno em argamassa;
- degraus em ferro fundido;
- tampas em concreto armado ou tampões de ferro fundido, conforme especificado.

Também serão executadas caixas de ralo em alvenaria de blocos de concreto, com grelha de ferro fundido classe C-250, conforme ABNT NBR 10160, destinadas à captação superficial das águas pluviais.

8.6 - Tampões e Galerias Técnicas

Inclui-se o fornecimento e assentamento de tampões de ferro fundido, tipo avenida, bem como galerias técnicas pré-fabricadas de concreto armado, conforme dimensões e especificações constantes em projeto e planilha, excluídos os serviços de escavação e reaterro quando assim definido.



9 – PAVIMENTAÇÃO COM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ):

- Consiste na aplicação na pista de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ). A mistura será aplicada sobre a superfície imprimada e/ou pintada, de tal maneira que, após a compressão, produza um pavimento flexível com espessura e densidade especificadas em projeto. O concreto betuminoso poderá ser empregado como revestimento, base, regularização ou reforço do pavimento
- Mistura executada em usina apropriada, com características específicas, composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filler) e ligante betuminoso, espalhada e comprimida à quente. Na usina, tanto agregados como ligante são previamente aquecidos para depois serem misturados

9.1 - Equipamentos

- Para espalhamento e acabamento, serão utilizadas pavimentadoras automotrizes (acabadoras), capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas. Deverão possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para a frente e para trás. Serão equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento dos mesmos, com controle de temperatura, para colocação da mistura sem irregularidades.

9.2 - Equipamentos para a Compressão

- Serão utilizados rolos pneumáticos e rolos metálicos lisos, tipo tanden, rolos vibratórios ou outros equipamentos aprovados pela Fiscalização. Os rolos compressores, tipo tanden, deverão ter uma carga de 8 a 12 t. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, deverão ser dotados de pneus que permitam a variação da calibragem de 35 a 120 libras por polegada quadrada ($2,5 \text{ kgf/cm}^2$ a $8,4 \text{ kgf/cm}^2$).
- O equipamento em operação deverá ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de trabalhabilidade.

10 - ESGOTO SANITÁRIO

Os serviços de esgoto sanitário compreendem a execução das atividades necessárias à implantação do sistema de coleta e condução dos efluentes sanitários, conforme projeto, planilha orçamentária, Caderno de Encargos e normas técnicas vigentes.

10.1 - Escavações

As escavações para implantação das redes e estruturas de esgoto sanitário serão executadas de forma manual ou mecânica, em material de primeira categoria, inclusive com presença de pedras, interferências de instalações prediais ou outros redutores de produtividade, em valas e cavas não escoradas, sendo excluídos os serviços de escoramento e esgotamento, quando não previstos em planilha.

10.2 - Aterros e Reaterros



- Após a execução das redes e dispositivos, os aterros e reaterros de valas e cavas serão realizados com material de primeira categoria, material de boa qualidade ou pó de pedra, conforme especificado em planilha, devidamente espalhados, regados e compactados manualmente ou com equipamento apropriado, garantindo estabilidade, acomodação adequada das tubulações e durabilidade do sistema.

10.3 - Fornecimento, Carga e Transporte de Materiais

- Compreendem os serviços de fornecimento de materiais, incluindo pó de pedra, bem como carga mecanizada e transporte de materiais diversos, realizados com equipamentos e veículos adequados, conforme critérios estabelecidos na planilha orçamentária, excluídas as despesas de carga e descarga quando assim definido.

10.4 - Tubulações de Esgoto Sanitário

- As redes de esgoto sanitário serão executadas com tubos rígidos de PVC, conforme normas técnicas vigentes, incluindo fornecimento, assentamento, conexões, emendas e cortes necessários, assegurando alinhamento, declividade e estanqueidade adequados, sendo excluídos os serviços de abertura e fechamento de rasgos quando não previstos.

10.5 - Ligações e Conexões

- Incluem-se os serviços de execução de ligações prediais à rede de esgoto sanitário, com fornecimento e instalação de selins elásticos, anéis de vedação e demais conexões necessárias, bem como cortes e inserções em tubulações existentes, garantindo perfeita vedação e funcionamento do sistema.

10.6 - Poços de Visita e Caixas de Inspeção

- Serão executados poços de visita e caixas de inspeção para o coletor de esgoto sanitário, constituídos por elementos pré-moldados de concreto, conforme especificações técnicas da concessionária competente, incluindo degraus, rejuntamento, revestimento interno, base e banquetas em concreto, bem como fornecimento e assentamento de tampões de ferro fundido, quando previsto.

10.7 - Tampões

- Inclui-se o fornecimento e assentamento de tampões de ferro fundido completos, articulados e adequados ao tráfego local, assentados com argamassa apropriada, garantindo segurança, durabilidade e acesso para inspeção e manutenção do sistema.

11 – ADMINISTRAÇÃO, COORDENAÇÃO E SEGURANÇA DA OBRA:

Disponibilização de engenheiro civil responsável técnico, mestre de obras, técnico de segurança — todas as atividades executadas por profissionais habilitados e registrados; supervisão permanente; controle de qualidade; documentação de conformidade; apontamentos de produção, registro de horas, EPI, fichas de segurança etc.

12 - LIMPEZA FINAL DA OBRA:

- Varrição, lavagem (se aplicável), remoção de entulhos residuais, coleta seletiva, destinação correta de resíduos, liberação da área para uso, verificação final da obra.

Os serviços de limpeza geral deverão satisfazer ao que estabelece as especificações abaixo:



- Será removido todo entulho do terreno, sendo cuidadosamente limpos e varridos os acessos;
- Todas os pavimentos, serão limpos, de modo a não serem danificadas outras partes da obra por estes serviços de limpeza.
- Durante a obra não serão permitidos acúmulos de materiais e entulhos na obra, que possam ocasionar acidentes e/ou atrapalhar o bom andamento dos serviços, ficando a contratada obrigada a atender, de pronto, a quaisquer exigências da contratante, quando notificada por escrito, sobre serviços gerais de limpeza.

13 - VERIFICAÇÃO FINAL:

Será procedida cuidadosa verificação por parte da Fiscalização, antes do aceite final da obra, das perfeitas condições de funcionamento e segurança de todas as instalações e aspecto de limpeza geral, o que não isentará a contratada de responsabilidades futuras, em decorrência de negligências acontecidas durante a obra.

Os serviços serão entregues com todas as conformidades exigidas pelas normas da ABNT, segurança, projeto básico e caderno de encargos.

- A Contratante poderá recusar materiais ou serviços que não atendam às especificações — providências deverão ser tomadas pela Contratada.
- Após conclusão, será emitido o Termo de Recebimento Provisório e, após vistoria e prazo de observação, o Recebimento Definitivo.



Documento assinado digitalmente
KELVIN MARQUES PALMEIRA
Data: 29/01/2026 16:29:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Angra dos Reis
Secretaria de Obras e Habitação
ARFU: Engenheiro: Thiago Ribeiro Nunes

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Apresentam-se no anexo as fichas esquemáticas com características técnicas, geométricas e econômicas do equipamento mais frequentemente utilizado em construção civil e obras públicas.

- Caminhão carroç. fixa, truc. 12 t;
- Caminhão carroç. fixa, 7,5 t;
- Container escritório (2,20 x 6,20 x 2,50 m);
- Escavadeira hidráulica, motor diesel 111 cv, capacidade 0,78 m³;
- Caminhão basculante no toco 8 a 10 m³;
- Pá carregadeira, motor diesel 100 cv, capacidade rasa 1,3 m³;
- Trator esteiras c/ lâmina 2330 kg;
- Retroescavadeira, motor diesel 75 cv;
- Caminhão carroç. fixa, 3,5 t;
- Martelo tipo unha 25”;
- Serrote de aço 18”;
- Carrinho de mão, chapa de aço com câmara;
- Escada extensível de madeira;
- Cavadeira articulada com 2 cabos;
- Desempenadeira de aço lisa / dentada;
- Enxada;
- Marreta de aço;
- Picareta de aço;
- Fio de prumo;
- Trena;
- Betoneira a gasolina 320 litros;
- Vibrador de imersão elétrico 2 cv;
- Serra circular;
- Mangueira cristal para nível;
- Talhadeira de aço;
- Talha elétrica ou manual;
- Cortador de vergalhão;
- Serra mármore;
- Chaves de fenda;
- Instrumentos de medição;
- Alicates / chave ajustável.

Thiago Ribeiro Nunes
Engenheiro Civil
Mat.: 32.088

Angra dos Reis, na data da assinatura



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Ribeiro Nunes, Engenheiro Civil**, em 06/02/2026, às 11:05, conforme Capítulo III, Art. 7º do Decreto nº 13.367 de 03 de janeiro de 2024.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://angra.sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **01012127** e o código CRC **3763D304**.

Referência: Processo nº SEI-2026-12000084

SEI nº 01012127

Rua Coronel Carvalho, 465, Sala 101 - Bairro Centro, Angra dos Reis/RJ, CEP 23900-310
Telefone:

COMPOSIÇÃO DO B.D.I.

ITENS		SIGLAS	VALORES
TAXA DE RATEIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		AC	3,5000
TAXA DE SEGURO E GARANTIA DO EMPREENDIMENTO		S+G	0,3500
TAXA DE RISCO		R	1,0000
TAXA DE DESPESAS FINANCEIRAS		DF	0,7000
TAXA DE LUCRO		L	6,5000
TAXA DE TRIBUTOS	PIS (geralmente 0,65%)	I	0,65%
	COFINS (geralmente 3,00%)		3,00%
	ISS (legislação municipal)		5,00%
	CPRB (INSS)		0,00%
BDI RESULTANTE:			23,09%

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

< -- Fórmula do BDI

AC = Taxa de **ADMINISTRAÇÃO CENTRAL**

S = Taxa de **SEGURO**

R = Taxa de **RISCOS**

G = Taxa de **GARANTIA**

DF = Taxa de **DESPESAS FINANCEIRAS**

L = Taxa de **LUCRO**

I = Taxa de incidência de **IMPOSTOS** (PIS, CONFINS E ISS)

B.D.I.

-- >

23,09%

COMPOSIÇÃO DO B.D.I.

ITENS		SIGLAS	VALORES
TAXA DE RATEIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		AC	2,5000
TAXA DE SEGURO E GARANTIA DO EMPREENDIMENTO		S+G	0,5000
TAXA DE RISCO		R	0,8000
TAXA DE DESPESAS FINANCEIRAS		DF	0,8500
TAXA DE LUCRO		L	4,0000
TAXA DE TRIBUTOS	PIS (geralmente 0,65%)	I	0,65%
	COFINS (geralmente 3,00%)		3,00%
	ISS (legislação municipal)		0,00%
	CPRB (INSS)		0,00%
BDI RESULTANTE:			13,0%

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

< -- Fórmula do BDI

AC = Taxa de **ADMINISTRAÇÃO CENTRAL**

S = Taxa de **SEGURO**

R = Taxa de **RISCOS**

G = Taxa de **GARANTIA**

DF = Taxa de **DESPESAS FINANCEIRAS**

L = Taxa de **LUCRO**

I = Taxa de incidência de **IMPOSTOS** (PIS, CONFINS E ISS)

B.D.I.

-- >

13,0%



ANEXO III

PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA

Comprovação do licitante de possuir em seu quadro, na data da licitação, profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras ou serviços de características semelhantes:

- Execução de Sistema de Drenagem Pluvial;
- Execução de Pavimentação em CBUQ.

Será exigido a apresentação de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados, conforme disposto no conforme disposto no §2º do art. 67 da lei 14.133/2021.



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000084

ANEXO IV

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E CUSTOS

UNITÁRIOS



Secretaria de
OBRAS E HABITAÇÃO

OBRAS: IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO, MELHORIA NA REDE DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ, NO CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUHY.

LOCAL: BAIRRO BRACUHY - ANGRA DOS REIS/RJ.

ARQ.SOH.ASSOR.2026: PLIREDPMB

PLANILHA DE PREÇOS

Nº	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	R\$ (UNIT.)	BDI	R\$ UNIT. (C/BDI)	R\$ (TOTAL)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES								R\$ 4.101,36
1.1	EMOP	02.020.0001-0	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRA PÚBLICA, INCLUSIVE PINTURA E SUPORTES DE MADEIRA, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO 3% - DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	M²	6,00	R\$ 555,34	23,09%	R\$ 683,56	R\$ 4.101,36
2	SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO E CAMPO								R\$ 61.249,09
2.1	EMOP	01.016.0010-0	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO, PLANALTIMÉTRICO E CADASTRAL, DE TERRENO DE OROGRAFIA NÃO ACIDENTADA, VEGETAÇÃO RALA E EDIFICAÇÃO DENSE	HÁ	2,57	R\$ 9.530,77	23,09%	R\$ 11.731,42	R\$ 30.149,74
2.2	EMOP	01.050.0157-0	PROJETO EXECUTIVO DE SISTEMA DE DRENAGEM ACIMA DE 20.000M², APRESENTADO NOS PADRÕES DA CONTRATANTE	M²	25.701,95	R\$ 0,99	23,09%	R\$ 1,21	R\$ 31.099,35
3	CANTEIRO DE OBRA								R\$ 122.141,59
3.1	EMOP	02.006.0010-0	ALUGUEL DE CONTAINER (MÓDULO METÁLICO ICAVEL) P/ ESCRITÓRIO, MEDINDO APROX. 2,30M LARGURA, 6,00M COMPRIMENTO E 2,50M ALTURA, COMPOSTO CHAPAS AÇO C/ NERVURAS TRAPEZOIDAIS, ISOLAMENTO TÉRMICO - ACÚSTICO FORRO, CHASSIS REFORÇADO E PISO EM COMPENSADO NAVAL, INCLUINDO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, EXCLUSIVE TRANSPORTE (VER ITEM 04.005.0300), CARGA E DESCARGA (VER ITEM 04.013.0015)	UNXMS	10,00	R\$ 885,10	13,00%	R\$ 1.000,16	R\$ 10.001,60
3.2	EMOP	02.015.0001-0	INSTALAÇÃO E LIGAÇÃO PROVISÓRIA PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM CANTEIRO DE OBRAS, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, EXCLUSIVE REPOSIÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DO LOGRADOURO PÚBLICO 3% - DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	UND	1,00	R\$ 4.894,45	23,09%	R\$ 6.024,57	R\$ 6.024,57
3.3	EMOP	02.016.0001-0	INSTALAÇÃO E LIGAÇÃO PROVISÓRIA DE ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, EM BAIXA TENSÃO, PARA CANTEIRO DE OBRAS, M3-CHAVE 100A, CARGA 3KW, 20CV, EXCLUSIVE O FORNECIMENTO DO MEDIDOR 3% - DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	UND	1,00	R\$ 2.596,71	23,09%	R\$ 3.196,29	R\$ 3.196,29
3.4	EMOP	04.005.0300-0	TRANSPORTE DE CONTAINER, SEGUNDO DESCRIÇÃO DA FAMÍLIA 02.006, EXCLUSIVE CARGA E DESCARGA (VER ITEM 04.013.0015)	UNXKM	50,00	R\$ 35,61	23,09%	R\$ 43,83	R\$ 2.191,50
3.5	EMOP	04.013.0015-0	CARGA E DESCARGA DE CONTAINER, SEGUNDO DESCRIÇÃO DA FAMÍLIA 02.006 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	UND	2,00	R\$ 96,67	23,09%	R\$ 118,99	R\$ 237,98
3.6	EMOP	04.005.0350-1	TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS PESADOS EM CARRETAS, EXCLUSIVE A CARGA E DESCARGA (VER ITEM 04.014.0091) E O CUSTO HORÁRIO DOS EQUIPAMENTOS TRANSPORTADOS	TXKM	23.472,00	R\$ 2,55	23,09%	R\$ 3,13	R\$ 73.467,36
3.7	EMOP	04.014.0091-1	CARGA E DESCARGA DE EQUIPAMENTOS PESADOS, EM CARRETAS, EXCLUSIVE O CUSTO HORÁRIO DO EQUIPAMENTO DURANTE A OPERAÇÃO 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	T	156,48	R\$ 61,10	23,09%	R\$ 75,20	R\$ 11.767,29
3.8	EMOP	02.006.0050-0	ALUGUEL DE BANHEIRO QUÍMICO, PORTÁTIL, MEDINDO 2,31M ALTURA X 1,56M LARGURA E 1,16M PROFUNDIDADE, INCLUSIVE INSTALAÇÃO E RETIRADA DO EQUIPAMENTO, FORNECIMENTO DE QUÍMICA DESODORIZANTE, BACTERICIDA E BACTERIOSTÁTICA, PAPEL HIGIENICO E VEÍCULO PROPRIO COM UNIDADE MÓVEL DE SUÇÃO PARA LIMPEZA	UNXMS	10,00	R\$ 1.350,00	13,00%	R\$ 1.525,50	R\$ 15.255,00
4	DRENAGEM								R\$ 6.837.178,20
4.1	EMOP	03.016.0005-1	ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALA NÃO ESCORADA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA COM PEDRAS, INSTALAÇÕES PREDIAIS OU OUTROS REDUTORES DE PRODUTIVIDADE OU CAVAS DE FUNDAÇÃO, ATÉ 1,50M DE PROFUNDIDADE, UTILIZANDO RETRO-ESCAVADEIRA, EXCLUSIVE ESGOTAMENTO	M³	7.728,77	R\$ 28,02	23,09%	R\$ 34,48	R\$ 266.487,98
4.2	EMOP	03.016.0010-1	ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALA NÃO ESCORADA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA COM PEDRAS, INSTALAÇÕES PREDIAIS OU OUTROS REDUTORES DE PRODUTIVIDADE OU CAVAS DE FUNDAÇÃO, ENTRE 1,50 E 3,00M DE PROFUNDIDADE, UTILIZANDO RETRO-ESCAVADEIRA, EXCLUSIVE ESGOTAMENTO	M³	445,82	R\$ 34,09	23,09%	R\$ 41,96	R\$ 18.706,60
4.3	EMOP	03.015.0010-0	REATERRO DE VALA/CAVA COM PO-DE-PEDRA, INCLUSIVE FORNECIMENTO DO MATERIAL E COMPACTAÇÃO MANUAL 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	M³	4.075,02	R\$ 204,60	23,09%	R\$ 251,84	R\$ 1.026.253,03
4.4	EMOP	03.011.0015-1	REATERRO DE VALA/CAVA COM MATERIAL DE BOA QUALIDADE, UTILIZANDO O VIBRO COMPACTADOR PORTÁTIL, EXCLUSIVE MATERIAL 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	M³	615,11	R\$ 28,92	23,09%	R\$ 35,59	R\$ 21.891,76
4.5	EMOP	03.009.0004-0	ATERRO COM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, COMPACTADO MANUALMENTE EM CAMADAS DE 20CM, ATÉ UMA ALTURA MÁXIMA DE 80CM, PARA SUPORTE DE CAMADA DE CONCRETO, INCLUSIVE DOIS TIROS DE PA, ESPALHAMENTO E REGA, EXCLUSIVE FORNECIMENTO DA TERRA 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	M³	3.878,41	R\$ 98,72	23,09%	R\$ 121,51	R\$ 471.265,59
4.6	EMOP	20.099.0001-0	PO-DE-PEDRA, SEM CONSIDERAR O TRANSPORTE DA PEDREIRA ATÉ O LOCAL DE UTILIZAÇÃO, INCLUSIVE CARGA NO CAMINHÃO, FORNECIMENTO	M³	3.878,41	R\$ 85,80	13,00%	R\$ 96,95	R\$ 376.011,84
4.7	EMOP	04.005.0141-0	TRANSPORTE DE CARGA DE QUALQUER NATUREZA, EXCLUSIVE AS DESPESAS DE CARGA E DESCARGA, TANTO DE ESPERA DO CAMINHÃO COMO DO SERVENTE OU EQUIPAMENTO AUXILIAR, A VELOCIDADE MÉDIA DE 40KM/H, EM CAMINHÃO BASCULANTE A ÓLEO DIESEL, COM CAPACIDADE ÚTIL DE 12T	TXKM	94.997,83	R\$ 1,17	23,09%	R\$ 1,44	R\$ 136.796,87
4.8	EMOP	04.012.0073-1	CARGA DE MATERIAL COM PA-CARREGADEIRA DE 1,30M³, EXCLUSIVE DE SPESAS COM O CAMINHÃO, COMPREENDENDO TEMPO COM ESPERA E OPERAÇÃO PARA CARGAS DE 150T POR DIA DE 8H	T	12.851,13	R\$ 6,41	23,09%	R\$ 7,89	R\$ 101.395,41
4.9	EMOP	04.005.0141-0	TRANSPORTE DE CARGA DE QUALQUER NATUREZA, EXCLUSIVE AS DESPESAS DE CARGA E DESCARGA, TANTO DE ESPERA DO CAMINHÃO COMO DO SERVENTE OU EQUIPAMENTO AUXILIAR, A VELOCIDADE MÉDIA DE 40KM/H, EM CAMINHÃO BASCULANTE A ÓLEO DIESEL, COM CAPACIDADE ÚTIL DE 12T	TXKM	173.490,26	R\$ 1,17	23,09%	R\$ 1,44	R\$ 249.825,97
4.10	EMOP	06.004.0062-0	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, CONFORME ABNT NBR 8890, PARA GALÉRIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, COM DIÂMETRO DE 400MM, ATERRO E SOCA ATÉ A ALTURA DA GERATRIZ SUPERIOR DO TUBO, CONSIDERANDO O MATERIAL DA PRÓPRIA ESCAVAÇÃO, INCLUSIVE FORNECIMENTO DO MATERIAL P/REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:4 E ACERTO DE FUNDO DE VALA, FORNECIMENTO E ASSENT. 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	M	1.961,00	R\$ 267,20	23,09%	R\$ 328,89	R\$ 644.953,29
4.11	EMOP	06.004.0066-0	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, CONFORME ABNT NBR 8890, PARA GALÉRIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, COM DIÂMETRO DE 600MM, ATERRO E SOCA ATÉ A ALTURA DA GERATRIZ SUPERIOR DO TUBO, CONSIDERANDO O MATERIAL DA PRÓPRIA ESCAVAÇÃO, INCLUSIVE FORNECIMENTO DO MATERIAL P/REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:4 E ACERTO DE FUNDO DE VALA, FORNECIMENTO E ASSENT. 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	M	2.139,00	R\$ 404,17	23,09%	R\$ 497,49	R\$ 1.064.131,11
4.12	EMOP	06.015.0013-0	POÇO DE VISITA EM ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO (20X20X40CM), EM PAREDES DE 0,20M DE ESP. C/1,50X1,50X1,60M, PICOLETOR DE ÁGUAS PLUVIAIS DE 1,00M DE DIÂM. SENDO AS PAREDES CHAPISCADAS E REVESTIDAS INTERNAMENTE C/ARGAMASSA, ENCHIMENTO DOS BLOCOS E BASE EM CONCRETO SIMPLES, TAMPA DE CONCRETO ARMADO, DEGRÁUS DE FERRO FUNDIDO, INCL. FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS 3% - DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	UND	49,00	R\$ 3.877,92	23,09%	R\$ 4.773,33	R\$ 233.893,17



Secretaria de
OBRAS E HABITAÇÃO

OBRA: IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO, MELHORIA NA REDE DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ, NO CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUHY.

LOCAL: BAIRRO BRACUHY - ANGRA DOS REIS/RJ.

ARQ.SOH.ASSOR.2026: PLIREDPMB

PLANILHA DE PREÇOS

Nº	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	R\$ (UNIT.)	BDI	R\$ UNIT. (C/BDI)	R\$ (TOTAL)
4.13	EMOP	06.015.0016-0	POCO DE VISITA EM ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO(20X20X40CM), EM PAREDES DE 0,20M DE ESP. C/2,00X2,00X2,10M. P/COLETOR DE AGUAS PLUVIAIS DE 1,50M DE DIAM. SENDO AS PAREDES CHAPISCADAS E REVESTIDAS INTERNAMENTE C/ARGAMASSA. ENCHIMENTO DOS BLOCOS E BASE EM CONCRETO SIMPLES, TAMPA DE CONCRETO ARMADO, DEGRAUS DE FERRO FUNDIDO, INCL. FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS 3% - DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	UND	13,00	R\$ 6.234,65	23,09%	R\$ 7.674,23	R\$ 99.764,99
4.14	EMOP	06.015.0030-0	CAIXA DE RALO ALVENARIA BLOCOS CONCRETO (20X20X40CM), PAREDES DE 0,20M DE ESP. (0,30X0,90X0,90)M. P/AGUAS PLUVIAIS, SENDO P AREDES CHAPISCADAS E REVESTIDAS INTERNAMENTE C/ARGAMASSA. ENC HIMENTO BLOCOS E BASE EM CONCRETO SIMPLES FCK=10MPA E GRELHA DE FERRO FUNDIDO CLASSE C-250 CONFORME ABNT NBR 10160, INCLU SIVE FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	UND	161,00	R\$ 1.142,94	23,09%	R\$ 1.406,84	R\$ 226.501,24
4.15	EMOP	DR 35.05.0250	TAMPAO DE FERRO FUNDIDO COMPLETO, ARTICULADO, PESADO, DE 0,60M DE DIAMETRO, TIPO AVENIDA, ASSENTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO 1:4 EM VOLUME. FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO.	UND	62,00	R\$ 652,94	23,09%	R\$ 803,70	R\$ 49.829,40
4.16	EMOP	06.004.0520-0	GALERIA TECNICA PRE-FABRICADA DE CONCRETO ARMADO, DIMENSOES INTERNAS DE (2,50X1,50)M (BXH) RECOBRIMENTO COM 2CM, EXCLUSIV E ESCAVACAO E REATERRO. FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	M	340,00	R\$ 4.290,06	23,09%	R\$ 5.280,63	R\$ 1.795.414,20
4.17	EMOP	20.116.0013-0	PEDRA-DE-MAO PARA REGIAO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, EXC LUSIVE TRANSPORTE, INCLUSIVE CARGA NO CAMINHÃO. FORNECIMENTO	M³	425,00	R\$ 112,56	13,00%	R\$ 127,19	R\$ 54.055,75
5	TERRAPLANAGEM								R\$ 745.986,99
5.1	EMOP	03.021.0005-1	ESCAVACAO MECANICA, A CEU ABERTO, EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, U TILIZANDO ESCAVADEIRA HIDRAULICA DE 0,78M3	M³	3.855,29	R\$ 4,99	23,09%	R\$ 6,14	R\$ 23.671,48
5.2	EMOP	04.012.0073-1	CARGA DE MATERIAL COM PA-CARREGADEIRA DE 1,30M3, EXCLUSIVE DE SPESAS COM O CAMINHÃO, COMPREENDENDO TEMPO COM ESPERA E OPERA CAO PARA CARGAS DE 150T POR DIA DE 8H	T	6.553,99	R\$ 6,41	23,09%	R\$ 7,89	R\$ 51.710,98
5.3	EMOP	04.005.0141-0	TRANSPORTE DE CARGA DE QUALQUER NATUREZA, EXCLUSIVE AS DESPES AS DE CARGA E DESCARGA, TANTO DE ESPERA DO CAMINHÃO COMO DO S ERVENTE OU EQUIPAMENTO AUXILIAR, A VELOCIDADE MEDIA DE 40KM/H, EM CAMINHÃO BASCULANTE A OLEO DIESEL, COM CAPACIDADE UTIL DE 12T	TXKM	88.478,87	R\$ 1,17	23,09%	R\$ 1,44	R\$ 127.409,57
5.4	EMOP	03.010.0018-0	ATERRO COM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, ESPALHADO POR RETRO ESCAVADEIRA, EM CAMADAS DE 20CM DE MATERIAL ADENSADO, REGADO POR CA MINHÃO TANQUE E COMPACTADO A 90% COM Rolo PE DE CARNEIRO CONVENCIONAL, DE 2(DOIS) CILINDROS, REBOCADO POR TRATOR DE PNEUS, INTERVINDO 2(DOIS) SERVENTES, EXCLUSIVE O FORNECIMENTO DA TER RA 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	M³	3.855,29	R\$ 9,65	23,09%	R\$ 11,87	R\$ 45.762,29
5.5	EMOP	20.099.0001-0	PO-DE-PEDRA, SEM CONSIDERAR O TRANSPORTE DA PEDREIRA ATÉ O LOCAL DE UTILIZAÇÃO, INCLUSIVE CARGA NO CAMINHÃO. FORNECIMENTO	M³	3.855,29	R\$ 85,80	13,00%	R\$ 96,95	R\$ 373.770,36
5.6	EMOP	04.005.0141-0	TRANSPORTE DE CARGA DE QUALQUER NATUREZA, EXCLUSIVE AS DESPES AS DE CARGA E DESCARGA, TANTO DE ESPERA DO CAMINHÃO COMO DO S ERVENTE OU EQUIPAMENTO AUXILIAR, A VELOCIDADE MEDIA DE 40KM/H, EM CAMINHÃO BASCULANTE A OLEO DIESEL, COM CAPACIDADE UTIL DE 12T	TXKM	85.876,61	R\$ 1,17	23,09%	R\$ 1,44	R\$ 123.662,31
6	PAVIMENTAÇÃO								R\$ 3.977.565,23
6.1	EMOP	08.021.0001-0	REGULARIZACAO DE SUBLEITO, DE ACORDO COM AS "INSTRUÇÕES PARA EXECUCAO", DO DER-RJ. O CUSTO INDENIZA AS OPERACOES DE EXECUCAO E TRANSPORTE DE AGUA E SE APLICA A AREA EFETIVAMENTE REGUL ARIZADA, EXCLUSIVE TRANSPORTE E ESCAVACAO DE CORRETIVOS 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	M²	25.701,95	R\$ 1,81	23,09%	R\$ 2,22	R\$ 57.058,32
6.2	EMOP	08.001.0002-1	BASE DE BRITA GRADUADA, INCLUSIVE FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, MEDIDA APOS A COMPACTACAO 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	M³	3.855,29	R\$ 266,05	23,09%	R\$ 327,48	R\$ 1.262.530,36
6.3	EMOP	08.035.0001-0	CAMADA DE BLOQUEIO(COLCHAO)DE PO-DE-PEDRA, ESPALHADO E COMPRI MIDO MECANICAMENTE, MEDIDA APOS COMPACTACAO 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	M³	2.570,20	R\$ 160,00	23,09%	R\$ 196,94	R\$ 506.175,18
6.4	EMOP	08.026.0001-0	IMPRIMACAO DE BASE DE PAVIMENTACAO, DE ACORDO COM AS "INSTRUCOES PARA EXECUCAO", DO DER-RJ 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	M²	22.733,00	R\$ 8,20	23,09%	R\$ 10,09	R\$ 229.375,97
6.5	EMOP	08.015.0067-0	REVESTIMENTO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE, IMPORTA DO DE USINA, EXECUTADO EM UMA CAMADA, DE ACORDO COM AS INSTRUCOES/ESPECIFICACOES DO CONTRATANTE, COMPREENDENDO PREPARO, ESPALHAMENTO E COMPACTACAO MECANICOS E OS MATERIAIS, EXCLUSIVE T RANSPORTE DA USINA PARA PISTA	T	2.614,30	R\$ 581,62	23,09%	R\$ 715,91	R\$ 1.871.603,51
6.6	EMOP	04.005.0141-0	TRANSPORTE DE CARGA DE QUALQUER NATUREZA, EXCLUSIVE AS DESPES AS DE CARGA E DESCARGA, TANTO DE ESPERA DO CAMINHÃO COMO DO S ERVENTE OU EQUIPAMENTO AUXILIAR, A VELOCIDADE MEDIA DE 40KM/H, EM CAMINHÃO BASCULANTE A OLEO DIESEL, COM CAPACIDADE UTIL DE 12T	TXKM	35.292,98	R\$ 1,17	23,09%	R\$ 1,44	R\$ 50.821,89
7	SARJETA E MEIO FIO								R\$ 1.064.466,89
7.1	EMOP	08.027.0082-0	SARJETA E MEIO-FIO CONJUGADO RETO DE CONCRETO SIMPLES FCK=15 MPA, MOLDADO NO LOCAL, TIPO DER-RJ MEDINDO 0,45M DE BASE E 0,3 0M DE ALTURA REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:3,5, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	M	6.310,00	R\$ 125,47	23,09%	R\$ 154,44	R\$ 974.516,40
7.2	EMOP	08.027.0042-0	MEIO-FIO RETO DE CONCRETO SIMPLES FCK=15MPA, PRE-MOLDADO, TIPO DER-RJ MEDINDO 0,15M NA BASE E COM ALTURA DE 0,30M REJUNTAM ENTO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO 1:3,5, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, ESCAVACAO E REATERRO 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	M	863,00	R\$ 84,68	23,09%	R\$ 104,23	R\$ 89.950,49
8	ESGOTO SANITÁRIO								R\$ 2.793.304,77
8.1	EMOP	03.001.0001-1	ESCAVACAO MANUAL DE VALA/CAVA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA (A AREIA, ARGILA OU PICARRA), ATÉ 1,50M DE PROFUNDIDADE, EXCLUSIV E ESCORAMENTO E ESGOTAMENTO 3% - DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	M³	2.040,00	R\$ 74,59	23,09%	R\$ 91,81	R\$ 187.292,40
8.2	EMOP	03.016.0005-1	ESCAVACAO MECANICA DE VALA NAO ESCORADA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA COM PEDRAS, INSTALACOES PREDIAIS OU OUTROS REDUTORES D E PRODUTIVIDADE OU CAVAS DE FUNDACAO, ATÉ 1,50M DE PROFUNDIDADE, UTILIZANDO RETRO-ESCAVADEIRA, EXCLUSIVE ESGOTAMENTO	M³	2.878,38	R\$ 28,02	23,09%	R\$ 34,48	R\$ 99.246,54
8.3	EMOP	03.009.0004-0	ATERRO COM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, COMPACTADO MANUALMENTE EM CAMADAS DE 20CM, ATÉ UMA ALTURA MÁXIMA DE 80CM, PARA SUPORTE DE CAMADA DE CONCRETO, INCLUSIVE DOIS TIROS DE PA, ESPALHAMENTO E REGA, EXCLUSIVE FORNECIMENTO DA TERRA 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	M³	3.906,28	R\$ 98,72	23,09%	R\$ 121,51	R\$ 474.652,08
8.4	EMOP	03.015.0010-0	REATERRO DE VALA/CAVA COM PO-DE-PEDRA, INCLUSIVE FORNECIMENTO DO MATERIAL E COMPACTACAO MANUAL 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	M³	132,13	R\$ 204,60	23,09%	R\$ 251,84	R\$ 33.275,61
8.5	EMOP	03.011.0015-1	REATERRO DE VALA/CAVA COM MATERIAL DE BOA QUALIDADE, UTILIZANDO O VIBRO COMPACTADOR PORTATIL, EXCLUSIVE MATERIAL 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	M³	63,34	R\$ 28,92	23,09%	R\$ 35,59	R\$ 2.254,27



Secretaria de
OBRAS E HABITAÇÃO

OBRA: IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO, MELHORIA NA REDE DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ, NO CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUHY.

LOCAL: BAIRRO BRACUHY - ANGRA DOS REIS/RJ.

ARQ.SOH.ASSOR.2026: PLIREDPMB

PLANILHA DE PREÇOS

Nº	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	R\$ (UNIT.)	BDI	R\$ UNIT. (C/BDI)	R\$ (TOTAL)
8.6	EMOP	20.099.0001-0	PO-DE-PEDRA,SEM CONSIDERAR O TRANSPORTE DA PEDREIRA ATÉ O LO CAL DE UTILIZACAO,INCLUSIVE CARGA NO CAMINHÃO.FORNECIMENTO	M²	3.906,28	R\$ 85,80	13,00%	R\$ 96,95	R\$ 378.713,84
8.7	EMOP	04.005.0141-0	TRANSPORTE DE CARGA DE QUALQUER NATUREZA,EXCLUSIVE AS DESPES AS DE CARGA E DESCARGA.TANTO DE ESPERA DO CAMINHÃO COMO DO S ERVENTE OU EQUIPAMENTO AUXILIAR,A VELOCIDADE MÉDIA DE 40KM/H , EM CAMINHÃO BASCULANTE A ÓLEO DIESEL,COM CAPACIDADE ÚTIL DE 12T	T.KM	79.102,17	R\$ 1,17	23,09%	R\$ 1,44	R\$ 113.907,12
8.8	EMOP	04.012.0073-1	CARGA DE MATERIAL COM PA-CARREGADEIRA DE 1,30M3,EXCLUSIVE DE SPESAS COM O CAMINHÃO,COMPREENDENDO TEMPO COM ESPERA E OPERA ÇAO PARA CARGAS DE 150T POR DIA DE 8H	T	8.253,57	R\$ 6,41	23,09%	R\$ 7,89	R\$ 65.120,66
8.9	EMOP	04.005.0141-0	TRANSPORTE DE CARGA DE QUALQUER NATUREZA,EXCLUSIVE AS DESPES AS DE CARGA E DESCARGA.TANTO DE ESPERA DO CAMINHÃO COMO DO S ERVENTE OU EQUIPAMENTO AUXILIAR,A VELOCIDADE MÉDIA DE 40KM/H , EM CAMINHÃO BASCULANTE A ÓLEO DIESEL,COM CAPACIDADE ÚTIL DE 12T	T.KM	111.423,20	R\$ 1,17	23,09%	R\$ 1,44	R\$ 160.449,40
8.10	EMOP	15.036.0086-0	TUBO DE PVC RÍGIDO,CONFORME ABNT NBR-5688 DE 75MM,LINHA REF ORCADA,SOLDÁVEL,INCLUSIVE CONEXÕES E EMENDAS,EXCLUSIVE ABERTURA E FECHAMENTO DE RASGO,FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI 10%-CONEXÕES E EMENDAS	M	261,00	R\$ 31,66	23,09%	R\$ 38,97	R\$ 10.171,17
8.11	EMOP	15.036.0088-0	TUBO DE PVC RÍGIDO,CONFORME ABNT NBR-5688 DE 100MM,LINHA REF ORCADA,SOLDÁVEL,INCLUSIVE CONEXÕES E EMENDAS,EXCLUSIVE ABERTURA E FECHAMENTO DE RASGO,FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI 10%-CONEXÕES E EMENDAS	M	6.800,00	R\$ 44,18	23,09%	R\$ 54,38	R\$ 369.784,00
8.12	EMOP	15.036.0090-0	TUBO DE PVC RÍGIDO,CONFORME ABNT NBR-5688 DE 150MM,LINHA REF ORCADA,SOLDÁVEL,INCLUSIVE CONEXÕES E EMENDAS,EXCLUSIVE ABERTURA E FECHAMENTO DE RASGO,FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI 10%-CONEXÕES E EMENDAS	M	2.496,00	R\$ 77,49	23,09%	R\$ 95,38	R\$ 238.068,48
8.13	EMOP	06.272.0035-0	SELIM ELÁSTICO DE PVC PARA LIGAÇÃO PREDIAL DE REDE DE ESGOTO ,CONFORME ABNT NBR 10569,DE 150MMX100MM,INCLUSIVE ANEL DE BO RRACHA.FORNECIMENTO	UN	340,00	R\$ 34,00	13,00%	R\$ 38,42	R\$ 13.062,80
8.14	EMOP	15.045.0087-0	CORTE E COLOCAÇÃO DE CONEXÕES EM TUBO DE PVC RÍGIDO,ESGOTO,S OLDÁVEL,COM DIÂMETRO DE 100MM,EXCLUSIVE A PEÇA 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	UN	340,00	R\$ 3,66	23,09%	R\$ 4,50	R\$ 1.530,00
8.15	EMOP	06.017.0007-0	POCO DE VISITA,DE ANEIS DE CONCRETO PRE-MOLDADOS,PARA ESGOTO S SANITÁRIOS,SEGUNDO ESPECIFICAÇÕES DA CEDAE,INCLUSIVE DEGRÁUS,EXCLUSIVE TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO,COM PROFUNDIDADE DE 1,5 0M 3% -DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	UN	80,00	R\$ 2.365,06	23,09%	R\$ 2.911,15	R\$ 232.892,00
8.16	SCO	DR 30.20.0050	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA COLETOR DE ESGOTO SANITÁRIO EM ANEIS DE CONCRETO PRE-MOLDADO DE 0,70M DE PROFUNDIDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DA CEDAE, INCLUSIVE FORNECIMENTO DE TAMPÃO COMPLETO DE FERRO FUNDIDO DE 0,60M DE DIÂMETRO, DEGRÁUS DE FERRO FUNDIDO, REJUNTAMENTO DOS ANEIS E REVESTIMENTO LISO DE CALHA INTERNA COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO 1:4 EM VOLUME, SENDO A BASE E A BANQUETA EXECUTADOS COM CONCRETO FCK=11MPA, EXCLUSIVE ESCAVACAO E REATERRO.	UN	340,00	R\$ 832,94	23,09%	R\$ 1.025,26	R\$ 348.588,40
8.17	SCO	DR 35.05.0250	TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO COMPLETO, ARTICULADO, PESADO, DE 0,60M DE DIÂMETRO, TIPO AVENIDA, ASSENTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO 1:4 EM VOLUME. FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO.	UN	80,00	R\$ 652,94	23,09%	R\$ 803,70	R\$ 64.296,00
								SUBTOTAL:	R\$ 15.605.994,12
9	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA								R\$ 639.333,00
9.1	COMPOSIÇÃO	PRÓPRIA	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	UN	100,00	5.194,03	23,09%	R\$ 6.393,33	R\$ 639.333,00
PREÇO DE VENDA (NOVEMBRO/2025):									R\$ 16.245.327,12

OBSERVAÇÕES:

PREÇOS UNITÁRIOS COM BDI (CONFORME DEMONSTRADO); TRUNCADOS EM DUAS CASAS DECIMAIS (CONFORME RECOMENDAÇÃO DO TCU);

DATA-BASE: EMOP (11/2025); SCO (11/2025); SINAPI (11/2025);

ITENS SEM DESONERAÇÃO;

PREÇO DE VENDA = SUBTOTAL + ADM LOCAL



Documento assinado digitalmente

KELVIN MARQUES PALMEIRA

Data: 29/01/2026 15:34:11-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000084

ANEXO V

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO, MELHORIA NA REDE DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM C.B.U.Q. NO CONDOMÍNIO MORADA DO BRACUHY.

LOCAL: BRACUHY - ANGRA DOS REIS/RJ.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	SERVIÇOS	1ºMês		2ºMês		3ºMês		4ºMês		5ºMês		6ºMês		7ºMês		8ºMês		9ºMês		10ºMês		VALOR CUSTO DOS SERVIÇOS	%
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%		
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	4.101,36	100,00%																			R\$ 4.101,36	0,03%
2	SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO E CAMPO	30.624,55	50,00%	30.624,55	50,00%																	R\$ 61.249,09	0,38%
3	CANTEIRO DE OBRA	40.713,86	33,33%	40.713,86	33,33%	40.713,86	33,33%															R\$ 122.141,59	0,75%
4	DRENAGEM	854.647,28	12,50%	854.647,28	12,50%	854.647,28	12,50%	854.647,28	12,50%	854.647,28	12,50%	854.647,28	12,50%	854.647,28	12,50%	854.647,28	12,50%					R\$ 6.837.178,20	42,09%
5	TERRAPLANAGEM									248.662,33	33,33%	248.662,33	33,33%	248.662,33	33,33%							R\$ 745.986,99	4,59%
6	PAVIMENTAÇÃO															1.325.855,08	33,33%	1.325.855,08	33,33%	1.325.855,08	33,33%	R\$ 3.977.565,23	24,48%
7	SARJETA E MEIO FIO											354.822,30	33,33%	354.822,30	33,33%	354.822,30	33,33%					R\$ 1.064.466,89	6,55%
8	ESGOTO SANITÁRIO	349.163,10	12,50%	349.163,10	12,50%	349.163,10	12,50%	349.163,10	12,50%	349.163,10	12,50%	349.163,10	12,50%	349.163,10	12,50%	349.163,10	12,50%					R\$ 2.793.304,77	17,19%
9	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	63.933,30	10,00%	63.933,30	10,00%	63.933,30	10,00%	63.933,30	10,00%	63.933,30	10,00%	63.933,30	10,00%	63.933,30	10,00%	63.933,30	10,00%	63.933,30	10,00%	63.933,30	10,00%	R\$ 639.333,00	3,94%
TOTAL DO MÊS (R\$)		1.343.183,44		1.339.082,08		1.308.457,53		1.267.743,67		1.516.406,00		1.871.228,30		1.871.228,30		2.948.421,04		1.389.788,38		1.389.788,38		R\$ 16.245.327,12	100,00%
VALOR ACUMULADO (R\$)		1.343.183,44		2.682.265,52		3.990.723,05		5.258.466,73		6.774.872,73		8.646.101,02		10.517.329,32		13.465.750,37		14.855.538,74		16.245.327,12			



ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Angra dos Reis, _____ de _____ de 2026.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000084

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Angra dos Reis, ____ de _____ de 2026.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000084

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 9º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

À Comissão de Contratação

Ref. Concorrência nº 90.008/2026

_____(Entidade)____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins do disposto no parágrafo 1º, do art. 9º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s), agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Angra dos Reis, ____ de _____ de 2026.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000084

ANEXO IX
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

Angra dos Reis, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000084

ANEXO X
DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO
AO INCISO XXXIII, DO ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

À Comissão de Contratação
Ref. edital nº 90.008/2026

_____(Entidade)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Angra dos Reis, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000084

ANEXO XI
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA LEI FEDERAL Nº
14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Angra dos Reis, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO XII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Em atendimento à previsão legal contida no art. 67, VI da Lei Federal nº 14.133/2021, _____ [nome completo do representante legal da empresa], DECLARO que o(a) Sr(a). _____ [nome completo do profissional indicado da empresa], profissional indicado por essa empresa, realizou visita para fins de vistoria técnica ao _____ [local ou equipamento visitado], acompanhado do respectivo responsável, tendo tomado ciência de todas as condições locais para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da licitação na modalidade Concorrência Presencial, nº 90.008/2026, as quais serão consideradas quando da elaboração da proposta que vier a ser apresentada.

Angra dos Reis, ____ de _____ de ____.

Agente Público
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Profissional indicado pela Empresa
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Representante Legal da Empresa
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000084

ANEXO XIII
MODELO DE PROPOSTA

À Comissão de Contratação
Ref. Concorrência nº 90.008/2026

_____(Entidade)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, DECLARAMOS inteira submissão ao Concorrência Presencial nº 90.008/2026 e seu respectivo termo de referência, correspondente a licitação a qual está vinculada. Que nos preços abaixo ofertados estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto desta concorrência, abrangendo todos os custos com materiais e serviços necessários a entrega do(s) item(s) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.

VALOR GLOBAL: R\$.....(.....)

OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL (☐) SIM (☐) NÃO

PRAZO DE VALIDADE: 60 dias a contar da apresentação à **Comissão de Contratação**.

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))
CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000084

ANEXO XIV
MODELO DE INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Informamos que as instalações dedicadas ao desempenho das nossas atividades relacionadas ao cumprimento do contrato objeto desta licitação estão localizadas na _____ *[endereço das instalações]*, acompanhando a presente declaração cópia do respectivo Alvará de Funcionamento.

Angra dos Reis, ____ de _____ de ____.



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000084

ANEXO XV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

DECLARO, sob as penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto à SECRETARIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, que, na execução do presente contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho pertinentes.

Angra dos Reis, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO XVI

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À

Comissão de Contratação

Ref. edital nº 90.008/2026

Pela presente, fica credenciado(a) o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, ou no seu impedimento o (a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, para representar _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, junto ao Município de Angra dos Reis, pela Secretaria _____ (ou Entidade da Administração Indireta), na licitação acima referida, a quem se outorga poderes para rubricar propostas dos demais Licitantes, assinar atas e documentos, interpor recursos e impugnações, receber notificação, tomar ciência de decisões, recorrer, desistir da interposição de recursos, acordar, transigir, enfim, praticar todo e qualquer ato necessário à perfeita representação ativa da outorgante no procedimento em referência.

Angra dos Reis _____ de _____ de _____

ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

Observações:

(1) A carta escrita no modelo acima deverá ser entregue fora dos envelopes relacionados no Edital, juntamente com uma cópia do Contrato Social ou Instrumento de Procuração que comprove a legitimidade de poderes da pessoa que autorizar o credenciamento.

(2) Deverá ser entregue, juntamente com a carta de credenciamento, a cópia simples da cédula de identidade do representante designado.



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000084

ANEXO XVII
MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

Local e data

À

Comissão de Contratação

Ref. CONCORRÊNCIA nº 90.008/2026

_____(Entidade)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, **DECLARA** que até a presente data inexistem fatos supervenientes à emissão das certidões apresentadas, impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação.

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (DISPENSADO EM CASO DE PAPEL TIMBRADO COM CNPJ)



ANEXO XVIII
JUSTIFICATIVA DA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL

DA REALIZAÇÃO PRESENCIAL

A sessão pública será realizada presencialmente, com registro audiovisual e posterior disponibilização no site oficial da Prefeitura de Angra dos Reis.

A adoção da inversão de fases, prevista no art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, mostra-se necessária, adequada e vantajosa para a contratação em questão, tendo em vista a complexidade técnica do objeto e os riscos associados à execução de obras de infraestrutura urbana. Entretanto, o sistema Compras.gov.br ainda não se encontra plenamente adaptado para realizar, de forma automatizada, licitações com a inversão de fases prevista na Lei nº 14.133/2021, permanecendo estruturado, em sua maior parte, segundo o rito tradicional. Dessa forma, a adoção da concorrência na forma presencial mostra-se a alternativa procedimental mais adequada, por permitir a plena aplicação da inversão de fases, garantir maior controle dos atos, viabilizar a análise rigorosa da habilitação do licitante melhor classificado e assegurar a correta condução do certame, em consonância com os princípios da eficiência, segurança jurídica, planejamento e interesse público.